

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de pós-graduação em Relações Internacionais

Pedro Diniz Rocha

**O STEPS-TO-WAR COMO MECANISMO CAUSAL: tempo, limites heurísticos e a
influência de fatores exógenos**

Belo Horizonte
2019

Pedro Diniz Rocha

O STEPS-TO-WAR COMO MECANISMO CAUSAL: tempo, limites heurísticos e a influência de fatores exógenos

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa

Co-orientadora: Profa. Dra. Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira

Área de concentração: Segurança e Instituições Internacionais

Belo Horizonte
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R672s Rocha, Pedro Diniz
O Steps-to-war como mecanismo causal: tempo, limites heurísticos e a influência de fatores exógenos / Pedro Diniz Rocha. Belo Horizonte, 2019.
100 f. : il.

Orientador: Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa
Coorientadora: Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Relações internacionais. 2. Guerra. 3. Acordos pacíficos para conflitos internacionais. 4. Alianças internacionais. 5. Corrida armamentista. I. Costa, Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz. II. Oliveira, Raquel de Bessa Gontijo de. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327

Pedro Diniz Rocha

O STEPS-TO-WAR COMO MECANISMO CAUSAL: tempo, limites heurísticos e a influência de fatores exógenos

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: Segurança e Instituições Internacionais

Prof. Dr. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, PUC Minas (Orientador)

Profa. Dra. Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira, PUC Minas (Co-Orientadora)

Profa. Dra. Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte, PUC Minas (Avaliadora)

Prof. Dra. Patricia Nasser de Carvalho, UFMG (Avaliadora)

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2019

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, pelo auxílio organizacional e financeiro a este estudo.

Aos professores Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa e Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira, respectivamente, meu orientador e minha co-orientadora, por todo suporte e observações ao longo do processo de escrita desta dissertação.

Aos professores Taiane Las Casas, Otávio Dulci (*in memoriam*) e Rodrigo Correa Teixeira, pelo suporte inicial – ainda durante minha graduação em Relações Internacionais pela PUC-Minas –, via o Grupo de Pesquisa das Relações Internacionais do Atlântico Sul (GAS), para o estudo de conflitos territoriais.

Aos professores Leonardo César Souza Ramos e Javier Vadell, pela experiência editorial em meio aos periódicos do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Minas.

Aos demais professores do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Minas por tudo o que me foi passado nos seis anos em que estive ali como estudante da graduação e do mestrado.

Aos meus colegas por todo incentivo e todas as observações ao longo da escrita desta dissertação.

Aos meus amigos e familiares por toda a base que vocês me deram (e dão) para alcançar os meus objetivos.

*“We don’t want to fight but by jingo if we do...;
We’ve got the ships, we’ve got the men, and got the Money too!”*
Macdermott’s War Song, G. W. Hunt, 1878

RESUMO

Em meio às Relações Internacionais e aos Estudos de Paz e Conflito, o estudo do território e das consequências de conflitos territoriais para a política internacional se inicia com ênfase na década de 1990 e se expande ao longo dos anos 2000, dando origem ao modelo Steps-to-War. Este, proposto em definitivo por Senese e Vasquez (2008), apresenta uma abordagem ampla e unificada para as causas da guerra que leva em conta conflitos territoriais, ao mesmo tempo em que incorpora fatores como disputas militarizadas, rivalidade, alianças e corrida armamentista – cada qual representando um passo para a guerra. Ao longo do tempo, o programa de pesquisa ao redor do modelo buscou, de forma dedutiva, investigar a correlação entre os passos assinalados e a presença da guerra em relações diádicas e, embora o Steps-to-war adote uma linguagem de progressão entre os passos, este não foi testado como modelo de escalada de fato. O teste do Steps-to-war como modelo de escalada é então o objetivo central desta dissertação, que parte da pergunta de partida central do modelo: de que maneira a presença da questão territorial em uma díade afeta a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos? A hipótese de trabalho é a de que o advento e o perduro da questão territorial leva ao surgimento do problema de comprometimento e/ou indivisibilidade que, por sua vez, induz os Estados às disputas militarizadas, ao surgimento de relação de rivalidade, a formação de alianças e a entrada em corrida armamentista. Quando da institucionalização de corrida armamentista em uma rivalidade madura (último passo), espera-se que, eventualmente, surja uma crise que escale para a guerra. De modo a testar a hipótese de trabalho, um mecanismo causal foi construído de forma dedutiva e, posteriormente, aplicado em dois estudos de caso cruciais via *process-tracing*, um mais provável – o conflito territorial entre Bolívia e Paraguai sobre o Chaco Boreal – e um menos provável – o conflito territorial entre Eritreia e Etiópia sobre o Badme. Os resultados dos testes indicam que o desenvolvimento dos passos delineados pelo Steps-to-War leva tempo e o modelo é, portanto, adequado para explicar somente àqueles casos onde a guerra eclode após os dez primeiros anos de surgimento da questão territorial – isto é, para os casos mais prováveis desta dissertação. Na medida em que se descobriu que o tempo é um limite heurístico significativo para o Steps-to-War, há que se procurar variáveis não encobertas pelo modelo para explicar aqueles casos em que a guerra eclode antes dos dez primeiros anos de surgimento de questão territorial – ou seja, para os casos menos prováveis desta dissertação. A partir do conflito entre Eritreia e Etiópia e da guerra do Badme, observa-se três fatores alternativos que podem elucidar tais casos: (i) fatores domésticos, ligados à construção de identidade nacional em Estados recém-independentes; (ii) reputação em múltiplos conflitos territoriais; (iii) risco do uso de *fait accompli* para o açambarcamento (*land grab*) de territórios em disputa. Esta dissertação aponta direções para pesquisas futuras de duas sortes. Em primeiro lugar, pesquisas que investiguem os momentos mais propícios e os métodos mais adequados para intervenção de terceiras partes, tendo em vista o objetivo de resolver o conflito territorial antes de sua escalada para a guerra. Em segundo lugar, pesquisas que se debrucem sobre fatores exógenos ao modelo que expliquem casos onde a guerra eclode antes dos dez anos da origem de conflitos territoriais.

Palavras-chave: Estudos de Paz e Conflito; Território; Guerra; Steps-to-war.

ABSTRACT

The study of territory and the consequences of territorial conflicts for international politics is strengthened during the 1990s and expanded along the 2000s, originating the Steps-to-war model. Proposed by Senese and Vasquez (2008), the model is presented as an unified and amplified approach for the causes of war that merges the early territorial explanation for war with important factors highlighted in Peace Studies, such as militarized interstate disputes, rivalries, alliances and arms races - each one of those being characterized as a step to war. Since its origin, the research program around the model investigated the correlation of the steps with war in dyadic territorial conflicts, and although the model incorporates a language of steps it was not tested as a model of conflict escalation. This is the main goal of this dissertation, that departs from a research question deducted from the literature: How dyadic territorial conflicts, influences the decision of a State to go to war? The working hypothesis is that the advent and maintenance of a territorial conflict produce bargaining problems that induce states to militarized disputes, rivalries, alliances and arms race. When an arms race is on in a mature rivalry (the last step), a crisis that escalates to war is expected to emerge. In order to test this hypothesis, a causal mechanism was built and applied to two crucial case-studies via a process tracing, a most likely - the territorial conflict between Bolivia and Paraguay over the Chaco Boreal - and a least likely - the territorial conflict between Eritrea and Ethiopia over Badme. The results indicate that the Steps-to-war can only explain cases in which war is present after the ten initial years of a territorial conflict, i.e. the most likely cases of this dissertation. Time is then a heuristic boundary for the model, and exogenous variables must be found in order to explain cases such as Eritrea-Ethiopia. From these cases, this dissertation points to three types of factors: (i) domestic factors, related to the building of national identity in newly independent States; (ii) the role of reputation calculation in multiple territorial conflicts; (iii) the risks of using *fait accompli* to land grab disputed territories. In the end, this dissertation recommends two kinds of future research. First, those intended to investigate the most favorable moment for third party intervention in territorial conflicts aimed to counter its escalation. Second, further and magnified investigations of factors exogenous of the Steps-to-war that may explain cases in which war broke out in the first ten years of a given territorial conflict.

Keywords: Peace and Conflict Studies; Territory; War; Steps-to-war

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 2.1 - Modelo de Mecanismo Causal | 40 |
| FIGURA 3.1 - Mapa da ocupação paraguaia ao Chaco Boreal até 1932 | 56 |
| FIGURA 3.2 - Linha do tempo da questão territorial entre Bolívia e Chile sobre o Chaco Boreal | 59 |
| FIGURA 3.3 - Mapa do Tratado Quijarro-Decoud (1879)..... | 60 |
| FIGURA 3.4 - Mapa do Tratado Tamayo-Aceval (1887) | 61 |
| FIGURA 3.5 - Mapa do Tratado Ichaso-Benitez (1894)..... | 62 |
| FIGURA 3.6 - Mapa do protocolo Pinilla-Soler (1907)..... | 63 |
| FIGURA 4.1 - Mapa triângulo de Yirga/Badme | 75 |
| FIGURA 4.2 - Mapa das variantes de traçado do Tratado de 1902 | 76 |
| FIGURA 4.3 - Gráfico de Gastos Militares em % do PIB, Eritreia-Etiópia (1993-1998) | 80 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 2.1 - Hipótese / Mecanismo Causal | 41 |
| QUADRO 2.2 - População de Casos | 48 |
| QUADRO 2.3 - Casos retirados da população | 50 |
| QUADRO 3.1 - Chaco Boreal (1878-1938) | 54 |
| QUADRO 3.2 - Disputas militarizadas entre Bolívia e Paraguai, 1878-1930 | 66 |
| QUADRO 4.1 - Badme (1993-201999)..... | 76 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1.1 - Padrão de questões em guerras (1648-2007) | 20 |
| TABELA 1.2 - Recorrência de disputas militarizadas em nível diádico (1816-1992)..... | 25 |
| TABELA 1.3 - Guerra por tipo de disputa militarizada (1816-1992) | 25 |
| TABELA 1.4 - Probabilidade de escalada para a guerra por tipo de disputa militarizada (1919-1995) | 25 |
| TABELA 1.5 - Relação entre Questões Territoriais, Rivalidade Estratégica, Disputas Militarizadas e Guerra (1919-1992) | 28 |
| TABELA 1.6 - Probabilidade de escalada de disputas militarizadas para guerra dentro de 5 anos, 1816-1945 | 32 |
| TABELA 1.7 - Efeito Longitudinal da formação de alianças defensivas na iniciação de disputas militarizadas: ATOP Defensive (1816-2000)..... | 33 |
| TABELA 1.8 - Efeito Longitudinal da formação de alianças defensivas na iniciação de Guerras: ATOP Defensive (1816-2000)..... | 33 |
| TABELA 1.9 - Probabilidade de escalada de disputas militarizadas para guerra dentro de 5 anos quando da presença de corrida armamentista (1816-1989)..... | 35 |
| TABELA 1.10 - Rivalidade Estratégica, MID Territorial e envolvimento em corrida armamentista..... | 36 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATOP – Alliance Treaty Obligations and Provisions

COW – Correlates of War

ICOW – Issue Correlates of War

ELF – Frente de Libertação da Eritrêa

EPLF – Frente de Libertação do Povo Eritreu

MID – Militarized Interstate Disputes

TPLF – Frente de Libertação do Povo Tigray

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 O MODELO STEPS-TO-WAR | 18 |
| <i>1.1 QUESTÕES TERRITORIAIS E OS PROBLEMAS DE COMPROMETIMENTO E INDIVISIBILIDADE ..</i> | <i>19</i> |
| <i>1.2 DISPUTAS MILITARIZADAS E RELAÇÕES DE RIVALIDADE</i> | <i>24</i> |
| <i>1.3 DILEMA DE SEGURANÇA: ENTRE A DETERRÊNCIA E A ESCALADA.....</i> | <i>29</i> |
| <i>1.3.1 Alianças</i> | <i>30</i> |
| <i>1.3.2 Corrida Armamentista.....</i> | <i>34</i> |
| <i>1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</i> | <i>37</i> |
| 2 METODOLOGIA..... | 38 |
| <i>2.1 DESENHO DE PESQUISA</i> | <i>40</i> |
| <i>2.2 CASOS E ESTRATÉGIA DE SELEÇÃO.....</i> | <i>47</i> |
| 3 BOLÍVIA-PARAGUAI [1878-1938 – GUERRA, 1931-1935] | 53 |
| <i>PARTE 1 (N1>): PROBLEMA DE COMPROMETIMENTO E/OU INDIVISIBILIDADE.....</i> | <i>58</i> |
| <i>PARTES 2 (N2>) E 3 (N3>): DISPUTAS MILITARIZADAS E RELAÇÃO DE RIVALIDADE</i> | <i>65</i> |
| <i>PARTE 4 (N4>): ALIANÇAS.....</i> | <i>68</i> |
| <i>PARTE 5 (N5>): CORRIDA ARMAMENTISTA</i> | <i>70</i> |
| <i>VARIÁVEL DEPENDENTE (Y): GUERRA.....</i> | <i>71</i> |
| <i>CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</i> | <i>72</i> |
| 4 ERITRÉIA-ETIÓPIA [1993-201999 – GUERRA, 1998-2001] | 73 |
| <i>4.1 O STEPS TO WAR.....</i> | <i>78</i> |
| <i>4.2 HIPÓTESES ALTERNATIVAS: TEORIA DIVERSIONISTA, REPUTAÇÃO E FAIT ACCOMPLI</i> | <i>81</i> |
| <i>4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</i> | <i>85</i> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 87 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 91 |

INTRODUÇÃO¹

Em termos estritos, três fatores parecem marcar as relações internacionais na modernidade: a guerra, a territorialidade e os conflitos territoriais. A territorialidade, definida por Sack (1986, p.1. tradução nossa²) como “a tentativa por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações pela delimitação e controle de uma área geográfica” dá a base espacial, tanto para as relações Estado-Sociedade, quanto para as relações interestatais; a guerra, em especial aquelas com a presença de mais de dois Estados beligerantes (VASQUEZ, 1993, p.71), tende a ser motor de mudanças significativas no caráter da governança global (ver GILPIN, 1981); e conflitos territoriais, tendem a ser fator significativo de cálculo em relações diádicas, na medida em que as facetas materiais e imateriais do território (GODELIER, 1984) aumentam seu valor para os Estados e o uso da força é sempre uma possibilidade em um sistema marcado pela anarquia. Isso se percebe, por exemplo, nas dinâmicas de interação na Caxemira (Índia-Paquistão), na Criméia (Rússia-Ucrânia), no Mar do Sul da China (China-Filipinas/Vietnam/Brunei/Malásia/Indonésia/...), no Badme (Eritreia-Etiópia), em Kosovo (Kosovo-Sérvia), na Ossétia do Sul (Ossétia do Sul-Georgia) ou em Antofagasta (Bolívia-Chile) (ver FOUCHER, 2016).

Em meio às Relações Internacionais e aos Estudos de Paz e Conflito, o estudo do território e das consequências de conflitos territoriais para a política internacional se inicia com maior ênfase na década de 1990. Naquele momento, Vasquez (1993;1995) propõe sua explicação territorial para as guerras, contrastando-a com outras hipóteses concorrentes à época, como aquela da contiguidade geográfica (ver VASQUEZ, 1995). Da mesma maneira, Holsti (1991), Diehl (1992) e outros sugerem a adoção de uma perspectiva questão-orientada para a análise de conflitos, próxima àquela proposta por Roseneau (1971) O’Leary (1976) e Potter (1980), em Análise de Política Externa. Ambos enfatizam a importância única dos conflitos territoriais frente a conflitos de outra natureza (ver, por exemplo, HENSEL, 1992). Daí em diante, uma série de trabalhos passam a estudar a correlação entre a presença de questões territoriais e o aparecimento de fenômenos tradicionais na literatura, como disputas militarizadas (HENSEL, 1996), rivalidade (GOERTZ e DIEHL, 1992; 1993), formação de alianças (GIBLER, 1997) e corrida armamentista (GIBLER, RIDER e HUTCHINSON, 2005).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

² “Territoriality in humans is best understood as a spatial strategy to affect, influence, or control resources and people, by controlling area” (SACK, 1986, p.1).

Ao longo dos anos 2000, Vasquez e Henehan (2001) e Senese e Vasquez (2003; 2008), dentre outros, procuram construir uma abordagem ampla e unificada para as causas da guerra e conflitos armados interestatais, incorporando os fatores mencionados à explicação territorial da guerra, dando origem ao modelo Steps-to-War. É aberto, então, o programa de pesquisa em que investigações empíricas buscam, de forma dedutiva, investigar os passos para a guerra, teorizados por Senese e Vasquez (2008) (OWSIK, 2017). Por meio das pesquisas instrumentalizadas, de fato foi demonstrado empiricamente que conflitos territoriais tendem mais à guerra do que conflitos originados em outros tipos de questão; que conflitos territoriais tendem a gerar relações de rivalidade e quando as díades se envolvem em disputas territoriais militarizadas, conformam determinados tipos de aliança e entram em corrida armamentista, maior é a probabilidade de que a guerra seja escolhida como mecanismo de resolução de conflitos (SAMPLE, 2016).

De qualquer maneira, os testes realizados até o momento tendo como base modelos estatísticos não puderam e não tinham a intenção de acessar a sequência de passos teorizada pelo Steps-to-War³. Senese e Vasquez em *Steps to War: an empirical study* (2008), por exemplo, omitem-se naquele momento a realizar teste dessa natureza e restringem o objetivo de seu estudo a “observar se a presença dos fatores de risco teorizados, individualmente ou combinados, no começo de uma crise, aumentam a probabilidade de escalada do conflito à Guerra” (SENESE; VASQUEZ, 2008, p.22, tradução nossa⁴). Isso não significa descarte à importância da sequência de passos: tendo estabelecida empiricamente a correlação entre os fatores hipotetizados, Senese e Vasquez (2008, p.266) apontam para a necessidade de o programa de pesquisa avançar nesta direção.

Posto isso, a pesquisa proposta nesta dissertação permeia o problema central que move os estudos ao redor do modelo desde a década de 1990: **de que maneira a presença de questão territorial em uma díade afeta a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos?** Propõe-se, entretanto, testar a sua lógica completa a partir de estudos de caso específicos que possibilitem observar a sequência de passos teorizada, o que permitirá conhecer, de forma mais completa, as dinâmicas de cada passo e como eles se inter-relacionam (OWSIK, 2017, p.26; SAMPLE, 2014; 2016). A hipótese de trabalho desta

³ Como exceção aponta-se dois artigos recentes de Susan Sample: “From Territorial Claim to War: Timing, Causation, and the Steps-to-War” (2014) e “Anticipating War? War Preparations and the Steps-to-War Thesis” (2016).

⁴ “[...] we are interested in seeing whether the presence of these risk factors, singly or in combination, at the beginning of a crisis will increase the likelihood that the crisis will escalate to war” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.22).

dissertação é a de que o advento e perduro de questão territorial leva ao surgimento de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade que, por sua vez, induz os Estados às disputas militarizadas, a entrarem em relações de rivalidade, a formarem alianças e a darem origem à corrida armamentista. Quando da institucionalização de corrida armamentista em uma rivalidade madura (último passo), espera-se que, eventualmente, surja uma crise que escale para a guerra.

Para além desta introdução e das considerações finais, esta dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a apresentar em maior profundidade cada passo proposto pelo Steps-to-War e sua interrelação desde o surgimento da questão territorial até a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos. Em seu entremeio, serão evidenciados os principais debates na literatura, como aquele entre Thompson (2001) e Diehl e Goertz (2000) em relação ao conceito de rivalidade, e os resultados empíricos acumulados pelo programa de pesquisa ao longo das últimas duas décadas. Nele, portanto, será postulado o marco teórico base para a construção dedutiva do mecanismo causal a ser testado em dois estudos de caso, via *process-tracing*, ao longo dos capítulos subsequentes.

Em meio ao segundo capítulo, será delineada a metodologia de pesquisa desta dissertação. Será apresentado o desenho de pesquisa, sendo delimitado o método de investigação, construído o mecanismo causal, a população de casos e as condições para validação da hipótese de trabalho. Esse conjunto será feito observando-se a lógica de inferência bayesiana, na qual se define a confiança de uma hipótese para uma população de casos, tendo como ponto de partida a expectativa apriorística do investigador em encontrar certas observações previstas, caso a hipótese seja verdadeira para os casos analisados. Desde a população de casos definida no capítulo, foram escolhidos dois casos para a análise nos capítulos posteriores, um caso mais provável – o conflito sobre o Chaco Boreal entre Bolívia e Paraguai (1878-1938)– e um menos provável – o conflito sobre Badme entre Etiópia e Eritreia (1993-2019).

O terceiro capítulo será dedicado a testar o Steps-to-War a partir de um estudo de caso mais provável executado via *process-tracing*. Isto é, será aplicado o mecanismo causal construído de forma dedutiva no capítulo dois ao conflito de interesses entre Bolívia e Paraguai sobre o Chaco Boreal. Esse é um teste fundamental para a dissertação, pois se não forem encontradas evidências do funcionamento do mecanismo causal, a confiança no Steps-to-War para explicar os outros casos mais prováveis da população será diminuída em termos bayesianos. Por fim, em meio ao capítulo quatro será realizado o teste via *process-tracing* do

caso menos provável. Ou seja, será aplicado o mecanismo causal construído no capítulo dois ao conflito de interesses entre Eritreia e Etiópia sobre Badme. Em caso de serem encontradas evidências do funcionamento do mecanismo causal, a confiança no poder explicativo do Steps-to-War aumenta para além daqueles para aqueles mais prováveis definidos na população. Este é visto como um teste importante, pois possibilita estabelecer certas fronteiras heurísticas ao modelo, isto é, os limites de seu poder explicativo.

1 O MODELO STEPS-TO-WAR

O modelo Steps-to-War se origina na década de 1990 a partir da proposta de John Vasquez (1993; 1995) para o desenvolvimento de uma explicação territorial para as guerras. Vasquez (1995) argumentou à época que a territorialidade teria maior valor heurístico para compreensão do fenômeno do que aspectos alternativos, como a contiguidade geográfica (ver VASQUEZ, 1995). Em especial após a publicação feita pelo *Correlates of War* de banco de dados sobre disputas militarizadas (MID 2.1), contendo variável relativa à ameaça ou ao uso da força em conflitos territoriais (JONES, BREMER e SINGER, 1996), foi derivado programa de pesquisa expandido por Senese e Vasquez (2003; 2008), tendo em vista a construção de uma abordagem ampla e unificada para as causas da guerra e de conflitos armados interestatais.

Destarte, parte-se do pressuposto de que características próprias às questões territoriais – isto é, sua saliência potencialmente alta oriunda dos atributos materiais e imateriais que compõem todo território⁵ – transformam-nas em mais propensas à militarização e à guerra do que outros tipos de divergências de interesse. Ainda que outras dimensões sejam capazes de produzir tal resultado, questões territoriais estão mais frequentemente relacionadas à adoção de práticas – disputas militarizadas, formação de alianças e contra alianças e corrida armamentista – que afetam a disposição (*willingness*) dos Estados em escolherem a guerra como mecanismo para resolução de conflitos (VASQUEZ, 1993; STARR, 2005). Isso porque, a cada passo, os Estados tendem a institucionalizar percepções mútuas de hostilidade, insegurança e medo próprias de uma relação de rivalidade e, “uma vez a guerra tendo sido considerada inevitável, é questão de tempo antes de qualquer escaramuça se transformar em uma conflagração massiva” (SAMPLE, 1997, p.7, tradução nossa⁶)

O modelo sustenta, portanto, que a guerra se origina nas práticas escolhidas pelos Estados (causa próxima ou imediata) para lidar com as questões em disputa na mesa de negociação (causa fundamental ou subjacente) (VASQUEZ, 1993). O advento e perduro de questão territorial é entendido como o primeiro passo para a guerra, enquanto certas práticas (disputas militarizadas; formação de alianças; acumulação de poder) e suas consequências

⁵ Ver, por exemplo, Godelier (1984). Parte-se ali da hipótese de que o território não só se define pela totalidade de recursos e das oportunidades que sua posição geográfica oferece àquele que pretende e tem capacidade de explorar, mas também por elementos semânticos (GARCÍA, 1976) ocultos (HALL, 1966) que se capturam pelos códigos culturais reproduzidos na relação dos homens com o espaço geográfico (GODELIER, 1984).

⁶ “Once war is considered inevitable, it is only a matter of time before a small fire will turn into a massive conflagration” (SAMPLE, 1997, p.7)

(rivalidade) são teorizadas como passos subsequentes (SENESE e VASQUEZ, 2008). Quando da institucionalização de corrida armamentista em uma rivalidade madura (último passo), espera-se que eventualmente surja uma crise que escale para a guerra (SENESE e VASQUEZ, 2008).

Em termos teóricos, quando do surgimento de conflito territorial e da falha das negociações bilaterais em solucioná-lo, acredita-se que as práticas de *Realpolitik* adotadas pelos Estados para lidar com a situação assegurando posição de força (ameaça ou uso limitado da força, formação de alianças e corrida armamentista) geram consequências não-antecipadas que tendem a aproximar os Estados da guerra (SENESE e VASQUEZ, 2008). Isso porque, a cada passo, institucionaliza-se a relação de rivalidade e se intensifica a lógica do dilema de segurança, aumentando paulatinamente a disposição dos Estados a escolherem a guerra como curso de ação mais apropriado. A falha das práticas recomendadas em conter a guerra é o ponto que o modelo procura evidenciar. Prevê-se que cada passo adotado pelos Estados para conter o conflito armado os coloca, em realidade, mais próximos da guerra (SENESE e VASQUEZ, 2008).

Este capítulo segue com o objetivo de apresentar em maior profundidade cada passo proposto pelo modelo, desde o surgimento da questão territorial até a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos. Neste entremeio, serão evidenciados os debates e os resultados empíricos até então acumulados pelo programa de pesquisa. Salienta-se o predomínio na literatura de trabalhos⁷ que enfatizaram métodos estatísticos (BEACH e PEDERSEN, 2013, p. 24-27) e foram impedidos de acessar, de fato, a sequência de passos teorizada pelo modelo, que é o ponto de partida da análise a ser desenvolvida posteriormente nos capítulos 3 e 4 desta dissertação.

1.1 Questões territoriais e os problemas de comprometimento e indivisibilidade

O modelo Steps-to-War entende a política internacional como um constante processo de formulação de decisões imperativas voltadas à repartição de bens escassos (EASTON, 1968). Essa é uma perspectiva questão-orientada, próxima aos trabalhos de Rosenau (1971), O’Leary (1976) e Potter (1980), em “Análise de Política Externa”, que passa no princípio da década de 1990 a ser aplicada também aos “Estudos de Paz e Conflito”, por autores como Holsti (1991), Diehl (1992) e Vasquez (1993) (OWSLAK, 2017). A proposta é a de explicar a

⁷ Como exceção de dois artigos recentes de Susan Sample: “From Territorial Claim to War: Timing, Causation, and the Steps-to-War” (2014) e “Anticipating War? War Preparations and the Steps-to-War Thesis” (2016).

guerra não a partir de condições naturais ou estruturais anteriores, mas evidenciando propósitos e objetivos dos Estados relativos às questões em disputa sobre a mesa de negociação (HOLSTI, 1991). Se apreende o curso de ação dos Estados, portanto, como determinado pelas questões em conflito, sendo essas fatores centrais na escolha pela utilização ou não da força em política internacional (VASQUEZ, 1993).

Questões podem ser definidas como o sujeito de um conflito ou controvérsia. São os objetos cuja divergência percebida de interesse gera a impossibilidade das partes conquistarem seus objetivos ao mesmo tempo (PRUITT e RUBIN, 1986; RANDLE, 1987). A força, entretanto, não é elemento definidor de conflitos internacionais, mas entendida como potencial mecanismo de repartição dos objetos em contenda (MANSBACH e VASQUEZ, 1981). Se o objetivo do modelo é explicar a guerra, o interesse sobre questões territoriais se justifica, na medida em que, empiricamente, parece que mais guerras foram travadas tendo como base questões territoriais do que qualquer outro tipo de questão (ver tabela 1), embora seja importante ressaltar a possibilidade de sobreposição de questões em um mesmo conflito. Isto é, em termos comparativos, ao longo da história, conflitos territoriais mais vezes levaram os Estados a escolherem a força como mecanismo de repartição do que conflitos de outra natureza (VASQUEZ, 1993).

TABELA 1.1 - Padrão de questões em guerras (1648-2007)

| Período | Questão Territorial* | Questão Econômica** | Questão de Regime/Ideologia*** | Questão Humanitária**** |
|----------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|
| 1648-1815 | 46 | 20 | 24 | 8 |
| 1816-1945 | 46 | 12 | 26 | 12 |
| 1946-1989 | 46 | 12 | 27 | 15 |
| 1990-2007 | 7 | 0 | 2 | 3 |
| Total | 145 | 44 | 79 | 38 |

Fonte: Adaptado de Goertz, Diehl e Balas (2016, p.90). Incluem formação de Estados e delimitação de fronteiras. **Incluem trocas comerciais e recursos econômicos. ***Incluem Regime e Ideologia. ****Incluem Genocídio, *peace-enforcement*, religião e etnicidade (ver GOERTZ, DIEHL e BALAS, 2016, p.89).

Este sendo o caso, distingue-se a partir de Huth (1998) cinco contextos-tipo definidores da presença de questões territoriais e, portanto, comparativamente mais propensos a apresentar conflitos armados:

- (i) o Estado A não entende a atual demarcação de fronteiras como válida, enquanto o Estado B assume a posição de que ela já está juridicamente estabelecida;

- (ii) não existem tratados ou documentos históricos estabelecendo com exatidão os marcos de fronteira e ambos os Estados assumem posições distintas de onde ela deveria ser demarcada;
- (iii) o Estado A ocupa atualmente parte ou a completude do território do Estado B e se recusa a abandoná-lo;
- (iv) o Estado A não reconhece a soberania do Estado B sobre parte ou a completude de seu território;
- (v) o Estado A não reconhece a independência do Estado B (ou colônia) e pretende anexar (ou manter) parte ou a completude de seu território.

Os resultados encontrados na tabela 1.1 se explicam dentro do modelo a partir do pressuposto de que “questões territoriais são a principal fonte de conflitos que dão origem a uma sequência de práticas [*disputas militarizadas/rivalidade, formação de alianças, corrida armamentista*] que terminam na guerra” (VASQUEZ, 1993, p.7, tradução nossa⁸). Se administradas de outra maneira, a tendência é que a guerra não aconteça; porém, a adoção de práticas de *Realpolitik*, quando da presença de questões territoriais, aumenta a probabilidade da guerra ser escolhida como mecanismo de repartição, na medida em que leva os Estados a identificarem e reproduzirem imagens do outro como ameaça, competidor e inimigo, intensificando a lógica do dilema de segurança (SENESE e VASQUEZ, 2008).

A saliência das questões é compreendida como variável chave para diferenciação entre conflitos onde a força tende a ser escolhida como mecanismo de repartição, e aqueles onde métodos não violentos de resolução de conflitos são adotados (HENSEL, 1996). Isso porque quanto maior o valor dos objetos em contenda para os Estados envolvidos no conflito – isto é, quanto maior a sua saliência – mais fortemente eles estão dispostos a correr riscos, sustentar suas posições e adotar posturas agressivas em meio à negociação (GOERTZ, DIEHL e BALAS, 2016). Essa situação tende a produzir problemas de barganha que dificultam as negociações bilaterais, levando-as à falência e dificultando a adoção de mecanismos pacíficos de resolução de conflitos (HENSEL, MITCHELL, *et al.*, 2008; OWSIAK e MITCHELL, 2017).

Em relação às questões territoriais, os atributos materiais e imateriais que compõem todo território (GODELIER, 1984) tendem a infundi-las com um alto índice de saliência. O que potencialmente explica a adoção de práticas de *Realpolitik* quando da presença de

⁸ “[...] I have found that territorial disputes between neighbours to be the main source of conflict that can give rise to a sequence of actions that ends in war” (VASQUEZ, 1993, p.7).

conflitos territoriais. Por um lado, os atributos imateriais tendem a originar um conjunto de fatores intangíveis que transformam a posse de determinados territórios em algo imprescindível em termos simbólicos para a própria existência do Estado enquanto sociedade. A sua posse, portanto, teria valor na medida em que o território é percebido como parte da identidade nacional, seja pela memória da soberania ali exercida em tempos ancestrais ou pelo desenvolvimento de laços étnicos, linguísticos e/ou religiosos da população com aquele espaço geográfico específico (HENSEL e MITCHELL, 2005).

Por outro lado, os atributos materiais tendem a dar lugar a um conjunto de fatores tangíveis que transformam a posse de determinados territórios em meio essencial para garantia do poder, segurança e sobrevivência dos Estados. Isto é, a posse de determinado território teria valor para um Estado na medida em que este (i) contém recursos naturais escassos e valiosos como petróleo, aço, ferro, níquel, água potável, etc.; (ii) é habitado por população permanente sustentada em cidades ou vilas; ou (iii) está localizado em posição geográfica nodal para rotas militares e/ou comerciais e propicia ao Estado posições defensivas vantajosas, contribuindo para a defesa nacional (HENSEL e MITCHELL, 2005).

O argumento, então, é o de que a potencial alta saliência das questões territoriais leva ao surgimento de problemas de barganha que dificultam as negociações bilaterais e incentivam os Estados a adotarem estratégias coercitivas de barganha (WIEGAND, 2011). Por um lado, os fatores tangíveis dão origem a um problema de comprometimento (FEARON, 1995; RIDER e OWSIAK, 2015); por outro lado, os fatores intangíveis são responsáveis pela emergência de problema de indivisibilidade (TOFT, 2006; HASSNER, 2003). Ambos, entretanto, levam a práticas de diplomacia coercitiva que reforçam ao longo do processo imagens de competição, ameaça e inimizade (THOMPSON, 2001) e, portanto, tendem a se repetir, intensificando em espiral o dilema de segurança dentro da díade (JERVIS, 1976).

Problemas de comprometimento podem ser definidos como “situações em que acordos mutuamente satisfatórios são inatingíveis porque um ou mais Estados tem incentivos para renegar seus termos” (FEARON, 1995, p.381, tradução nossa⁹), uma vez que foram instituídos. É o que se sucede, por exemplo, quando o objeto em contenda é em si mesmo uma fonte de poder e sua repartição acarreta mudanças na distribuição relativa de capacidades dentro de uma díade (RIDER e OWSIAK, 2015). O que é característica própria de questões territoriais onde atributos tangíveis – localização estratégica, população permanente e recursos valiosos –fazem-se presentes e, portanto, qualquer concessão tende a ampliar o poder relativo

⁹ “Situations in which mutually preferable bargains are unattainable because one or more states would have an incentive to renege on the terms” (FEARON, 1995, p.381).

futuro do adversário (HENSEL e MITCHELL, 2005). O Estado fortalecido pela posse do território passa, após a ratificação do acordo, a estar em uma posição mais favorável para renegar seus termos e barganhar novas concessões. Em consequência, ambos os Estados tendem a preferir o não-acordo, a falha das negociações bilaterais e os custos da escalada do conflito a firmarem acordo que os coloque em posição desvantajosa no futuro (RIDER e OWSIAK, 2015).

Em alternativa, problemas de indivisibilidade emergem quando a qualidade inerente ao objeto em disputa leva os Estados a percebê-lo como integralmente indivisível. A partir de Hassner (2003) não se define indivisibilidade tendo como base o resultado de rodadas de negociação (ver POWELL, 2006), mas por características próprias das questões sobre a mesa de negociação. Dando ênfase aos aspectos intangíveis do território, o autor identifica espaços sagrados como objetos inerentemente indivisíveis por possuírem três características de forma concomitante:

- (i) Integralidade, no sentido de que “não podem ser parcelados ou subdivididos sem perder significativamente seu valor subjetivo” (HASSNER, 2003, p.12, tradução nossa¹⁰);
- (ii) Limites definidos, no sentido de que “as partes em conflito têm plena consciência de que se referem ao mesmo espaço geográfico quando em barganha” (HASSNER, 2003, p.12, tradução nossa¹¹);
- (iii) Não-fungibilidade, no sentido de que “não pode ser substituído ou trocado por outro objeto”, mesmo se este possuir igual valor em termos materiais (HASSNER, 2003, p.13, tradução nossa¹²);

Hassner (2003) argumenta que somente espaços sagrados podem ser considerados inerentemente indivisíveis. Se parte do pressuposto, entretanto, de que apesar de espaços sagrados representarem territórios indivisíveis-tipo, isto se dá pela presença de fatores que alocam a eles saliência do tipo intangível (HENSEL e MITCHELL, 2005). Desta maneira, se considera que quanto mais intangível for a saliência de um território, mais indivisível será a questão territorial e mais intratável o conflito. O que se aproxima do argumento de Toft (2006, p.44) de que outros territórios para além de espaços sagrados podem ser considerados

¹⁰ “[...] the issue cannot be parceled out or subdivided without significantly diminishing its subjective value” (HASSNER, 2003, p.12).

¹¹ “The parties must mean the same thing when they refer to the issue they are bargaining over” (HASSNER, 2003, p.12).

¹² “The parties must believe that the issue cannot be substituted for or exchanged for something of equal value” (HASSNER, 2003, p.12).

como indivisíveis, principalmente se estes estão ligados intersubjetivamente à própria identidade dos Estados. Isso significa que, assim como no caso da presença de problema de comprometimento, quando da presença de problema de indivisibilidade, os Estados também teriam incentivos para manter de maneira firme suas posições, reduzindo a zona de acordo possível e levando a falha contínua das negociações (HENSEL e MITCHELL, 2005, p. 277).

1.2 Disputas militarizadas e relações de rivalidade

Como visto, não são as questões territoriais em si o lócus da explicação dentro do modelo, mas as práticas escolhidas pelos Estados quando da emergência de conflitos territoriais. O ponto é que questões territoriais aparentam ser as mais propensas à adoção de estratégias de barganha coercitivas que tendem ao ricochete. Quando da escolha da ameaça ou uso da força como mecanismo de repartição, o efeito é a intensificação da hostilidade e da percepção de ameaça, o que, por sua vez, leva os Estados, em um segundo momento, a acumularem poder, seja formando alianças exteriores à díade ou desenvolvendo domesticamente suas próprias capacidades militares. Práticas que dentro da lógica do dilema de segurança tendem a se repetir e se auto reforçar, conduzindo fatalmente ao surgimento de uma crise que escala para a guerra (SENESE e VASQUEZ, 2008; VALERIANO, 2013).

Em termos conceituais, Senese e Vasquez (2008) diferenciam conflitos territoriais (*territorial conflicts*) de disputas territoriais (*territorial disputes*). Sob esse ponto de vista, conflitos territoriais são conflitos onde o objeto em contenda produtor da divergência de interesse são questões territoriais. Disputas territoriais, por outro lado, são aqueles conflitos territoriais onde o uso ou ameaça do uso da força é a estratégia adotada pelos Estados de modo a levar sua contraparte a aceitar sua posição dentro de um contexto de barganha. Isto é, disputas territoriais são conflitos territoriais militarizados, enquanto conflitos territoriais são, em termos gerais, divergências de interesse sobre questões territoriais. (SENESE e VASQUEZ, 2008). Tal distinção se faz importante na medida em que, uma vez tendo questões territoriais se tornado militarizadas, “isso reflete certo nível de comprometimento por parte dos atores de que eles não facilmente irão abrir mão de suas posições, e que outros mecanismos de resolução de conflitos não aparentam ser produtivos” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.12, tradução nossa¹³).

¹³ “...this reflects a certain level of commitment on the part of actors that they are not willing to give in on their claims, and that other paths to resolving the dispute do not appear fruitful” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.12).

Em termos de empiria, as correlações encontradas contribuíram para o desenvolvimento do modelo. Hensel (1996, p.63) demonstrou não só que disputas militarizadas tendem a recorrer em 61,2% dos casos, mas que disputas territoriais tendem a recorrer três vezes mais que disputas relativas a outros tipos de questão (ver tabela 1.2, 1816-1992). Da mesma maneira, Vasquez e Henehan (2001, p.128), demonstraram que das 97 disputas militarizadas que levaram à guerra, entre 1816 e 1992, 53 (54,64%) tinham como objeto de disputa questões territoriais, 31 (31,96%), questões políticas (*policy*), 9 (9,28%), questões regimes/ideologia e 4 (4,12%), outras questões (ver tabela 1.3). Por fim, Senese e Vasquez (2003, p.293) a partir de resultado de teste *probit* encontraram que a probabilidade da guerra em 5 anos desde o surgimento de disputa territorial, 31,2%, é substantivamente maior se comparada a probabilidade de escalada para guerra em 5 anos quando da presença de disputas políticas (*policy*), 5,5%, ou de regime/ideologia, 6,0% (ver tabela 1.4).

TABELA 1.2 - Recorrência de disputas militarizadas* em nível diádico (1816-1992)

| Disputa Territorial? | Sem MID em um período de 15 anos | MID Recorrente | Total |
|-----------------------------|---|-----------------------|--------------|
| Não | 956 | 1294 (57,5%) | 2250 |
| Sim | 227 | 569 (71,5%) | 796 |
| Total | 1183 | 1863 (61,2%) | 3046 |

Fonte: Hensel (1996, p.63) *COW MID Data 2.1 dyadic-dispute sample level

TABELA 1.3 - Guerra por tipo de disputa militarizada* (1816-1992)

| Tipo de Disputa | MID guerra | MID total |
|------------------------|-------------------|------------------|
| Territorial | 53 (54,64%) | 583 |
| Política (Policy) | 31 (31,96%) | 941 |
| Regime | 9 (9,28%) | 115 |
| Outro | 4 (4,12%) | 32 |
| Total | 97 (100%) | 1671 |

Fonte: Vasquez e Henehan (2001, p.128) *COW MID Data 2.1 dispute sample level

TABELA 1.4 - Probabilidade de escalada para a guerra por tipo de disputa militarizada (1919-1995)

| Condições | Probabilidade da guerra em 5 anos | Sem Janela de 5 anos |
|-----------------------------------|--|-----------------------------|
| Presença de MID Territorial | 31,2% | 19,6% |
| Presença de MID Política (Policy) | 5,5% | 0,4% |
| Presença de MID Regime | 6,0% | 2,5% |

Fonte: Senese e Vasquez (2003, p.293). Senese e Vasquez (2003, p.289) estimam as probabilidades a partir de teste de probit com variável única e controlado para Democracia, Aliados, Contiguidade, Desenvolvimento Econômico e Grande potência executado no software CLARIFY (Versão 2).

Sustenta-se, portanto, que disputas territoriais, especialmente entre díades balanceadas, não tendem a produzir os resultados previstos pela lógica da deterrência. Isto é, o uso ou ameaça do uso da força não produz concessões por parte dos adversários e o mais provável é que a questão perdure e que escaramuças recorram ao longo do tempo (SENESE e VASQUEZ, 2008). A recorrência de disputas militarizadas leva à institucionalização na díade de padrão de interação próprio de relações de rivalidade, já que “a disposição do oponente em se utilizar da força confirma as expectativas sobre suas intensões agressivas” (OWSIK, 2017, p.6, tradução nossa¹⁴). Dada essa compreensão, foram incorporadas dentro do programa de pesquisa ao redor do modelo Steps-to-War as discussões sobre rivalidade que se desenvolveram nos anos 1990 paralelamente à explicação territorial das guerras (SENESE e VASQUEZ, 2008).

Apesar de haver certo consenso na literatura relativo ao potencial de escalada de relações marcadas pela rivalidade, os estudos sobre o tema tendem a se concentrar majoritariamente em duas perspectivas distintas. A primeira, proposta por Goertz e Diehl, na década de 1990 e reformulada em 2006, concentra a definição de rivalidade na recorrência de disputas militarizadas em uma díade (GOERTZ e DIEHL, 1992, 1993, 1995 e 2000; DIEHL e GOERTZ, 2000; KLEIN; GOERTZ; DIEHL, 2006). A segunda, desenvolvida por William Thompson e, em um segundo momento, Michael Colaresi e Karen Rasler, já nos anos 2000, define rivalidade a partir da constituição de mútua percepção de inimizade, ameaça e competição entre dois Estados (THOMPSON, 2001; COLARESI e THOMPSON, 2002a e 2002b; RASLER e THOMPSON, 2006; COLARESI, RASLER e THOMPSON, 2008). Destacam-se ainda os trabalhos de Hensel (1999), Maoz e Mor (2002), Cox (2010), Valeriano (2013), Owsiak e Rider (2013) e Rasler, Thompson e Ganguly (2013) que, a partir de diferentes óticas, focaram sua atenção no processo de formação, maturação e término de relações de rivalidade.

A perspectiva proposta por Diehl e Goertz (2000) e reformulada por Klein, Goertz e Diehl (2006), destaca quatro dimensões em sua concepção de rivalidade: consistência espacial, duração, competição militarizada e interdependência temporal de eventos. Em primeiro lugar, relações de rivalidade têm consistência espacial, isto é, constituem-se pela competição militarizada entre um único par de Estados ou díade ao longo do tempo (DIEHL e

¹⁴ “The opponent’s willingness to use force confirms its aggressive intentions” (OWSIK, 2017, p.6).

GOERTZ, 2000, p. 19; KLEIN, GOERTZ e DIEHL, 2006, p. 333). Em segundo lugar, tal competição militarizada perdura, o que levou os primeiros trabalhos na década de 1990 a adotarem a expressão rivalidade duradoura (GOERTZ e DIEHL, 1992; 1993; 1995; 2000).

Em terceiro lugar, relações de rivalidade são aquelas em que a dimensão militar domina a inter-relação em uma díade e, por isso, o fator definidor de sua presença é a recorrência de MIDs (DIEHL e GOERTZ, 2000, p. 22; KLEIN, GOERTZ e DIEHL, 2006, p. 334). Previamente, a presença de rivalidade duradoura em uma díade era atestada pela observação de seis ou mais disputas militarizadas não separadas em 20 anos. Caso houvesse de três a cinco MIDs, os autores classificavam a díade como proto-rivalidade e, abaixo disso, consideravam a disputa como um conflito armado isolado (DIEHL e GOERTZ, 2000, p.440-441). Por sua vez, Klein, Goertz e Diehl (2006, p.337-338) eliminaram as expressões rivalidade duradoura e proto-rivalidade, passando a considerar a presença de rivalidade em uma díade pela observação de três a cinco disputas militarizadas não separadas por um período de 10 a 15 anos.

Por fim, Goertz e Diehl consideram que, em díades onde predominam relações de rivalidade, há uma interdependência temporal de eventos, em que as práticas adotadas por Estados rivais no presente são condicionadas pela sombra do passado e as expectativas acerca do futuro (KLEIN, GOERTZ e DIEHL, 2006). Uma história de disputas militarizadas tende, portanto, a levar a díade a novas disputas militarizadas e, conforme o Steps-to-War, à formação de alianças e ao desenvolvimento de corrida armamentista. Isso porque em contexto de rivalidade o dilema de segurança é intensificado, as expectativas de comportamento se auto reforçam e as práticas coercitivas tendem a se multiplicar ao longo do tempo (SENESE e VASQUEZ, 2008).

Thompson (2001) concorda com Goertz e Diehl (1992; 1993; 1995; 2000) acerca das consequências da rivalidade para as relações diádicas e a importância de estudá-las em ordem a compreender as dinâmicas por detrás da escalada de determinados conflitos interestatais. A rivalidade para ele é também entendida como catalisadora de práticas de *Realpolitik*, na medida em que provoca o predomínio da incerteza, hostilidade e medo, intensificando o dilema de segurança (THOMPSON, 2001). O que diferencia as duas abordagens, portanto, não é entendimento acerca das consequências da rivalidade, mas a maneira de se identificar empiricamente díades rivais. Enquanto Goertz e Diehl partem de uma perspectiva *a posteriori* ao reconhecê-las empiricamente pela satisfação de número mínimo de MIDs (KLEIN, GOERTZ e DIEHL, 2006), Thompson parte de uma perspectiva *a priori* e interpretativa,

ênfatizando a construção dentro de uma díade de percepção mútua do outro como competidor, ameaça e inimigo (THOMPSON, 2001).

A crítica fundamental por parte de Thompson é a de que identificar relações de rivalidade a partir de patamar de disputas militarizadas significa identificá-las a partir de suas consequências, o que leva a perspectiva proposta por Goertz e Diehl a sofrer de problema de endogenia (SENESE e VASQUEZ, 2008). Haveria que se reconhecer as relações de rivalidade a partir daquilo que as definem como tal, não a partir de seus efeitos. O autor ênfatiza, portanto, a maneira pela qual os Estados em uma díade percebem a sua contraparte, já que isto condiciona as expectativas de comportamento, tornando as disputas militarizadas e cursos de ação baseados na *Realpolitik* profecias auto realizadas (THOMPSON, 2001, p. 562). Isso posto, para Thompson (2001, p.560, tradução nossa¹⁵), uma relação de rivalidade existe quando os Estados dentro de uma díade “se identificam mutuamente como competidores, fonte de ameaça constante em termos do uso da força, e inimigos”.

Dessarte, rivalidades caracterizam-se por seu não anonimato, os Estados em meio as suas interrelações se identificam mutualmente como rivais – competidores, ameaça e inimigos (THOMPSON, 2001, p.561). A dimensão da inimizade é originada das questões em conflito sobre a mesa de negociação, mais especificamente dos cursos de ação adotados pelos Estados em meio a sua resolução. Estratégias de barganha coercitiva tendem por sua vez a produzir a perspectiva de que o outro é uma ameaça, na medida em que se lê a disposição real ou imaginada da contraparte em utilizar da força como mecanismo de repartição. Lógica que só se aplica se os Estados são competidores, isto é, caso não haja diferenças fundamentais de capacidade entre as partes, o que, caso contrário, faria hipoteticamente com que sejam efetivas as estratégias de dissuasão empregadas por parte das partes militarmente mais poderosas (THOMPSON, 2001).

TABELA 1.5 - Relação entre Questões Territoriais, Rivalidade Estratégica, Disputas Militarizadas e Guerra (1919-1992)

| Condições | +MID | -MID | +Guerra | -Guerra | Total |
|--|--------------|---------------|----------------|----------------|--------------|
| Questão Territorial | 256 (10,76%) | 2123 (89,24%) | 78 (3,28%) | 2301 (96,72%) | 2379 (100%) |
| Questão Territorial + Rivalidade Estratégica | 145 (18,93%) | 621 (81,07%) | 58 (7,57%) | 708 (92,43%) | 766 (100%) |
| Questão Territorial – Rivalidade Estratégica | 111 (6,88%) | 1502 (93,12) | 20 (1,24%) | 1593 (98,76%) | 1613 (100%) |

¹⁵ “The actors in question must regard each other as a) competitors, b) the source of actual or latent threats that pose some possibility of becoming militarized, and c) enemies.” (THOMPSON, 2001, p.560)

Apesar de suas diferenças, ambas as perspectivas assumem que, uma vez presentes relações de rivalidade em díades já marcadas por questões territoriais e disputas militarizadas, aumenta-se a probabilidade da guerra ser escolhida como mecanismo de resolução de conflitos (SENESE e VASQUEZ, 2008; RASLER e THOMPSON, 2006). Isso porque desconfianças passam a imperar de forma mais contundente, a relação se torna mais hostil, agressiva e violenta e concessões passam a ser ainda mais difíceis de se produzir (COLARESI e THOMPSON, 2002b). A expectativa, portanto, é a de que questões territoriais marcadas pela presença de relações de rivalidade sejam mais difíceis de se resolver e de que, em sua resolução, haja baixa probabilidade de se adotarem práticas não violentas de resolução de conflitos (RASLER e THOMPSON, 2006), o que se evidencia dentro do Steps-to-War pela tendência de rivalidades em contextos de conflitos territoriais durarem mais tempo do que quando o objeto em contenda é outro (DREYER, 2012, p. 481-483). Também pelo fato de a presença de relação de rivalidade estratégica levar as díades mais frequentemente a entrarem em disputas militarizadas e a escalarem conflitos territoriais para a guerra (ver tabela 1.5) (RASLER e THOMPSON, 2006, p. 152).

1.3 Dilema de Segurança: entre a deterrência e a escalada

A teoria da deterrência mostra que a acumulação de poder e a garantia de uma distribuição de poder favorável por parte do Estado alvo pode conter a possibilidade de ataque expansionista por parte do Estado desafiante. Isso porque, nesse contexto, “a combinação dos altos custos da guerra, a baixa probabilidade de vitória do agressor e o valor de se manter ao menos o que se possui com o *status quo*” (JERVIS, 1976, p.60, tradução nossa¹⁶) reduzem a disposição do Estado desafiante em se utilizar da guerra como mecanismo de repartição (STARR, 2005). Uma vez tendo constatado que não possui capacidade suficiente para impor sua posição por meio da força, a tendência é o Estado desafiante escolher métodos não violentos para resolução do conflito (JERVIS, 1976, p. 60).

Em contraste, o argumento do Steps-to-War se aproxima do proposto por Butterfield (1951), Herz (1959) e Jervis (1976; 1978) acerca do dilema de segurança. Supõe-se que acumulação de poder em meio a contexto marcado pela lógica do dilema de segurança gera ciclo vicioso de hostilidade que conduz os dois lados em direção à guerra, em oposição ao

¹⁶ “The combination of the high cost of a war, the low probability that the aggressor can win it, and the value the aggressor places on retaining what he has already won” (JERVIS, 1976, p.60).

proposto na hipótese da deterrência (SENESE e VASQUEZ, 2008). Afinal, a acumulação de poder tende a ampliar na contraparte a percepção de insegurança e medo, já que “armas adquiridas para se defender podem ser também utilizadas para atacar” (JERVIS, 1976, p.64, tradução nossa¹⁷); e, na medida em que alianças geram contra alianças e o fortalecimento interno leva à corrida armamentista, confirmam-se as expectativas agressivas e maior é a possibilidade de eventuais crises escalarem para a guerra.

Quando da institucionalização da relação de rivalidade e da incapacidade das partes de resolverem o conflito, mesmo após recorrentes disputas territoriais, o modelo mantém, portanto, a hipótese de que as partes passam a acumular poder com o objetivo de transformar o *status quo* e negociar em posição de força. Isso se dá de duas maneiras: (i) pela formação de alianças externas à díade, somando às suas as capacidades de potenciais aliados; e (ii) pelo fortalecimento de suas próprias forças armadas, seja por investimento em tecnologias e armamentos ou pelo aumento de seu pelotão. Fatores que, em contraste à teoria da deterrência, e dentro da lógica do dilema de segurança, são tomados como catalizadores para a escalada. Isso porque alianças tendem a produzir contra alianças e o fortalecimento das forças armadas a originar corrida armamentista, o que confirma mutuamente as expectativas acerca das intensões agressivas de ambas as partes (SENESE e VASQUEZ, 2008).

Dessarte, defende-se que ambas as práticas influenciam o comportamento dos Estados quando há o surgimento de crises internacionais em sua inter-relação (COLARESI e THOMPSON, 2005). Isto é, encorajam o desenvolvimento de percepção de ameaça e interpretação pessimista de toda e qualquer ação por parte do adversário, o que dificulta a saída negociada de situações de crise. Na medida em que as imagens mutuamente negativas se institucionalizaram com a rivalidade e as expectativas agressivas se confirmaram desde a acumulação de poder, a resposta às crises tende a ser a escolha pela guerra (COLARESI e THOMPSON, 2005). A formação de alianças e contra alianças e a corrida armamentista constituem, assim, os dois últimos passos para a guerra no processo do Steps-to-War (SENESE e VASQUEZ, 2008).

1.3.1 Alianças

Após a institucionalização da relação de rivalidade e a recorrência de disputas militarizadas, o próximo passo previsto pelo modelo é a constituição de alianças exteriores à

¹⁷ “[...] arms procured to defend can usually be used to attack” (JERVIS, 1976, p.64).

díade (SENESE e VASQUEZ, 2008). Ao agregar as suas capacidades materiais àquelas de seus aliados, Estados esperam obter melhor posicionamento em meio ao balanço de poder relativo à sua contraparte (LEEDS e MORGAN, 2012, p. 139), o que os garante tanto a posição de força nas negociações que podem levar a concessões por parte do adversário, quanto maior segurança, já que asseguram capacidade de defesa em caso de agressão (OWSIK, 2017). Embora o aumento individual de capacidades também proporcione os mesmos benefícios, em meio ao Steps-to-War, a formação de alianças é passo predecessor na medida em que o recurso é visto como mecanismo de curto prazo para acumulação de poder, enquanto investimentos individuais levam tempo para consolidar e exigem maior comprometimento (SENESE e VASQUEZ, 2008; OWSIK, 2017).

Embora alianças sejam um tipo de cooperação, ao envolverem ajustes de comportamento e coordenação política, tendo em vista alinhamento de interesses e preferências (KEOHANE, 1984), elas se distinguem de vínculos cooperativos tradicionais. Isso porque, ao formalizarem alianças, os Estados se comprometem de forma vinculatória a agir de determinada maneira quando da presença de ameaças militares externas (LEEDS e MORGAN, 2012). Elemento que se identifica, por exemplo, em Leeds *et al* (2002, p.238, tradução nossa¹⁸) em meio ao projeto ATOP (*Alliance Treaty Obligations e Provisions*), no qual se define *alianças* como

acordos escritos e assinados por representantes de dois ou mais Estados que incluem promessas mútuas de suporte em meio a conflitos armados, de neutralidade em meio a conflitos armados, de se abster do uso da força em suas relações, ou de consultas em eventuais crises internacionais com potencial de escalada militar.

É este elemento vinculatório de ação, quando da presença de ameaças militares externas, capturado na definição de Leeds *et al* (2002, p.238) o elemento que permite a agregação de capacidades e, portanto, potencial alteração na distribuição de poder relativo na díade. Por isso, em contexto marcado pelo dilema de segurança, onde “os meios pelos quais um Estado aumenta sua segurança diminui a segurança dos outros” (JERVIS, 1978, p.169, tradução nossa¹⁹), o modelo prevê que a formação de aliança externa à díade por um dos lados leve sua contraparte a formar contra alianças (SENESE e VASQUEZ, 2008). Outrossim, ao contrário do esperado pela hipótese da deterrência, defende-se que a formação de alianças não seja por si só capaz de deter potenciais agressões. Ao confirmarem expectativas mútuas de

¹⁸ “Alliances are written agreements, signed by official representatives of at least two independent states, that include promises to aid a partner in the event of military conflict, to remain neutral in the event of conflict, to refrain from military conflict with one another, or to consult/cooperate in the event of international crises that create a potential for military conflict” (LEEDS *et. al.*, 2002, p.238).

¹⁹ “[...] the means by which a state tries to increase its security decrease the security of others” (JERVIS, 1978, p.169).

intenção agressiva próprias às relações de rivalidade, as alianças são consideradas um elemento catalisador para a adoção de novas práticas de *Realpolitik* e a escalada do conflito quando do surgimento de crises internacionais (VALERIANO, 2013). Em meio ao Steps-to-War, portanto, alianças não detêm a guerra; ao contrário, aproximam as díades de sua conflagração (SENESE e VASQUEZ, 2008).

TABELA 1.6 - Probabilidade de escalada de disputas militarizadas para guerra dentro de 5 anos, 1816-1945

| Período | Condições | MID territorial | MID política (Policy) | MID regime |
|-----------|---|-----------------|-----------------------|------------|
| 1816-1945 | Sem aliança | 16,5% | 9,2% | 6,9% |
| | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* | 48,6% | 32,6% | 25,3% |
| | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* + 6 MIDs | 57,2% | 40,6% | 32% |
| | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* + 15 MIDs | 69,2% | 53,6% | 43,6% |
| 1946-1989 | Sem aliança | 17,8% | 3,4% | 11,2% |
| | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* | 4,5% | 0,8% | 2,7% |
| | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* + 6 MIDs | 6,9% | 1,2% | 4,2% |
| | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* + 15 MIDs | 12,1% | 2,2% | 7,5% |

Fonte: Adaptado de Senese e Vasquez (2008, p.197 e p.204). Senese e Vasquez (2008, p.196 e p.200) calculam as probabilidades a partir de um teste logit executado no software Stata disponível na página indicada.

*São consideradas alianças politicamente relevantes aquelas pactuadas com Estados contíguos ou na mesma região geográfica do Estado alvo e/ou com potências capazes de transpor poder militar para além de sua região de origem (SENESE; VASQUEZ, 2008, p.67-68).

Não obstante, a diferença de outros passos delineados pelo modelo, o efeito das alianças na escolha da guerra como mecanismo de repartição não é consenso na literatura. Em primeiro lugar, na medida em que Senese e Vasquez (2008) encontraram resultados significativamente diferentes para os períodos de 1816-1945 e 1946-1989. Entre 1816-1945, de fato, o potencial de escalada de uma disputa territorial para guerra em 5 anos é notadamente maior quando da presença de alianças politicamente relevantes externas à díade,

enquanto entre 1946-1989, o efeito é o contrário (ver tabela 1.6) – o que sugere ser a hipótese particularmente relevante para explicar resultados até o fim da Segunda Guerra Mundial, mas que seu potencial para o período seguinte não é o mesmo (SENESE e VASQUEZ, 2008).

Em segundo lugar, testes posteriores realizados por Johnson e Leeds (2011) e Kenwick, Vasquez e Powers (2015) encontraram resultados diferentes para o efeito de alianças defensivas ATOP na escalada. Por um lado, Johnson e Leeds (2011, p.55-58) argumentam que Estados com alianças defensivas têm probabilidade 20% menor de serem alvo de disputas militarizadas, ao mesmo tempo em que tendem a não responder quando da iniciação por parte do adversário (p.60-62), o que fortalece a hipótese da deterrência. Por outro lado, Kenwick, Vasquez e Powers (2015) encontraram que, independentemente do período estudado, (1816-1945 ou 1945-2000) foram mais frequentes os casos de eclosão de maior número de disputas militarizadas e da guerra imediatamente após a firma de alianças defensivas (ver tabela 1.6 e 1.7), o que, em seu turno, fortalece a hipótese do Steps-to-War.

TABELA 1.7 - Efeito Longitudinal da formação de alianças defensivas na iniciação de disputas militarizadas: ATOP Defensivo (1816-2000)

| Período | Menos MIDs depois | Sem MID antes ou depois | Mesma quantidade de MIDs antes e depois | Mais MIDs depois |
|----------------|--------------------------|--------------------------------|--|-------------------------|
| 1816-2000 | 54 (0,77%) | 6 851 (98,03%) | 6 (0,09%) | 78 (1,12%) |
| 1816-1945 | 27 (2,54%) | 985 (92,84%) | 2 (0,19%) | 47 (4,43%) |
| 1945-2000 | 19 (0,43%) | 4 357 (98,93%) | 4 (0,09%) | 21 (0,54%) |

Fonte: Adaptado do apêndice de Kenwick, Vasquez e Powers (2015)

TABELA 1.8 - Efeito Longitudinal da formação de alianças defensivas na iniciação de Guerras: ATOP Defensivo (1816-2000)

| Período | Menos Guerras depois | Sem Guerra antes ou depois | Mesma quantidade de Guerras antes e depois | Mais Guerras depois |
|----------------|-----------------------------|-----------------------------------|---|----------------------------|
| 1816-2000 | 23 (0,33%) | 6 918 (98,98%) | 0 (0,00%) | 48 (0,69%) |
| 1816-1945 | 14 (1,32%) | 1 016 (95,76%) | 0 (0,00%) | 31 (2,92%) |
| 1945-2000 | 7 (0,16%) | 4 380 (99,46%) | 0 (0,00%) | 17 (0,39%) |

Fonte: Adaptado do apêndice de Kenwick, Vasquez e Powers (2015)

Os resultados opostos encontrados podem ser explicados pela adoção de diferentes pressupostos metodológicos em ambos os estudos, mais especificadamente no que concerne ao recorte temporal empregado na análise. Enquanto Kenwick, Vasquez e Powers (2015) se

concentram nos cinco anos anteriores e nos cinco anos posteriores à formação da aliança, Johnson e Leeds (2011) levam em consideração todo o seu tempo de existência (LEEDS e JOHNSON, 2016). Leeds e Johnson (2016) defendem que, embora Kenwick *et al.* tenham avançado em relação a Senese e Vasquez (2008) e de fato encontrado um resultado que fortalece a proposta pelo Steps-to-War, no que concerne ao efeito imediato de alianças, isso não seria suficiente para desacreditar a hipótese da deterrência testada por Johnson e Leeds (2011). Outrossim que ambas as análises não estão em competição direta e podem ser verdadeiras em suas particularidades, na medida em que o Steps-to-War não defende relação direta entre a formação de alianças e a guerra, mas o impacto das alianças externas às díades na decisão de se usar a força em contextos de crise, dada intensificação da hostilidade e do medo pelo efeito de agregação de capacidades (LEEDS e JOHNSON, 2016).

1.3.2 *Corrida Armamentista*

Para além da formação de alianças, o Steps-to-War teoriza que, quando da institucionalização de relações de rivalidade e da recorrência de disputas militarizadas, os Estados em uma díade tendem a reforçar suas capacidades militares unilateralmente (OWSIK, 2017). Contudo, em contexto marcado pelo dilema de segurança e da mesma maneira em que a formação de aliança gera contra alianças, reforços militares individuais tendem a produzir corrida armamentista. Há que se diferenciar, portanto, reforços militares individuais de corridas armamentistas. Enquanto reforços militares individuais indicam um crescimento no poderio militar individual de cada Estado, a corrida armamentista é um fenômeno interativo em que dois estados competem militarmente de modo a lograr capacidades relativas suficientemente grandes para protegê-los de eventuais ataques de sua contraparte (VALERIANO, 2013, p. 38). Em termos de Gibler, Rider e Hutchison (2005, p.134, tradução nossa²⁰), corridas armamentistas podem, então, ser definidas como “competição interativa entre dois Estados rivais relativa à força de suas forças armadas”.

Tendo em vista a definição delineada, identificam-se dois elementos principais que caracterizam uma corrida armamentista. Em primeiro lugar, corridas armamentistas são fenômenos interativos, não anônimos, e o reforço militar se dá tendo em vista uma competição recíproca (VALERIANO, 2013). Em segundo lugar, o mútuo e interativo reforço militar se dá em espiral e de forma acelerada. O que significa dizer que o incremento em

²⁰ “interactive competition between two rival states using the strength of their armed forces” (GIBLER, RIDER e HUTCHISON, 2005, p.134).

capacidade deve não só ser significativamente maior que em anos anteriores, mas também que deve crescer continuamente ao longo do tempo (VALERIANO, 2013). Teoricamente, espera-se que corridas armamentistas também aumentem a percepção de hostilidade e ameaça dentro de uma díade (SENESE e VASQUEZ, 2008), já que em contexto marcado pelo dilema de segurança “os meios pelos quais um Estado aumenta sua segurança diminui a segurança dos outros” (JERVIS, 1978, p. 169). Assim como no caso das alianças, a hipótese é a de que as corridas armamentistas aumentam a disposição dos Estados em escolherem a guerra como curso de ação mais apropriado quando da deflagração de uma crise internacional (STARR, 2005; SENESE e VASQUEZ, 2008).

TABELA 1.9 - Probabilidade de escalada de disputas militarizadas para guerra dentro de 5 anos quando da presença de corrida armamentista (1816-1989)

| Período | Condição | MID territorial | MID política (Policy) | MID regime |
|-----------|---|-----------------|-----------------------|------------|
| 1816-1945 | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* + 15 MIDs+ corrida armamentista | 92,1% | 85,7% | 78,8% |
| 1946-1989 | Os dois lados com alianças politicamente relevantes e externas à díade* + 15 MIDs+ corrida armamentista | 13,9% | 2,7% | 8,8% |

Fonte: Adaptado de Senese e Vasquez (2008, p.197 e p.204). Senese e Vasquez (2008, p.196 e p.200) calculam as probabilidades a partir de um teste logit executado no software Stata disponível na página indicada. *São consideradas alianças politicamente relevantes aquelas pactuadas com Estados contíguos ou na mesma região geográfica do Estado alvo e/ou com potências capazes de transpor poder militar para além de sua região de origem (SENESE; VASQUEZ, 2008, p.67-68).

A evidência empírica em geral confirma a expectativa delineada pelo modelo. De fato, encontrou-se que, quando da deflagração de corrida armamentista em díades rivais, maior a probabilidade da emergência da guerra. Gibler, Rider e Hutchison (2005, p.144), por exemplo, levando em consideração a lista de rivalidade estratégica replicada de Thompson (2001), constataram que a probabilidade da escalada para guerra, quando da presença de corrida armamentista em díades rivais, é 5 vezes maior do que ao contrário. Da mesma maneira, Senese e Vasquez (2008, p.197 e 204), apontaram aumento significativo da probabilidade da guerra, quando da adição de corrida armamentista às outras variáveis analisadas pelo Steps-to-war, o que é particularmente significativo para o período 1816-1945 (ver tabelas 1.6 e 1.9).

Os resultados encontrados, entretanto, não apontam para o fato de corridas armamentistas serem *conditio sine qua non* para a maioria das guerras. Na realidade, os resultados de Gibler, Rider e Hutchison (2005, p.134) indicam que somente 13 das 79 guerras identificadas pelo projeto COW foram precedidas por corrida armamentista. Esses dados demonstram que, apesar das corridas armamentistas terem efeito significativo na escalada de conflitos, elas ocorrem somente em circunstâncias específicas (LEEDS e MORGAN, 2012, p. 143). Circunstâncias essas que, por sua vez, fazem parte das hipóteses levantadas pelo modelo Steps-to-War (SENESE e VASQUEZ, 2008).

TABELA 1.10 - Rivalidade Estratégica, MID Territorial e envolvimento em corrida armamentista

| Condições | Número de Rivalidades Estratégicas | Número de Corridas Armamentistas |
|---|------------------------------------|----------------------------------|
| Rivalidade estratégica não-territorial* | 39 (25,3%) | 10 (14,2%) |
| Rivalidade estratégica parcialmente territorial** | 32 (20,7%) | 23 (32,8%) |
| Rivalidade estratégica predominantemente territorial*** | 69 (44,8%) | 36 (51,4%) |
| Outro**** | 14 (9%) | 1 (1,4%) |
| Total | 154 | 70 |

Fonte: Adaptado de Rider (2009, p.700). *Não apresenta MIDs Territoriais ** Menos de 50% das MIDs são territoriais *** Mais de 50% das MIDs são territoriais **** Apresenta MIDs que não são Territoriais, Políticas (Policy), ou Regime de acordo com COW Data 3.02

Nesse sentido, em primeiro lugar, Rider (2009) demonstrou que disputas territoriais tendem a levar mais frequentemente ao engajamento das díades em corridas armamentistas, o que se observa pela tabela 10, na qual rivalidades estratégicas predominantemente territoriais representam 51.4% dos casos em que houve corridas armamentistas registrados por Rider (2009). Em segundo lugar, corridas armamentistas demandam tempo e custos para se desenvolverem e, portanto, são características de rivalidades maduras (RIDER, FINDLEY e DIEHL, 2011). Por este ângulo, Rider, Findley e Diehl (2011, p.88-92) encontram associação curvilínea entre a evolução das disputas militarizadas em uma díade rival e a presença de corridas armamentistas: em seu início, ela é alta e decresce até a 10ª disputa militarizada, a partir da qual volta a crescer paulatinamente até a 25ª. Resultados que, em suas particularidades, fortalecem o Steps-to-War, na medida em que o foco do modelo são os conflitos de interesse sobre questões territoriais e que, em sua lógica, as corridas

armamentistas se encaixam como último passo antes da deflagração da guerra (SENESE e VASQUEZ, 2008).

1.4 Considerações Parciais

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar o modelo Steps-to-War. Em síntese, foi demonstrado que, de acordo com o modelo, o advento e o perduro de questão territorial podem ser considerados o primeiro passo para a guerra, enquanto o surgimento de relações de rivalidade e de disputas militarizadas, a formulação de alianças e a acumulação de poder são vistas como passos subsequentes (SENESE; VASQUEZ, 2008, p.14). Quando da institucionalização de corrida armamentista em uma rivalidade madura (último passo), espera-se que eventualmente surja uma crise que escale para a guerra (SENESE; VASQUEZ, 2008, p.16).

Desde a sua institucionalização na segunda metade da década de 1990, as pesquisas empíricas relacionadas ao Steps-to-War procuraram, de forma dedutiva, investigar os passos teorizados simultaneamente; demonstrar a relação entre os passos individuais e a emergência da guerra ou ainda examinar individualmente a relação entre os passos (OWSIK, 2017). Das pesquisas instrumentalizadas, encontrou-se suporte considerável às hipóteses teorizadas, havendo particularmente debates mais robustos apenas no que concerne ao efeito das alianças. Os testes realizados até o momento, no entanto, adotaram concepção de causalidade como associação regular e probabilística (BEACH; PEDERSEN, 2013, p.24-27) e como consequência não foram capazes de acessar, de fato, a sequência de passos teorizada pelo modelo. Senese e Vasquez em *Steps to War: an empirical study* (2008), por exemplo, não realizam, naquele momento, teste dessa natureza e restringem o objetivo de seu estudo a “observar se a presença dos fatores de risco teorizados, individualmente ou combinados, que no começo de uma crise aumentam a probabilidade de escalada do conflito à Guerra” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.22).

Em suma, teste da sequência de passos teorizada pelo Steps-to-War é a proposta desta dissertação. No próximo capítulo, serão delineados os aspectos metodológicos para a sua realização, destacando o desenho de pesquisa a ser aplicado nos casos analisados nos capítulos 3 e 4. A partir de uma compreensão de causalidade própria do *process-tracing* (ver BEACH e PEDERSEN, 2013, p.24-27), acredita-se ser possível compreender cada passo destacado pelo modelo como partes de um processo que se origina quando da presença de

divergência de interesses sobre questões territoriais e termina na escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos. Em cada caso, espera-se ser possível encontrar os passos na ordem pela qual eles aparecem na hipótese deduzida desde o modelo

2 METODOLOGIA

A expansão da explicação territorial das guerras para o modelo Steps-to-War ao longo dos anos 2000 (ver SENESE e VASQUEZ, 2003; 2008) se desenrolou aos moldes do que Russett e Kramer (1973, p.4), em editorial do *Journal of Conflict Resolution* (JCR), delinearão como *hard-nosed peace research*. Em meio a discussões epistemológicas²¹ dentro do campo dos Estudos de Paz à época e em contraposição ao modelo de ciência trilateral proposto por Galtung²² (1972), os então editores do JCR reforçaram ali o seu comprometimento com modelos teóricos formais e pesquisas quantitativas. Nesse sentido, o foco de Senese e Vasquez (2008, p.1) esteve voltado ao uso de análises estatísticas para delinear padrões e explicar a probabilidade da guerra quando da presença dos fatores destacados em suas hipóteses. Esforço que contribuiu nos últimos anos para consolidação do

²¹ Na década de 1970, após quase vinte anos de predomínio do positivismo behaviourista dentro dos Estudos de Paz, Galtung (1972) é um dos responsáveis por abrir debate epistemológico no campo e questionar a ciência da paz voltada ao teste de modelos teóricos formais e pesquisas quantitativas (PUREZA, 2011). Propõe, em oposição, modelo de ciência trilateral que, apesar de não abandonar os dados e os modelos teóricos, afasta-se do positivismo ao trazer também os valores para o centro da empreitada científica, de modo a, não só descrever o mundo como ele é, como também transformá-lo, construindo-o da maneira como deveria ser (GALTUNG, 1972).

²² Para Galtung (1972, p.361-363), a atividade científica dentro dos Estudos de Paz deveria lidar com três tipos de mundo, o observado, o previsto e o idealizado, e seria composta de três níveis: o empírico, o crítico e o construtivista. Em seu nível empírico, a atividade científica seria responsável por coletar dados concretos da realidade e comparar seus padrões com os modelos teóricos hipotetizados, ajustando-os ao longo do processo (GALTUNG, 1972). Em seu nível crítico, a atividade científica compararia os dados coletados com os valores tomados *a priori* como fundamentais, de modo a julgar se a realidade se conforma ou não a eles e, portanto, revelar seus vícios (GALTUNG, 1972). Em seu nível construtivista, a atividade científica compararia as teorias e os valores, de modo a julgar a medida em que o previsto se adequa ao idealizado e ajustá-las, propondo práticas capazes de transformar a realidade social (GALTUNG; 1972). Dessa maneira, boas teorias seriam aquelas que contribuem para produção de uma realidade idealizada; e a objetividade da ciência, especialmente a ciência da paz, não está em sua neutralidade e/ou na correspondência entre dados e teoria, mas em sua capacidade de transformar a realidade tendo como ponto de partida os valores *a priori* destacados (GALTUNG, 1972).

modelo, na medida em que os testes realizados em diferentes unidades de análise e amostras corroboraram significativamente as proposições teorizadas (SAMPLE, 2016, p. 5).

Como apontam Senese e Vasquez (2008, p.23, tradução nossa²³), esse enfoque se justificou à época na medida em que o objetivo ali era determinar se “a presença de um ou mais passos, não importando a sua ordem, resultava no aumento da probabilidade da guerra”. Isto é, apesar da linguagem adotada sugerir ações em sequência, os autores buscaram, em um primeiro momento, demonstrar “não a sequência de passos em si, mas que os passos se reforçam mutuamente” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.23, tradução nossa²⁴). Isso não significa negar o caráter evolucionário do modelo, já que é claro, no desenvolvimento teórico, o argumento em favor de uma sequência de passos que explique o caminho percorrido pelos Estados, desde o surgimento de uma questão territorial até a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos (SENESE e VASQUEZ, 2008, p. 28; SAMPLE, 2014, p. 274). Ponto que ali era difícil de ser testado porque esse não era o objetivo de Senese e Vasquez (2008), além do mais, o desenho de pesquisa delineado os impedia de fazer inferências dessa natureza (SENESE e VASQUEZ, 2008, p. 266).

Testes estatísticos não podem prover explicações que abranjam mecanismos causais que porventura venham a compor uma hipótese de trabalho, já que partem de uma compreensão de causalidade como associação regular e probabilística (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.24-27). Quer dizer, compreendem relações causais como padrões de associação regular entre variáveis independentes (X) e dependentes (Y) correlacionadas. De modo a descortinar mecanismos causais presentes entre a variável independente e dependente, Beach e Pedersen (2008, p.24-27) argumentam ser necessário compreender a causalidade como um processo de transmissão de forças causais entre partes de um mecanismo que contribuem para a produção do resultado esperado; ou seja, adotar desenho de pesquisa que “vá para além da modelagem de relações estatísticas” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.266, tradução nossa²⁵).

Nesse enquadramento, a proposta desta dissertação é realizar via *process-tracing* estudos de caso aprofundados que permitam teste para a sequência de passos sugerida pelo modelo, o que é crucial para o desenvolvimento teórico do Steps-to-War, na medida em que, ao fim, poder-se-á melhor compreender a maneira pela qual os passos estão inter-relacionados

²³ “[...] the presence of more than one step, regardless of its order, results in an increase in the probability of war” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.23).

²⁴ “[...] not the sequence of the steps, but that they are mutually reinforcing” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.23)

²⁵ “[...] Moving beyond modeling the statistical relationships” (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.266).

(SENESE e VASQUEZ, 2008, p.29), assim como as suas próprias fronteiras heurísticas. Será possível fazer inferência em termos bayesianos acerca do Steps-to-War enquanto modelo de escalada, ao mesmo tempo em que se preserva a já comprovada importância individual e/ou combinada de cada passo por estudos como os de Senese e Vasquez (2008). Esse esforço se complementa àquele de Sample (2014), quando a autora analisa o momento de aparição e a sequência dos passos em 42 casos onde há a presença de questões territoriais e da guerra, mas não se aprofunda de modo a prover teste robusto ao modelo; e de Sample (2016), quando a autora analisa cinco casos onde há a presença de questões territoriais e da guerra e são mais prováveis²⁶ (*most-likely*) para a tese de antecipação da guerra²⁷, o que contribui para o reforço do modelo pela diminuição da confiança em hipótese rival.

2.1 Desenho de Pesquisa

O objetivo desta dissertação é o de testar a sequência de passos teorizada pelo modelo Steps-to-War, tomada aqui como hipótese de trabalho. Para tanto, o método a ser adotado será o *process-tracing*, ideal para ir além das correlações estocásticas e descortinar o mecanismo causal (MC) entreposto entre as variáveis independente (X) e dependente (Y) (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.5). Um MC pode ser definido como uma série de partes interligadas que transmitem forças causais desde X até a Y (ver figura 2.1); cada parte do mecanismo (N_n) é composta por entidades – e.g. pessoas – que se engajam em atividades – e.g. protestam –, sendo as atividades executadas pelas entidades as responsáveis pela transmissão de força causal ao longo do mecanismo (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.29). Em oposição a King, Keohane e Verba (1994, p.87), as partes não são consideradas como variáveis intervenientes; elas são invariantes desde o ponto de vista do MC, ou cada uma das partes está presente ou o mecanismo como um todo não está – isto é, são individualmente necessárias e em conjunto suficientes para produzir o resultado esperado (BEACH e PEDERSNE, 2013, p.39; GEORGE e BENNET, 2005, p.206).

FIGURA 2.1 - Modelo de Mecanismo Causal

²⁶ Casos mais prováveis são àqueles em que as condições entendidas como fundamentais para o funcionamento da hipótese de trabalho estão presentes.

²⁷ A tese de antecipação da guerra se contrapõe àquela do Steps-to-War, na medida em que sugere que “corridas armamentistas, formação de alianças e repetidas disputas militarizadas [...] estão associadas à guerra na medida em que os líderes já tomaram *a priori* a decisão de ir à guerra [...] e se engajam em políticas voltadas ao aumento de sua capacidade antes do começo real das hostilidades, [...] o que significa dizer que é a guerra (ou sua expectativa) o que está causando os ‘passos’, e não o inverso” (SAMPLE, 2016, p.2, tradução nossa: This alternative suggests that the reason that arms buildups, alliances, and repeated disputes [...] are associated with war is that leaders either make a decision to go to war, or assume war is highly probable given current conditions, then engage in policies to augment their capacity to fight a war in advance of the actual commencement of hostilities. [...] then the (expectation of) war is causing the ‘steps’ that occur prior to the outbreak of war, not the other way around).

$$X \rightarrow [(n1 \rightarrow) * (n2 \rightarrow)] Y$$

Fonte: Beach e Pedersen (2013, p.30)

Beach e Pedersen (2013, p.3) diferenciam três variantes do *process-tracing*: (a) explicação de resultados (*explaining-outcome*) – objetiva desenvolver uma explicação suficiente para um caso histórico particularizado e que não permite generalização; (b) construção de teorias (*theory-building*) – objetiva, de forma indutiva, desde a evidência empírica coletada em casos particulares, produzir explicação teórica generalizável; (c) teste de teorias (*theory-testing*) – objetiva dedutivamente testar a força explicativa de um mecanismo causal previamente teorizado para uma população de casos. Dessarte, a variante adotada nesta dissertação é a teste de teorias, tendo o MC sido construído a partir do modelo Steps-to-War (ver quadro 2.1). De modo a pô-lo à prova, serão rastreadas em dois estudos de caso a presença de cada uma de suas partes, o que só é possível pela predeterminação de manifestações observáveis que consigam traduzir as expectativas teóricas do modelo (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.14-15).

QUADRO 2.1 - Hipótese / Mecanismo Causal

| Partes | Entidades e Atividades |
|--|--|
| <i>Variável Independente:</i> <i>Questão Territorial (x_{>})</i> | Os <u>Estados</u> entram em conflito de interesse sobre questão territorial. |
| <i>Parte I (n_{1>})</i> | <u>Problema de comprometimento e/ou indivisibilidade</u> dificulta a construção de acordo mutuamente satisfatório, levando a contínua falência das negociações bilaterais. |
| <i>Parte II (n_{2>})</i> | Os <u>Estados</u> transformam o conflito territorial em disputa militarizada. |
| <i>Parte III (n_{3>})</i> | Os <u>Estados</u> passam a se enxergar mutuamente como ameaça, atribuindo ao outro o papel de competidor e inimigo. |
| <i>Parte IV (n_{4>})</i> | Os <u>Estados</u> recorrem a alianças externas à díade como meio eficiente e de curto prazo para aumentar seu poderio militar, intensificando o dilema de segurança. |
| <i>Parte V (n_{5>})</i> | Os <u>Estados</u> passam a acumular poder militar de forma interativa como meio para conquista de seus objetivos e proteção frente ao adversário que lhes ameaça. |
| <i>Variável Dependente:</i> <i>Guerra (y)</i> | Os <u>Estados</u> escolhem a guerra como mecanismo de resolução de conflitos. |

Fonte: Elaboração própria

A variável independente é “questão territorial” ou “conflito territorial” de saliência média ou alta (ver quadro 2.1). Identifica-se por conflito territorial situação na qual um Estado A reivindicou determinado território, e um Estado B respondeu indicando não capitular a sua demanda, não havendo acordo formal posterior sobre a matéria (SAMPLE, 2014, p.276). Na medida em que a saliência (ou o valor intrínseco da questão para os Estados envolvidos no conflito) é postulada como condição de existência do MC, ela atuará como variável de filtro das questões territoriais relevantes para esta dissertação. De modo a identificar a presença de conflito territorial nos casos será utilizada a base de dados *Issue Correlates of War* (ICOW) que, em sua versão 1.20, apresenta lista de questões territoriais de 1816 até 2001 e determina suas respectivas saliências. O projeto delinea a presença de questões territoriais “quando representantes oficiais de governo autorizados a empreender política exterior reclamam a soberania de um território específico” (FREDERICK; HENSEL; MACAULAY, 2017, p.101, tradução nossa²⁸). Por sua vez, a saliência de cada uma das questões é determinada pelo índice de saliência agregada ICOW. O índice (0-12) é medido a partir de seis variáveis que contemplam os componentes tangíveis (três variáveis) e intangíveis dos territórios (três variáveis). Cada variável tangível – presença de recursos valiosos (petróleo, cobre, níquel, água, pescado, etc.); localização estratégica; presença de população permanente – acumula 2 pontos ao cálculo, enquanto cada variável intangível – o espaço faz parte de território original, não sendo colônia ou dependência; há laços identitários; anteriormente o Estado exerceu soberania sobre o território – acumula 1 ponto ao cálculo por Estado. Ao fim, são consideradas de alta saliência aquelas questões em que o índice está entre 9 e 12, média saliência aquelas de índice entre 5 e 8 e baixa saliência aquelas de índice entre 1 e 4 (FREDERICK; HENSEL; MACAULAY, 2017, p.101).

A parte I do MC é “problema de comprometimento e/ou indivisibilidade (ver quadro 2.1). Identifica-se por problema de comprometimento “situações em que acordos mutuamente satisfatórios são inatingíveis porque um ou mais Estados têm incentivos para renegar seus termos”, sendo eles instituídos (FEARON, 1995, p.381). Identifica-se por problema de indivisibilidade situações em que acordos mutuamente satisfatórios são inatingíveis na medida em que um ou mais Estados consideram o objeto em contenda indivisível (FEARON, 1995, p.381; TOFT, 2006, p.35-36). De modo a observar problemas de comprometimento e/ou indivisibilidade, será em primeiro lugar analisado o tipo de saliência predominante na questão, a partir do desmembramento do índice de saliência agregada ICOW (HENSEL e

²⁸ “[...] when official representatives of the challenger state make explicit claims to sovereignty over a specific piece of territory” (FREDERICK; HENSEL; MACAULAY, 2017, p.101).

MITCHELL, 2005) – se prevalece saliência tangível, a tendência é presença de problema de comprometimento; se prevalece saliência intangível, a tendência é a presença de problema de indivisibilidade. Ademais, serão identificadas negociações bilaterais que sequencialmente falham em resolver o conflito a partir do cruzamento de fontes secundárias.

A parte II do MC é “disputa militarizada” (ver quadro 2.1). Disputas militarizadas são definidas como uma “série de incidentes envolvendo a ameaça, demonstração ou uso da força entre dois Estados de maneira deliberada e explícita” (MAOZ, 2019, p.812, tradução nossa²⁹). De modo a identificar a presença de disputas militarizadas, será utilizada a base de dados DYADIC MID v.3.1 produzida por Maoz *et. al.* (2019) e publicada no *Correlates of War*³⁰. A escolha por usá-lo deve-se ao fato de que ele cataloga as disputas militarizadas entre os anos 1816 e 2010, em nível diádico, e não em nível das disputas *per se* ou dos participantes como a COW MID v.4.3. Uma disputa militarizada diádica refere-se a um conjunto de incidentes militarizados entre dois Estados, cada MID possui um número de catálogo (padronizado ao COW MID 4.3) e é registrada no banco de dados uma vez a cada participante por ano de prolongamento da MID – isto é, (2 x N) díades x (N) anos (MAOZ *et. al.*, 2019, p.813-817). Assim como no COW MID v.4.3, Maoz *et. al.* (2019) inserem variável (“*revtypea*”) relativa ao tipo de questão a qual a disputa militarizada está relacionada, o que faz possível a filtragem daquelas relacionadas a conflitos territoriais. Caso as primeiras disputas militarizadas antecedam a variável independente e/ou a parte anterior do mecanismo causal, a confiança na sequência de passos delineada é fragilizada.

A parte III do MC é “relação de rivalidade” (ver quadro 2.1). De modo a evitar problema de endogeneidade, será adotada a concepção de rivalidade proposta e operacionalizada por Thompson (2001) e não àquela de Klein, Goertz e Diehl (2006) (ver SENESE e VASQUEZ, 2008, p.29). Isso porque estes identificam díades rivais a partir de patamares de disputas militarizadas, enquanto Thompson (2001, p.562) as reconhece a partir da maneira pela qual os Estados se percebem mutuamente – *i.e.* para o autor, uma relação de rivalidade existe quando os Estados em uma díade “se identificam mutuamente como competidores, fonte de ameaça constante em termos do uso da força, e inimigos” (THOMPSON, 2001, p.560, tradução nossa³¹). De modo a observar a presença de relações de

²⁹ “A set of incidents involving the deliberate, overt, government-sanctioned, and government-directed threat, display, or use of force between two or more states” (MAOZ, 2019, p.812).

³⁰ O *dataset* está disponível para download no site do projeto *Correlates of War*: <http://cow.dss.ucdavis.edu/datasets/MIDs>

³¹ “The actors in question must regard each other as a) competitors, b) the source of actual or latent threats that pose some possibility of becoming militarized, and c) enemies.” (THOMPSON, 2001, p.560)

rivalidade será, portanto, utilizada a lista de rivalidades estratégicas entre 1816 e 1999 de Colaresi, Rasler e Thompson (2008, p.38-50). Especial atenção será dada para a data de início da relação de rivalidade, na medida em que, de acordo com o mecanismo causal hipotetizado, elas devem surgir após a(s) primeira(s) disputa(s) militarizada(s). Caso ela surja em outro momento (que não após as primeiras disputas militarizadas e antes da formação de alianças), a confiança na sequência de passos delineada é fragilizada.

A parte IV do MC é “formação de alianças” (ver quadro 2.1). A partir do *Alliance Treaty Obligations and Provisions Project* (ATOP) alianças podem ser definidas como um “acordo formal de cooperação militar entre estados independentes em face a conflito militar de fato ou potencial” (LEEDS, 2018, p.6, tradução nossa³²). De modo a observar a presença de alianças, será utilizada a base de dados ATOP v.4.01 e, em particular, o *dataset* “atop4_01dy” que cataloga alianças em nível diádico entre 1815 e 2016 (LEEDS *et. al.*, 2002). A opção foi utilizar o ATOP v.4.0, e não o COW ALLIANCES v.4.1, já que Leeds *et al.* (2002) compilam informações detalhadas acerca do conteúdo dos acordos – o que é fundamental para um desenho de pesquisa qualitativo. Uma vez mais a atenção será dada para a data de início da(s) aliança(s) e a confiança na sequência delineada será fragilizada caso ela(s) surja(m) em outro momento que não após a formação de relação de rivalidade e antes da corrida armamentista. Em princípio, qualquer um dos cinco tipos de aliança propostos pelo ATOP (ofensiva, defensiva, neutralidade, não-agressão e consulta) será válido, na medida em que todos eles indicam a preocupação dos Estados signatários com um conflito armado em potencial. As alianças, entretanto, serão filtradas para as politicamente relevantes a partir dos critérios propostos por Senese e Vasquez (2008). Nesse sentido, deve ser atendida por uma das seguintes condições para a aliança ser considerada durante a análise (SENESE e VASQUEZ, 2008, p.67-68):

1. Se o Estado em questão é um Estado pequeno (*minor state*³³), a aliança está formalizada com um Estado maior (*major state*);
2. Se o Estado em questão é um Estado menor (*minor state*), a aliança está formalizada como um Estado menor (*minor state*) contíguo a ele ou localizado na mesma região de seu Estado-alvo;

³² An alliance is a formal agreement among independent states to cooperate militarily in the face of potential or realized military conflict” (LEEDS, 2018, p.6).

³³ Assim como Senese e Vasquez (2008, p.67) os Estados serão classificados como maiores (*major states*) ou menores (*minor states*) a partir da sua presença ou não na lista de *major states* do projeto *Correlates of War* (COW, 2017).

3. Se o Estado em questão é um Estado maior (*major state*), a aliança está formalizada com outro Estado maior (*major state*);
4. Se o Estado em questão é um Estado maior (*major state*), a aliança está formalizada com um Estado menor (*minor state*) contíguo a ele ou localizado na mesma região de seu Estado-alvo;

A parte V do MC é “corrida armamentista” (ver quadro 2.1). Reconhece-se nesta dissertação a diferença entre mútuo reforço militar, crescimento na capacidade militar individual de cada Estado ao mesmo tempo, e corrida armamentista, fenômeno interativo onde dois Estados competem sobre o tamanho de suas capacidades militares em termos relativos e interdependentes (VALERIANO, 2013, p.38). No entanto, como apontam Gibler, Rider e Hutchinson (2005, p.134) a corrida armamentista é um fenômeno relativamente raro e, portanto, por si só constituiria um teste excessivamente forte. Propõe-se, então, a observação de duas sortes: será considerada não somente a lista de corridas armamentistas de Gibler, Rider e Hutchinson (2005), mas também a lista de mútuo reforço militar de Sample (2002). O que significa dizer que caso a díade não esteja presente em Gibler, Rider e Hutchinson (2005), a parte V do mecanismo causal só será considerada descartada para o estudo de caso se ela também não estiver presente em Sample (2002). Além disso, o momento do aparecimento do passo será relevante e a sequência delineada será fragilizada caso ele não seja observado após a formação de alianças e antes da eclosão da guerra.

Em relação aos dois bancos e dados, destacam-se diferenças metodológicas. Em primeiro lugar, a base de Gibler, Rider e Hutchinson (2005) é a lista de variáveis estratégicas de Thompson (2001), também presente em Colaresi, Rasler e Thompson (2008). Por outro lado, a base de Sample (2002) são as disputas militarizadas dispostas na COW MID 2.1. Em segundo lugar, Gibler, Rider e Hutchinson (2005, p.137) calculam mútuo reforço militar a partir dos parâmetros de Diehl (1983) – ou seja, crescimento mútuo de pelo menos 8% nos gastos militares e/ou em pessoal militar por três anos consecutivos –, enquanto Sample (2002, p.674) determina sua presença tendo como base Horn (1987) – ou seja, se a média dos gastos individuais de ambos os lados nos 10 anos que precedem a disputa militarizada tenham sido acima da média global do mesmo período. Cabe destacar que a lista de corridas armamentistas de Gibler, Rider e Hutchinson (2005, p.137) não representa todos os casos de mútuo reforço militar, já que os autores posteriormente filtram de forma qualitativa àqueles casos em que o mútuo reforço militar se deu de forma interdependente.

Por fim, a variável dependente é “guerra” (ver quadro 2.1). Em termos operacionais, define-se guerra a partir dos parâmetros do *Correlates of War*, isto é, como “batalhas contínuas entre as forças militares de dois ou mais Estados, resultando em um total de 1000 ou mais mortos em batalha” (MAOZ *et. al.*, 2019, p.827, tradução nossa³⁴). Entretanto, a opção foi utilizar as guerras catalogadas no *dataset* DYADIC MID v.3.1 de Maoz *et. al.* (2019), o que pode divergir um pouco da tradicional lista de guerras do COW pelo método de identificação do início e final das guerras. Tradicionalmente, o *Correlates of War* identifica o início de uma guerra por uma declaração formal sucedida imediatamente por combate militar e seu fim pela data de armistício ou cessar-fogo, caso não haja nenhuma escaramuça posterior. (SARKEES e WAYMAN, 2010, p.54-56). Maoz *et. al.* (2019, p.828), entretanto, optam por demarcar o início e o final de uma guerra a partir da data da primeira e da última batalha³⁵ entre os Estados combatentes.

De modo a fazer inferências acerca do mecanismo causal nos casos a serem estudados, será realizado teste de argola (*hoop-test*) desde a lógica de inferência bayesiana. Por um lado, a lógica de inferência bayesiana postula que o impacto marginal das observações em estabelecer confiança na validade de uma hipótese depende da expectativa apriorística do investigador de encontrá-las caso ela seja verdadeira (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.83). Isso justifica a pormenorização das manifestações observáveis previstas, na medida em que contribui para maximizar o poder inferencial das evidências e, portanto, possibilita abaixar ou aumentar significativamente a confiança na validade da hipótese caso elas sejam encontradas ou não (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.123-124). Por outro lado, o teste da argola interpreta cada parte do mecanismo causal como individualmente necessária e em conjunto suficiente para o advento do resultado esperado. É um teste de necessidade para as partes do MC, tendo a hipótese que passar em seguimento por cada uma delas para ser considerada válida (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.102-103). Nesse sentido, as partes do mecanismo causal são consideradas como INUS – *i.e.* são partes individualmente insuficientes, mas necessárias, de um mecanismo causal que não é necessário, mas é suficiente para produzir o resultado esperado (MACKIE, 1965, p.246; MAHONEY, 2008, p.425).

³⁴ “The COW project defines an interstate war as a series of sustained battles, between or among the military forces of two or more states, resulting in a total of 1,000 or more battle-related death” (MAOZ *et. al.*, 2019, p.827).

³⁵ Maoz *et. al.* (2019, p.828) identificam as batalhas a partir de duas condições: “1. Ao menos um dos lados depende pelo menos 1000 tropas em atividades ligadas à escaramuça; 2. Ao menos um dos lados sofre pelo menos 100 baixas durante a escaramuça”. Tradução nossa: “i. At least one side deploys 1,000 troops or more in battle-related activities, or ii. At least one side suffers 100 or more battle-related deaths” (MAOZ *et. al.*, 2019, p.828).

2.2 Casos e estratégia de seleção

A partir de George e Bennet (2005, p.17), define-se um *caso* como “uma instância ou classe de eventos”, *i.e.*, um fenômeno particular de interesse científico por parte do investigador; e um *estudo de caso* como “o exame de um aspecto bem definido de um episódio histórico” (GEORGE; BENNET, 2005, p.18), com o objetivo de desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizáveis a outros eventos (GEORGE; BENNET, 2005, p.5).

Na presente dissertação, propõe-se realizar dois estudos de caso de teste de hipótese (*hypothesis-testing*) (LEVY, 2008, p.6) que representem situações onde conflitos territoriais de saliência média ou alta geraram guerra após seus cinco ou dez primeiros anos de existência.

Serão escolhidos dois casos cruciais, sendo um mais provável (*most-likely*) e outro menos provável (*least-likely*). Casos menos prováveis são aqueles em que as condições fundamentais para o funcionamento do mecanismo causal estão presentes e, por isso, em termos bayesianos, caso não se encontre evidências de seu funcionamento, a confiança em seu poder explicativo para a população decai (LEVI, 2002, p.143-144). Casos menos prováveis são aqueles em que as condições fundamentais para o funcionamento do mecanismo causal não estão presentes e, por isso, em termos bayesianos, caso se encontre evidências de seu funcionamento, a confiança em seu poder explicativo para a população aumenta (LEVI, 2002, p.143-144). A interação analítica entre os casos mais prováveis e menos prováveis se dá de forma produtiva quando se busca a generalização para uma população, na medida em que caso se encontrem evidências de sua presença no primeiro, o segundo é responsável por estabelecer até onde seu poder explicativo vai (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.153).

Como já destacado, a população de casos para esta dissertação é composta de **situações onde conflitos territoriais de saliência alta e média geraram guerra após seus cinco ou dez primeiros anos de existência**³⁶ – ver quadro 2.2. A construção da população e a escolha de casos em que a variável dependente está presente é consciente e própria do *process-tracing*, não constituindo viés de seleção alarmado, por exemplo, por Collier e Mahoney (1996, p.59). Tanto a variável independente quanto a variável dependente precisam estar presentes para que o mecanismo causal tenha a possibilidade de existir, já que “não faz

³⁶ No caso de questões territoriais apresentarem seguidas guerras em seu tempo de existência, a filtragem ocorreu pela primeira entrada. Ex: Em Índia-Paquistão foi considerada somente a segunda guerra Indo-Paquistanesa (1964-1966), sendo descartada a guerra de Kargil (1999)

sentido testar para a presença de um mecanismo causal um caso em que já se sabe *a priori* que ele não poderia estar presente, dado que X ou Y não o estavam” (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.147, tradução nossa³⁷). Nesta dissertação, optou-se por observar questões territoriais a partir do ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017), e as guerras a partir do DYADIC MID 3.1 (MAOZ *et. al.*, 2019).

De modo a diferenciar casos menos prováveis e casos mais prováveis, foi inserida a variável “tempo”, pois se entende que o desenvolvimento dos passos é paulatino, demandando certo intervalo de tempo desde o surgimento da questão territorial até a eclosão da corrida armamentista, prática própria de rivalidades maduras, e da guerra (ver RIDER; FINDLEY; DIEHL, 2011). Dessa maneira, os casos foram considerados menos prováveis quando questões territoriais de saliência média ou alta apresentaram guerra entre seus 5 e 9 anos de existência (ver quadro 2.2). Em contrapartida, os casos foram considerados casos mais prováveis quando questões territoriais de saliência média ou alta apresentaram guerra a partir de seus 10 anos de existência (ver quadro 2.2).

QUADRO 2.2 - População de Casos

| Díade | Questão Territorial ³⁸ | Claymdy ³⁹ | Saltan ⁴⁰ | Salint ⁴¹ | Icowsal ⁴² | Guerra ⁴³ | Disno ⁴⁴ | Tipo (M ⁴⁵ /L ⁴⁶) |
|------------------------|--|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|--|
| Alemanha – Bélgica | (1) Eupen e Malmedy (1919-1940) | (1) 21802 | (1) 6 | (1) 5 | (1) 11 | 1940 | 258 | M |
| Alemanha – Polônia | (1) Polônia Ocidental: Danzig-Corridor-Upper Silesia (1924-1939) | (1) 28402 | (1) 4 | (1) 6 | (1) 10 | 1939 | 258 | M |
| Arábia Saudita – Iêmen | (1) Najran-Asir-Jizan (1827-1934) | (1) 75601 | (1) 4 | (1) 3 | (1) 7 | 1933 | 1129 | L |

³⁷ “It therefore makes no sense to test whether a hypothesized causal mechanism was present in a case when we know *a priori* that it could not be present, given that either X or Y was not present (BEACH e PEDERSEN, 2013, p.147).

³⁸ ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

³⁹ Identificador Díade-Questão, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁴⁰ Saliência Tangível, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁴¹ Saliência Intangível, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁴² Índice de Saliência Agregada, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁴³ DYADIC MID V.4.3 (MAOZ, *et. al.*, 2019)

⁴⁴ Identificador Disputa militarizada (MAOZ *et. al.*, 2019).

⁴⁵ Mais provável

⁴⁶ Menos provável

| | | | | | | | | |
|--------------------------|--|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------|------|---|
| Argentina – Reino Unido | (1) Malvinas/Falklands (1841-200199 ⁴⁷) | (1) 17001 | (1) 6 | (1) 4 | (1) 10 | 1982 | 3630 | M |
| Áustria-Hungria – Itália | (1) Trentino-Alto Adige (1866-1918) | (1) 26601 | (1) 6 | (1) 5 | (1) 11 | 1915-1918 | 257 | M |
| Bolívia – Chile | (1) Antofagasta (1848-1884) | (1) 15401 | (1) 6 | (1) 3 | (1) 9 | 1878-1880 | 1518 | M |
| Bolívia – Paraguai | (1) Chaco Boreal (1878-1938) | (1) 15201 | (1) 6 | (1) 4 | (1) 10 | 1931-1935 | 1027 | M |
| China – Japão | (1) Liaotung Peninsula (1921-1945) (2) Manchúria (1931-1932) | (1) 80207 (2) 80208 | (1) 4 (2) 4 | (1) 4 (2) 4 | (1) 8 (2) 8 | 1931-1933 | 129 | M |
| Egito – Israel | (1) Negev Desert (1948-1967) (2) al-Auja Demilitarized Zone (1949-1967) | (1) 73201 (2) 73204 | (1) 4 (2) 2 | (1) 5 (2) 3 | (1) 9 (2) 5 | 1967 | 1035 | M |
| Egito – Israel | (1) Sinai Península (1967-1979) | (1) 73603 | (1) 4 | (1) 4 | (1) 8 | 1973 | 1046 | L |
| Eritreia – Etiópia | (1) Badme-Zalambessa-Altena-Bure | (1) 56802 | (1) 2 | (1) 4 | (1) 6 | 1998-2000 | 4258 | L |
| Estados Unidos – México | (1) California & New Mexico (1835-1848) (2) Texas (1831-1848) | (1) 2601 (2) 1602 | (1) 4 (2) 6 | (1) 3 (2) 4 | (1) 7 (2) 10 | 1843-1848 | 1552 | M |
| Etiópia – Somália | (1) Ogaden (1960-1991) | (1) 56205 | (1) 4 | (1) 5 | (1) 9 | 1977-1978 | 2069 | M |
| Grécia – Turquia | (1) Creta (1828-1913) (2) Macedonia (1844-1913) (3) Epirus (1853-1914) | (1) 36601 (2) 34201 (3) 33801 | (1) 4 (2) 6 (3) 2 | (1) 5 (2) 5 (3) 4 | (1) 9 (2) 11 (3) 6 | 1896-1897 | 1569 | M |
| Índia – China | (1) Arunachal Pradesh (1947-200199) (2) Aksai Chin & Eastern Ladakh (1954-1962) (3) Sikkim (1959-200199) | (1) 91202 (2) 92204 (3) 91102 | (1) 6 (2) 6 (3) 4 | (1) 5 (2) 3 (3) 4 | (1) 11 (2) 9 (3) 8 | 1961-1962 | 199 | M |

⁴⁷ Código para conflito territorial não resolvido até 2001 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

| | | | | | | | | |
|----------------------|---|------------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------|------|---|
| Índia – Paquistão | (1) Jammu & Kashmir (1947-200199) | (1) 92201 | (1) 4 | (1) 5 | (1) 9 | 1964-1966 | 1312 | M |
| Israel – Jordânia | (1) West Bank & East Jerusalem (1949-1967) | (1) 74801 | (1) 6 | (1) 5 | (1) 11 | 1967 | 1035 | M |
| Itália – Etiópia | (1) Ogaden Oriental (1911-1936) (2) Walwal-Wardair (1930-1936) | (1) 56201 (2) 56202 | (1) 4 (2) 6 | (1) 2 (2) 3 | (1) 6 (2) 9 | 1934-1936 | 111 | M |
| Iugoslávia – Hungria | (1) Prekmurje e Medjumurje (1920-1941) (2) Serbian Banat-Backa-Baranja (1920-1941) | (1) 32403 (2) 32205 | (1) 2 (2) 6 | (1) 6 (2) 6 | (1) 8 (2) 12 | 1941 | 258 | M |
| Iugoslávia – Turquia | (1) Kosovo (1878-1913) (2) Macedônia (1881-1913) | (1) 34001 (2) 34202 | (1) 4 (2) 6 | (1) 5 (2) 5 | (1) 9 (2) 11 | 1912-1913 | 1250 | M |
| Uganda – Tanzânia | (1) Kagera Salient (1972-1979) | (1) 53691 | (1) 4 | (1) 5 | (1) 9 | 1978-1979 | 2141 | L |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados retirados de Frederick Hensel e Macaulay (2017) e Maoz *et. al.* (2019)

Foram retirados três casos da população (ver quadro 2.3), apesar de a princípio eles satisfazerem os critérios de seleção. O conflito territorial entre Argentina e Brasil sobre a região de Sete Povos das Missões, ou *Misiones*, iniciado desde o ICOW 1.20, em 1841, e finalizado em 1895, foi retirado, pois a Guerra contra Uribe e Rosas (1851-1852) não teve como motor fundamental tal disputa territorial, mas o que estava em jogo era a própria Banda Oriental (Uruguai) (ROCHA, 2017). O conflito territorial entre Estados Unidos e Espanha sobre Cuba iniciado desde o ICOW 1.20, em 1848, e finalizado em 1898, foi retirado, pois a guerra Hispano-Americana (1898) tem caráter independentista (PÉREZ, 1998). O conflito territorial entre Reino Unido e Rússia (União Soviética) sobre o Pashtunistão (Durand Line), iniciado em 1893, e terminado em 1921, foi retirado na medida em que, apesar da disputa de poder entre os dois países na Ásia Central ter prevalecido ao longo de todo século XIX (FROMKIN, 1980), a Terceira Guerra Anglo-Afegã tem caráter independentista (SAIKAL, 2004, p.60-64).

QUADRO 2.3 - Casos retirados da população

| Díade | Questão Territorial ⁴⁸ | Claymdy ⁴⁹ | Saltan ⁵⁰ | Salint ⁵¹ | Icowsal ⁵² | Guerra ⁵³ | Disno ⁵⁴ | Tipo (M ⁵⁵ /L ⁵⁶) |
|-----------------------------|---|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|--|
| Argentina – Brasil | (1) Misiones (1841-1895) | (1) 4601 | (1) 2 | (1) 4 | (1) 6 | 1851-1852 | 1528 | L |
| Estados Unidos – Espanha | (1) Cuba (1848-1898) | (1) 4001 | (1) 6 | (1) 2 | (1) 8 | 1898 | 1557 | L |
| Reino Unido – Rússia (USSR) | (1) Pashtunistan /Durand Line (1893-1921) | (1) 90801 | (1) 4 | (1) 2 | (1) 6 | 1918-1920 | 2604 | L |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados retirados de Frederick Hensel e Macaulay (2017) e Maoz *et. al.* (2019)

Os dois casos escolhidos para a análise foram:

- i) Mais provável: Bolívia-Paraguai [1878-1938 – Guerra (1931-1935)]

Em relação à díade Bolívia-Paraguai, destaca-se o conflito de interesses sobre o *Chaco Boreal*. A questão tem início em 1878, tendo a Guerra do Chaco eclodido somente em 1931, contabilizando ao todo 53 anos de existência. Na medida em que está acima de 10 anos, o tempo é considerado suficiente para o desenvolvimento de todos os passos hipotetizados. Em relação ao Índice de Saliência ICOW, o caso marca 10 pontos, sendo 6 relativos a fatores tangíveis, presença de população permanente, presença de recursos valiosos e localização estratégica, e 4 a fatores intangíveis, não pontuando somente nas entradas “Idenc” e Ident” que fazem alusão à presença de grupos étnicos, religiosos, linguísticos ou identitários ligados ao estado desafiante (no caso, Bolívia) e alvo (no caso, Paraguai), respectivamente. Dado que a questão é de alta saliência, a confiança na existência de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade é grande (FREDERICK; HENSEL; MACAULAY, 2017).

- ii) Menos provável: Eritreia-Etiópia [1993-200199 – Guerra (1998-2000)].

Em relação à díade Eritreia-Etiópia, destaca-se o conflito de interesse sobre a região de *Badme*. A questão tem início em 1993, tendo a Guerra de Badme eclodido já em 1998, contabilizando somente 5 anos de existência antes do começo da guerra. Na medida em que

⁴⁸ ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁴⁹ Identificador Díade-Questão, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁵⁰ Saliência Tangível, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁵¹ Saliência Intangível, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁵² Índice de Saliência Agregada, ICOW 1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017).

⁵³ DYADIC MID V.4.3 (MAOZ, *et. al.*, 2019)

⁵⁴ Identificador Disputa militarizada (MAOZ *et. al.*, 2019).

⁵⁵ Mais provável.

⁵⁶ Menos provável

está abaixo de 10 anos, o tempo é teoricamente baixo para o desenvolvimento de todos os passos hipotetizados. Em relação ao índice de Saliência ICOW, o caso marca 6 pontos, sendo 2 relativos a fatores tangíveis, presença de população permanente, e 4 relativos a fatores intangíveis, não pontuando somente nas entradas “Idenc” e “Ident” que fazem alusão à presença de grupos étnicos, religiosos, linguísticos ou identitários ligados ao estado desafiante (no caso, Eritréia) e alvo (no caso, Etiópia), respectivamente. Dado que a questão é de saliência média, a confiança na existência de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade é pequena (FREDERICK; HENSEL; MACAULAY, 2017).

* *

Os próximos capítulos serão dedicados à realização dos estudos de caso a partir dos parâmetros aqui delineados. O capítulo 3 segue com o teste do caso mais provável: o conflito entre Bolívia e Paraguai (1837-1938) sobre o Chaco Boreal, resultante na guerra do Chaco (1931-1935). Em seguida, o capítulo 4 conterà teste para o caso menos provável: o conflito entre Eritréia e Etiópia sobre a região do Badme (1993-200199), resultante na guerra do Badme (1998-2000). Ao fim dos dois testes, serão apresentadas as considerações finais que conterão uma pormenorização dos achados, as consequências dos testes para o modelo Steps-to-War e perspectivas para o futuro.

3 BOLÍVIA-PARAGUAI [1878-1938 – Guerra, 1931-1935]

A questão territorial entre Bolívia e Paraguai sobre o Chaco Boreal tem início somente em 1878. Desde o período colonial até as primeiras décadas após a independência do Vice-Reinado do Rio da Prata, a região permaneceu um espaço marginal e isolado, majoritariamente populado por indígenas (BANDEIRA, 1998, p.170-171; YEGROS & BREZZO, 2013, p.111). Nota-se durante a década de 1850 pequeno destemperar da questão após a assinatura entre Paraguai e Argentina de tratado de Navegação e Limites (1852) cujo artigo IV reconhecia a soberania de Assunção sobre toda a costa ocidental do Rio Paraguai até a sua confluência com o Rio Paraná ao Sul (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.18). À época, Juan Benavente, Encarregado de Negócios da Bolívia em Buenos Aires, protesta o conteúdo do tratado alegando ferir os direitos do país a margem ocidental do Rio Paraguai localizada entre os Paralelos 20° S e 22° S – o que corresponde, aproximadamente, à região entre a Bahía Negra e a foz do Rio Apa (BANDEIRA, 1998, p.171; YEROS & BREZZO, 2013, p.111). Naquele momento, entretanto, a reclamação boliviana não progrediu e os primeiros aglomerados no Chaco começaram a ser estabelecidos pelo Paraguai – Villa Ocidental (mais tarde Villa Hayes), por exemplo, foi fundada já em 1855 por imigrantes franceses apoiados por Assunção (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.18).

Após a Guerra do Paraguai, uma extensa negociação entre Argentina e Paraguai acabou por dividir o Chaco em três grandes repartições: (i) uma ao Sul do Rio Pilcomayo,

cuja soberania pertenceria à Argentina; (ii) uma entre Bahía Negra e o Rio Verde, cuja soberania seria do Paraguai; e (iii) uma entre o Rio Pilcomayo e o Rio Verde, que, após arbitragem do ex-presidente dos Estados Unidos, Rutherford Hayes acabou por ser anexada em definitivo por Assunção (BANDEIRA, 1998, p.171-172; LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.19). O fim do conflito garantiu ao Paraguai a soberania sobre o Chaco Boreal e, logo, sobre toda a margem ocidental do Rio Paraguai e coincidiu à época com a invasão de Antofagasta pelo Chile. O novo *status quo* transformou a Bolívia em Estado mediterrâneo, pois o país perdeu passagem soberana ao Oceano Pacífico para Santiago, e, ao mesmo tempo, não tinha acesso ao Oceano Atlântico via Rio Paraguai. Dessa maneira, em 1878, a Bolívia envia representante oficial a Assunção, de modo a negociar tratado de limites com o Paraguai que garantisse ao país soberania sobre a costa ocidental do Rio Paraguai ao sul de Bahía Negra (BANDEIRA, 1998, p.173). Tal ano é marco para o início da questão territorial na medida em que demarca momento em que representante do governo boliviano, autorizado a empreender política exterior, de fato, reclama oficialmente a soberania sobre o Chaco Boreal (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017, p.101).

QUADRO 3.1 - Chaco Boreal (1878-1938)

| | |
|---|-----------------|
| <i>Estado desafiante</i> | Bolívia |
| <i>Estado alvo</i> | Paraguai |
| <i>O espaço faz parte de território original do Estado desafiante, não sendo colônia ou dependência?</i> | Sim |
| <i>O espaço faz parte de território original do Estado alvo, não sendo colônia ou dependência?</i> | Sim |
| <i>Há traços de laços identitários ligados à questão por parte do Estado desafiante?</i> | Não |
| <i>Há traços de laços identitários ligados à questão por parte do Estado alvo?</i> | Não |
| <i>O Estado desafiante exerceu soberania sobre a região em algum momento nos 200 anos anteriores ao início da reclamação?</i> | Sim |
| <i>O Estado alvo exerceu soberania sobre a região em algum momento nos 200 anos anteriores ao início da reclamação?</i> | Sim |
| <i>Índice de saliência intangível ICOW v.1.20</i> | 4 |
| <i>Não há população permanente; há cidades e vilas; ou há pelo menos uma cidade com ao menos cem mil habitantes?</i> | Cidades e Vilas |
| <i>O território contém ou parece conter recursos econômicos valiosos (como petróleo, cobre, níquel, água potável, pescado, etc.)?</i> | Sim |
| <i>O território está localizado em região estratégica?</i> | Sim |
| <i>Índice de saliência tangível ICOW v.1.20</i> | 6 |
| <i>Índice de saliência agregada ICOW v.1.20</i> | 10 |

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados ICOW v.1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017)

De modo a sustentar a legitimidade de sua reclamação, o governo boliviano traz a palco o princípio do *uti possidetis*, particularmente o *uti possidetis juris*. Em termos literais, o princípio afirma “como possuís, assim possuais” e em sua versão *juris* está relacionado à ideia de que os direitos soberanos a determinado território derivam de documentos oficiais que atestam a sua jurisdição quando da independência, não importando sua de fato ocupação *a posteriori* (DE GANDIA, 1935, p.81). Para confirmá-lo, a Bolívia se apoia em um conjunto de células reais expedidas pela coroa espanhola ao longo do período colonial, em especial àquela de 29 de Agosto de 1563 responsável pela fundação da Audiência de Charcas e àquela de 5 de Agosto de 1776 responsável por criar o Vice-Reinado do Rio da Prata, conservando a autonomia da Audiência de Charcas (RIOS, 1925, p.2-3). Por sua vez, o Paraguai suporta sua posição através do princípio do *uti possidetis de facto* que repousa na ideia de que os direitos soberanos a determinado espaço geográfico derivam do uso e ocupação do território, não importando documentos oficiais coloniais anteriores (BORRAS et. al., 2010, p.34). Para confirmá-lo, Assunção enfatiza o paulatino processo de conquista e povoação do Chaco empreendido pelo Paraguai desde meados da década de 1850 e estruturado pelo estabelecimento de estâncias, de companhias voltadas à extração de madeira e missões religiosas (BORRAS et. al., 2010, p.34; DE GANDIA, 1935, p.14).

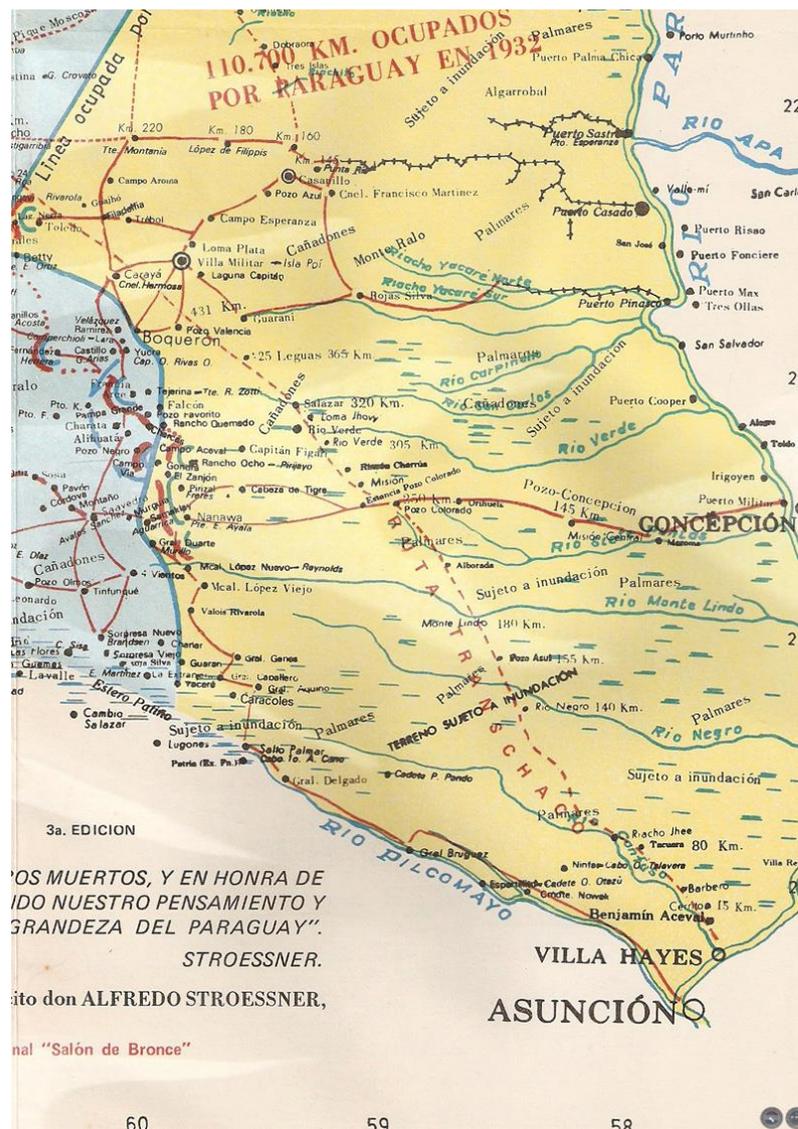
Isso posto, justifica-se o Índice de saliência intangível ICOW v.1.20 marcar 4 pontos na medida em que 4 dos 6 indicadores destacados pela base de dados estão presentes no caso (ver quadro 3.1). Isto é, Bolívia e Paraguai consideram o Chaco Boreal parte de seu território original (2 pontos) e defendem ter exercido soberania sobre a região nos últimos 200 anos (2 pontos). Entretanto, em nenhum dos casos os lados sustentam a existência de laços identitários ligados à questão. Apesar da crescente conquista do Chaco por parte do Paraguai ao longo da segunda metade do Século XIX, este ainda era povoado majoritariamente por indígenas que não estavam inseridos em meio a sociedade paraguaia (ou boliviana) e que não constituíam naquele momento parte do ideal de nação de ambos os Estados (ver BRAIDEN, 2014)

A ocupação do Chaco por parte do Paraguai ao longo da segunda metade do Século XIX deu continuidade à estratégia de expansão territorial empregada pelos espanhóis durante o período colonial e responsável pela fundação de cidades como Pilar, Villeta, Concepción e Assunção. Isto é, tendo em vista os desafios logísticos de adentrar e estabelecer conexões com o interior, optou-se pelo estabelecimento de cidades e vilas às margens do Rio Paraguai que funcionavam como fortins e/ou entrepostos comerciais (VÁZQUEZ, 2006, p.31). Destaca-se,

por exemplo, a fundação de Villa Ocidental (Villa Hayes), Puerto Emiliano, Puerto Cooper, Puerto Pinasco, Puerto Casado, Puerto Sastre, Puerto Guaraní, Puerto Pacheco (Bahía Negra), dentre outras – ver figura 3.1 (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.14-15). Em relação à Bolívia, o estabelecimento de colônias no Chaco ao norte de Bahía Negra não teve o mesmo resultado, na medida em que a região era percebida como um grande deserto de difícil penetração e pouca conexão com as principais rotas comerciais do planalto boliviano, especialmente com o triângulo Cochabamba-Sucre-Santa Cruz de la Sierra (COTE, 2010, p.741; LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.18). A importância da região para economia do Paraguai era tanta que, segundo Bandeira (1998, p.175),

um terço da renda nacional proveio, em 1932, de seu solo, onde metade do rebanho bovino existente no país se encontrava e por onde grande parte do total de suas linhas férreas se estendia, para o transporte do quebracho até os portos de Pinasco, Casado, Sastre, Palma Chica, Puerto Maria, Guarany e Mihanovich.

FIGURA 3.1 - Mapa da ocupação paraguaia ao Chaco Boreal até 1932



Fonte: Bejarano (1979)

Para além da exploração de quebracho, da produção de tanino e da criação de gado, a questão do petróleo também importa ao se considerar elementos de saliência tangível ligados aos recursos econômicos disponíveis no Chaco Boreal. De qualquer maneira, sua influência se dá somente a partir das primeiras décadas do Século XX e em nível do imaginário político⁵⁷, na medida em que momento algum foi confirmada a presença ou ausência de petróleo na região (BANDEIRA, 1998, p.182). Se supunha haver poços em meio à zona disputada ao norte de Bahía Negra e a leste do meridiano 63 O, sob controle da Bolívia, pois já haviam sido descobertas extensas jazidas no Sul boliviano ao redor das cidades de Bermejo, Yacuiba, Villa Montes e Camiri (COTE, 2013, p.742; BANDEIRA, 2010, p.165). Mesmo tal suposição não tendo se concretizado até 1931, a sombra de sua possibilidade foi o suficiente para incluir o problema em meio aos cálculos políticos de Paraguai e Bolívia na década de 1920. O que se observa em Bandeira (2010, p.182) por fala de Eusebio Ayala, ex-presidente do Paraguai, quando afirma que “a imensidade da riqueza do subsolo faria da zona um dos maiores centros de produção [*de petróleo*] do mundo”.

A questão do petróleo põe em evidência também a importância do Chaco Boreal em termos de sua posição geográfica estratégica na América do Sul. Isso porque a descoberta e o início da exploração das jazidas ao sul da Bolívia agudizou a necessidade da Bolívia em acessar o Oceano Atlântico via Bacia do Prata e, portanto, tornou fundamental a obtenção de entreposto no Rio Paraguai (LEWIS, 2013, p.652). O país havia recentemente perdido acesso soberano ao Oceano Pacífico e, mesmo havendo o Chile permitido desde o tratado de Paz e Amizade de 1904 o livre trânsito e o uso comercial dos portos de Antofagasta e Arica, o transporte até ali era difícil e custoso (BANDEIRA, 1998, p.175). Assim, a conquista do Chaco Boreal possibilitaria à Bolívia acesso ao Rio Paraguai ao Sul de Bahía Negra e este, desaguando no Rio Paraná, garantiria a exportação de seus produtos via Oceano Atlântico (BANDEIRA, 2010, p.164; LEWIS, 2013, p.652).

⁵⁷ Há uma teoria de conspiração difundida em parte da esquerda latino-americana durante o Século 20 que coloca a questão do petróleo no centro das discussões. O argumento é o de que grandes petroleiras interessadas nas jazidas presentes no Chaco impulsionaram Bolívia, *Standard Oil*, e Paraguai, *Royal Dutch Shell*, à guerra. A origem de tal suposição dá-se ainda durante a Guerra do Chaco por discursos de Huye Pierce Long, à época senador estadunidense por Louisiana, acusando a *Standard Oil* de prover fundos à Bolívia com o objetivo de facilitar a tomada do Chaco Boreal (COTE, 2013, p.750; BANDEIRA, 2010, p.179). Tal afirmação, entretanto, não só carece de indícios que a comprovem, como também há evidências empíricas suficientes para desacreditá-la (BANDEIRA, 1998, p.180-181). Durante a Guerra do Chaco, por exemplo, a Bolívia sofreu de problema logístico relativo ao abastecimento de combustível, o que levou o país a nacionalizar a refinaria de Camiri (COTE, 2013, p.749). Dentre outras causas, tal problema se deve a *Standard Oil* ter exigido pelo combustível “pagamento” à vista, por um preço duas vezes mais alto do que o de qualquer outro competidor e, mesmo assim, entregue em Corumbá, no Brasil (BANDEIRA, 1998, p.180).

Dessa maneira, justifica-se o índice de saliência tangível ICOW v.1.20 marcar 6 pontos, na medida em que os 3 indicadores destacados pela base de dados estão presentes no caso – ver quadro 3.1 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017). Isto é, há a presença de inúmeras cidades e vilas no Chaco Boreal e, em especial, na margem ocidental do Rio Paraguai (2 pontos). Tais cidades e vilas são orientadas economicamente em torno da exploração do quebracho, da produção do tanino e da criação do gado, atividades que já em 1932, segundo Bandeira (1998, p.175), representavam cerca de 1/3 da renda do Paraguai (2 pontos). Além disso, seus portos funcionam como entrepostos comerciais que via Rio Paraguai garantem acesso ao Oceano Atlântico e, portanto, aumentam a importância estratégica da posse de todo o Chaco Boreal (2 pontos).

Somando os índices de saliência tangível e intangível ICOW v.1.20, verifica-se que a questão territorial possui índice de saliência agregada de 10 pontos e, por isso, é de alta saliência (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017). Destarte, a principal condição de existência para o mecanismo causal teorizado está satisfeita e as seções seguintes tratarão de evidenciar se o conflito territorial segue ou não os seus ditames. Isto é, se após o início, de fato, da reclamação boliviana em 1878, há traços que indiquem a presença de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade que impedem os Estados de resolverem a contenda por vias pacíficas. Mais além, se Bolívia e Paraguai tornam-se rivais estratégicos, originam disputas militarizadas, formam alianças e dão início à corrida armamentista antes de, em 1932, escolherem deliberadamente a Guerra como curso de ação.

Parte 1 (N1>): Problema de Comprometimento e/ou Indivisibilidade

A primeira parte do mecanismo causal hipotetizado é “problema de comprometimento e/ou indivisibilidade”. Na medida em que se referem a problemas de barganha, a existência de processos de negociação que seguidamente falham em resolver a questão é tomada como indício de sua presença ou ausência. Para identificá-los, cruzou-se fontes secundárias, como Woolsey (1929), League of Nations (1934), Bandeira (1998) e Yegros e Brezzo (2013). Foram encontrados 6 principais processos de negociações: Quiarro-Decoud (1879), Tamayo-Aceval (1887), Ichaso-Benitez (1894), Pinilla-Soler (1907), Ayala-Mujía (1913-1918) e Gutierrez-Diaz León (1927-1928), ver figura 3.2. Considera-se a evidência empírica suficiente para atestar a presença desta parte do MC, já que a relação de rivalidade e a primeira disputa militarizada aparecem somente em meio ao segundo processo de negociação (Tamayo-Aceval).

FIGURA 1.2 - Linha do tempo da questão territorial entre Bolívia e Chile sobre o Chaco Boreal

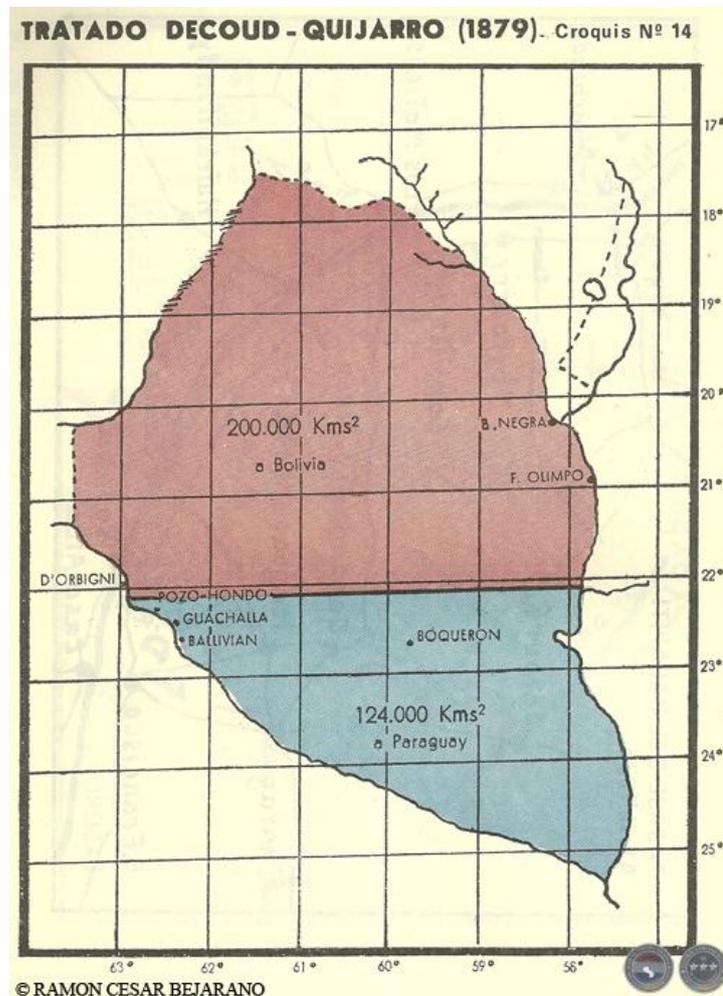


Fonte: Elaboração própria

(a) *Quijarro-Decoud (1879)*

O interesse da Bolívia pelo Chaco se intensifica ao fim da década de 1870, após o fim do conflito entre Argentina e Paraguai e a conquista de Antofagasta pelo Chile. Em 1879, Antonio Quijarro é enviado à Assunção como ministro plenipotenciário da Bolívia, com a missão de negociar acordo com o Paraguai relativo ao Chaco Boreal, em 15 de outubro, acerta tratado de limites com José Segundo Decoud, à época Ministro das Relações Exteriores do Paraguai (BANDEIRA, 1998, p.173). Em meio ao tratado, acordou-se a cessão à Bolívia por parte do Paraguai de todo território entre Bahía Negra e a Foz do Rio Apa (ver figura 3.3), o que garante à Bolívia a consecução de sua posição em meio ao conflito e tira do Paraguai grande parte do território concedido pelo laudo Hayes (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.113). O tratado foi ratificado pela Bolívia em 1881, mas encontrou forte oposição e não foi ratificado no Paraguai na medida em que seus ditames eram diametralmente contrários aos interesses do país, pois punha em xeque os recursos da exploração de quebracho, da produção de tanino e da criação de gado localizados na margem ocidental do Rio Paraguai ao norte da Foz do Rio Apa e era visto como injusto ao ferir o princípio do *uti possidetis de facto* (YEGROS e BREZZO, 2013, p.114).

FIGURA 3.3 - Mapa do Tratado Quijarro-Decoud (1879)



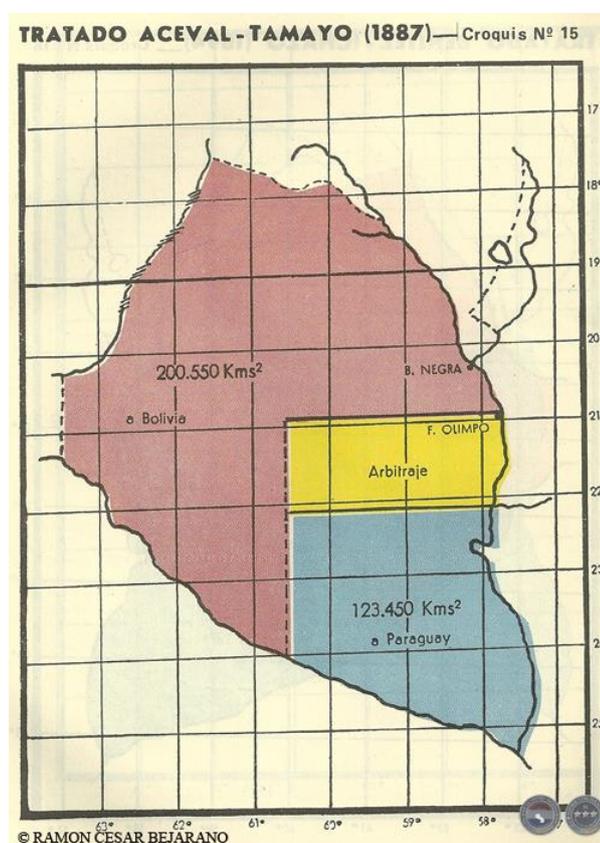
Fonte: Bejarano (1982, s/p)

(b) Tamayo-Aceval (1887)

Em 1886, a Bolívia envia Isaac Tamayo ao Paraguai como ministro plenipotenciário com o objetivo de reabrir as negociações sobre o tratado de 1879 e, caso não fosse possível, abrir conversas para consecução de novo tratado. Na medida em que Assunção considerava o acordo Quijarro-Decoud como caduco, foram abertas novas negociações com Benjamín Aceval, à época Ministro das Relações Exteriores do Paraguai. Das conversas, decidiu-se dividir a área em contenda em três espaços: (i) toda a região ao Norte de Forte Olimpo seria de soberania da Bolívia; (ii) toda região ao Sul da foz do Rio Apa seria de soberania do

Paraguai; (iii) a região entre Forte Olimpo e a foz do Rio Apa seria submetida à arbitragem internacional (ver figura 3.4) (YEGROS e BREZZO, p.115-116; LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.19). Apesar da celebração do tratado em 1887, havia uma desconfiança mútua na capacidade dos lados em ratificar o acordo e aceitar de fato os limites estabelecidos por ele, caso ratificado. O que se intensifica pela movimentação de tropas bolivianas na região em 1886 e pela tomada de Puerto Pacheco (Bahía Negra) pelo Paraguai em meados de 1888. Como consequência, os países rompem as relações diplomáticas e as negociações são paralisadas (YEGROS e BREZZO, 2013, p.116-118).

FIGURA 3.4 - Mapa do Tratado Tamayo-Aceval (1887)



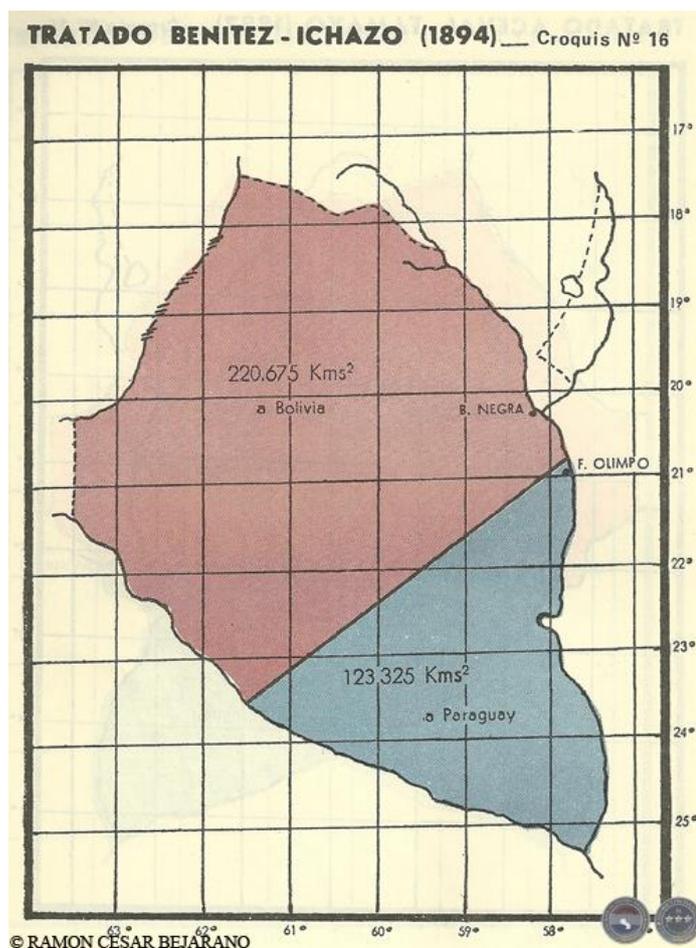
Fonte: Bejarano (1982, s/p)

(c) Ichaso-Benitez (1894)

Em meados dos anos 1890, uma vez mais, as negociações são abertas entre Paraguai e Bolívia em ordem a buscar uma solução relativa à questão do Chaco Boreal. Empreitada que foi facilitada pelo fato de que Gregorio Benites, à época Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, via com bons olhos a consecução de um acordo com a Bolívia no qual o país abria

mão de parte da soberania sobre margem ocidental do Rio Paraguai, mas ganhava acesso comercial por via terrestre aos países do Pacífico passando pela Bolívia (YEGRO e BREZZO, 2013, p.118-119). Após negociações com Telmo Ichaso, enviado extraordinário da Bolívia, acabou por ser firmado acordo no qual o Chaco foi dividido quase em sua metade por uma linha que, partindo de Forte Olimpo, cruzava a região até encontrar o Rio Pilcomayo à 61° 21' O (ver figura 3.5) (YEGROS e BREZZO, 2013, p.120; LEAGUE OF NATIONS, 1939, p.19). Uma vez mais o tratado não foi ratificado em ambos os países e os negociadores foram acusados de terem consentido a um compromisso que não ia de encontro às suas posições tradicionais e sacrificarem direitos legais tanto da Bolívia, via *uti possidetis juris*, quanto do Paraguai, via *uti possidetis de facto* (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.20).

FIGURA 3.5 - Mapa do Tratado Ichaso-Benitez (1894)

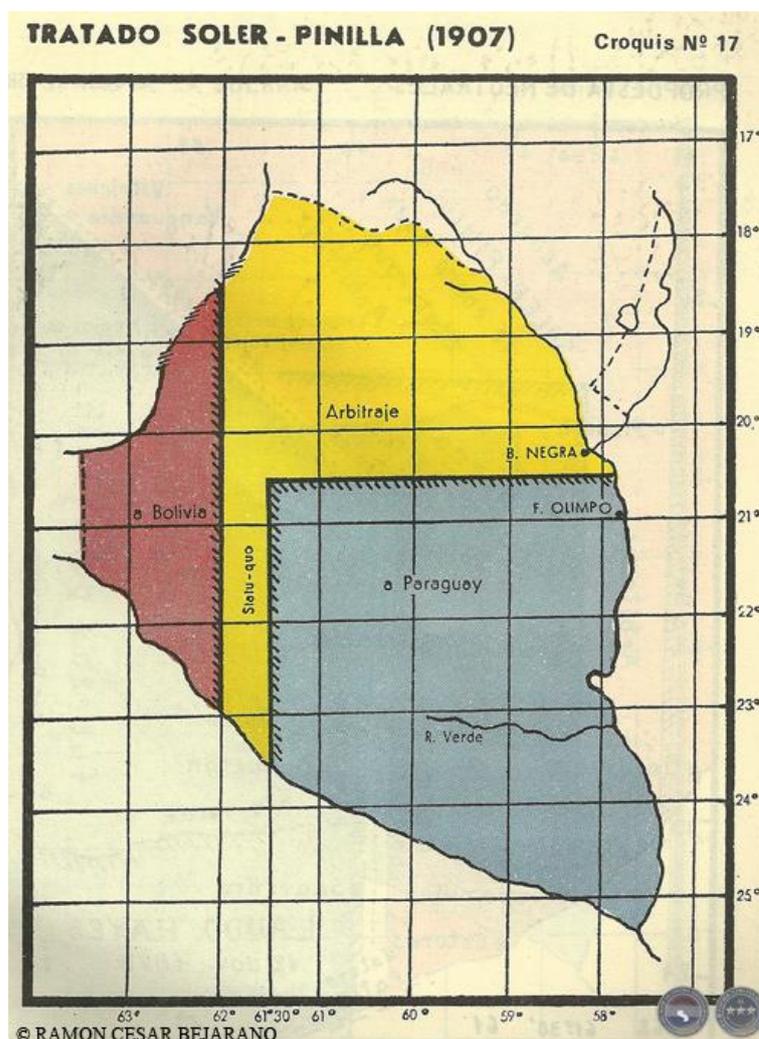


Fonte: Bejarano (1982, s/p)

(d) Pinilla-Soler (1907)

Os governos de José Manuel Pando (1899-1904) e Ismael Montes Gamboa (1904-1909) são marcados na Bolívia pela busca por uma saída negociada ao mar via a resolução de questões territoriais com seus Estados vizinhos. Em 1903, por exemplo, é firmado o Tratado de Petrópolis com o Brasil onde o país cede o Acre em troca, dentre outros pontos, da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré que garantiria o acesso ao Oceano Atlântico via Rio Amazonas. Da mesma maneira, em 1904, é firmado com o Chile o Tratado de Paz e Amizade no qual a Bolívia abre mão de Antofagasta pela garantia do livre acesso aos portos de Arica e Antofagasta, no Oceano Pacífico. Em relação ao Chaco, cria-se em 1905 a Delegação Nacional do Chaco e, no ano seguinte, iniciam-se negociações entre Emeterio Cano, Bolívia, e Manuel Domínguez, Paraguai. Não havendo entendimento entre os dois países, Estanislao Zeballos, à época Ministro de Relações Exteriores da Argentina, oferece bons ofícios e abre processo de mediação do conflito sobre o Chaco Boreal (BANDEIRA, 1998, p.174; YEGROS e BREZZO, 2013, p.122).

FIGURA 3.6 - Mapa do protocolo Pinilla-Soler (1907)



Fonte: Bejarano (1982, s/p)

Como resultado parcial do processo de mediação empreendido pela Argentina, é assinado por Claudio Pinilla, Bolívia, e Adolfo Soler, Paraguai, em Buenos Aires, em 12 de Janeiro de 1907, protocolo que, a partir dali, marcará a relação entre os dois Estados. Isso porque deu origem a *status quo* onde o Chaco Boreal foi dividido em 3 partes até a consecução de um acordo definitivo. Nesse sentido, foi estabelecida uma zona neutra a ser submetida a arbitragem que compunha todo o espaço ao norte do paralelo 21° 30' S (localizado entre Forte Olimpo e Bahía Negra) até a região entre os meridianos 62° O e 61° 30' O. Ademais, acordou-se ser de soberania boliviana todo o espaço a oeste do meridiano 62° O, e paraguaia, àquele a leste do meridiano 61° 30' O, e a sul do paralelo 21° 30' S (ver figura 3.6). Mesmo não tendo sido possível estabelecer um acordo definitivo naquele momento, pois isso significaria abrir mão de títulos que ambos os lados reconheciam como sendo deles por direito, o *status quo* de 1907 passa a guiar as negociações subsequentes (YEGROS e BREZZO, 2013, p.122; LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.20; WOOLSEY, 1929, p.110-111).

(e) *Ayala-Mujía (1913-1918)*

Em 1913, novas negociações são abertas entre os então Ministros de Relações Exteriores de Bolívia e Paraguai, respectivamente Ricardo Mujía e Eusebio Ayala (que mais tarde viria a ser presidente do Paraguai por dois termos, 1921-1923 e 1932-1936) (LEAGUE OF NATIONS 1934, p.21). Das negociações, firmou-se novo protocolo onde as partes determinam a vigência do *status quo* de 1907 e se comprometem a concretizar um tratado definitivo até o ano de 1915. Este que, uma vez mais, jamais se concretizou, tendo o prazo postergado continuamente para 1916, 1917 e 1918. A incapacidade dos lados em coordenar as suas posições e a intensificação das hostilidades pela mobilização de tropas na fronteira acabaram por falir as negociações. Uma vez mais havia a desconfiança de que domesticamente um acordo poderia ser ratificado e, caso este o fosse, que ele seria cumprido por ambos os signatários (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.21; YEGROS e BREZZO, 2013, p.124; WOOLSEY, 1929, p.112).

(f) *Gutierrez-Diaz León (1927-1928)*

O ano de 1927 marca a conquista do Fortim Vanguardia por parte do Paraguai, o que após anos de tensão em meio ao conflito pelo Chaco Boreal marca uma crise internacional com potencial de escalada. Nesse contexto, uma vez mais as partes aceitam a mediação do governo argentino e, em meio ao protocolo Gutierrez-Diaz León, decidem por abrir novas negociações em Buenos Aires (WOOLSEY, 1929, p.112). Foram realizadas duas conferências, a primeira entre setembro e dezembro de 1927 e a segunda entre maio e julho de 1928, que terminaram sem acordo (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.22-23). Se por um lado o Paraguai defendia a vigência do *status quo* de 1907 e a submissão da área definida ali à arbitragem, a posição da Bolívia era a de que ele estava caduco e feria os direitos bolivianos à totalidade do Chaco Boreal, tendo em vista o princípio do *uti possidetis juris*. (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.23; YEGROS e BREZZO, 2013, p.137). Uma vez mais os lados foram incapazes de conciliar suas posições sobre a questão, empreitada dificultada naquele momento pela intensificação das hostilidades.

* *

Acredita-se haver evidência empírica suficiente para aumentar a confiança nesta parte do MC na medida em que a primeira MID e a rivalidade estratégica aparecerem somente em meio ao segundo processo de negociação, e Quijarro-Decoud (1879) é visto como suficiente para detectar, em especial, um problema de comprometimento na díade. Ao longo do tempo, esse problema se agrava e a cada negociação frustrada as possibilidades de se chegar em um acordo por vias pacíficas deterioram. As negociações posteriores a 1879 indicam não só que o problema de comprometimento produziu a falha das negociações bilaterais; mas também que a presença da relação de rivalidade e as disputas militarizadas acabaram também por intensificar o próprio problema de comprometimento. O que se percebe com maior clareza em Tamayo-Aceval (1887), Ayala-Mujía (1913-1918) e Gutierrez-Diaz León (1927-1928).

Partes 2 (N2>) e 3 (N3>): Disputas Militarizadas e Relação de Rivalidade

Em meio ao mecanismo causal, as partes dois e três se referem, respectivamente, ao surgimento de disputas militarizadas e de relação de rivalidade. Compreende-se disputas militarizadas a partir de Maoz (2019, p.812, tradução nossa⁵⁸) como “uma série de incidentes envolvendo a ameaça, demonstração ou uso da força entre dois Estados de maneira deliberada

⁵⁸ “A set of incidents involving the deliberate, overt, government-sanctioned, and government-directed threat, display, or use of force between two or more states” (MAOZ, 2019, p.812).

e explícita”, e de modo a identificar sua presença no caso foi consultado o DYADIC MID v.3.1. No que tange à relação de rivalidade, optou-se pela noção de rivalidade estratégica proposta por Thompson (2001, p.560, tradução nossa⁵⁹). O autor as define como aquela relação diádica onde os Estados “se identificam mutualmente como competidores, fonte de ameaça constante em termos do uso da força e inimigos”. Para identificar sua presença no caso, consultou-se a lista de rivais estratégicos de Thompson (2001, p.570-573). Na medida em que a primeira disputa militarizada catalogada pelo DYADIC MID v.3.1 ocorre em 1886 (ver quadro 3.2), e a Bolívia e Paraguai se tornam rivais estratégicos somente a partir de 1887, a evidência empírica, uma vez mais, aumenta a confiança na validade do mecanismo causal.

QUADRO 3.0.2 - Disputas militarizadas entre Bolívia e Paraguai, 1878-1930

| <i>Disno</i> | <i>Data</i> | <i>Iniciador</i> | <i>Tipo</i> | <i>Nível de Hostilidade</i> | <i>Fatalidades</i> |
|--------------|-------------|------------------|---|-----------------------------|--------------------|
| 2128 | 1886 | Bolívia | Fortificação da Fronteira | Exibição de Força | 0 |
| 1601 | 1887-1888 | Paraguai | Conquista (Puerto Pacheco, Bahia Negra) | Uso da Força | 0 |
| 1179 | 1906 | Bolívia | Fortificação da Fronteira | Exibição de Força | 0 |
| 1182 | 1918 | Bolívia | Fortificação da Fronteira | Exibição de Força | 0 |
| 2129 | 1921 | Paraguai | Fortificação da Fronteira | Exibição de Força | 0 |
| 2130 | 1923 | Paraguai | Fortificação da Fronteira | Exibição de Força | 0 |
| 2131 | 1924 | Paraguai | Fortificação da Fronteira | Exibição de Força | 0 |
| 2132 | 1927 | Paraguai | Conquista (Fortim Vanguardia) | Uso da Força | 0 |
| 1025 | 1927 | Bolívia | Movimentação de Tropas | Exibição de Força | 0 |
| 1026 | 1928-1929 | Paraguai | Enfrentamento | Uso da Força | 26-100 |
| 2133 | 1930 | Bolívia | Enfrentamento | Uso da Força | 1-25 |

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados DIADYC MID v.3.1 (MAOZ *et. al.*, 2019)

Em 1886, o DYDIC MID v.3.1 aponta para o surgimento da primeira disputa militarizada. Iniciada pela Bolívia, ela se caracterizou majoritariamente pela movimentação de tropas e fortificação de fronteiras. No período, apontam Yegros e Brezzo (2013, p.117),

⁵⁹ “The actors in question must regard each other as a) competitors, b) the source of actual or latent threats that pose some possibility of becoming militarized, and c) enemies.” (THOMPSON, 2001, p.560)

consolidou-se a presença da Bolívia em Puerto Pacheco (Bahía Negra) por meio do fortalecimento do fortim e anúncios oficiais de construção de estradas em vista a colocá-lo “em comunicação com os centros povoados” do país. Em resposta, em 1887 (início da segunda MID, ver quadro 3.2), o Paraguai retoma o impulso de afirmação de sua soberania sobre a região ao Norte do Forte Olimpo – ponto central das negociações entre Tamayo e Aceval (YEGROS e BREZZO, 2013, p.117). Para tanto, movimenta suas tropas em direção ao fortim, reestabelecendo sua guarnição militar. No ano seguinte, parte dessa guarnição militar se dirige a Puerto Pacheco e, em meio a querelas diplomáticas, assenhora-se do fortim (BANDEIRA, 1998, p.169; YEGROS e BREZZO, 2013, p.117).

Para além das duas primeiras disputas militarizadas na década de 1880, o DYADIC MID v.3.1 cataloga mais nove disputas militarizadas antes da eclosão da guerra em 1931⁶⁰. É interessante notar a grande concentração das MIDs nos anos anteriores à eclosão da guerra e o fato de as duas anteriores a seu início serem as únicas que apresentaram fatalidades (ver quadro 3.2), o que indica um processo paulatino de escalada do conflito ao longo da década de 1920. Dá-se destaque em especial para a disputa militarizada número 1026, entre os anos de 1828 e 1929, que marca a tomada do Fortim Vanguardia – localizado ao norte de Bahía Negra, pelo Paraguai (ver quadro 3.2). Como resposta, a Bolívia assaltou os Fortins Galpón (sem êxito) e Boquerón (LEWIS, 2013, p.653; YEGROS e BREZZO, 2013, p.137). A Guerra do Chaco só não estourou naquele momento na medida em que comissão internacional composta por representantes de Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Uruguai interveio diplomaticamente no conflito (YEGROS e BREZZO, 2013, p.137-138). Reunindo-se em Washington em Setembro de 1929, as partes concordaram em reestabelecer o *status quo* anterior aos enfrentamentos, tendo o Fortim Vanguardia voltado à soberania da Bolívia e o Fortim Boquerón à soberania do Paraguai (LEAGUE OF NATIONS, 1934, p.24).

No que concerne ao surgimento da relação de rivalidade estratégica na díade, Thompson (2001, p.570) coloca o ano de 1887 como aquele de sua origem, o que faz sentido se se pensar que naquele momento Bolívia e Paraguai passam a se identificar como competidores e fonte constante de ameaça. Processo que é intensificado pela disputa militarizada de 1886 e por aquela entre 1887 e 1888, que termina com a conquista de Puerto Pacheco pelo Paraguai e a falência das conversas entre Isaac Tamayo e Benjamín Aceval. Isto é, a disputa militarizada de 1886 e aquela de 1887-1888 podem ser entendidas como

⁶⁰ Cabe lembrar que no DYADIC MID v.3.1, o método de identificação do início e final de uma guerra se dá pela data da primeira e última batalha entre os Estados combatentes. Dessa maneira, embora a declaração de guerra seja datada de 1932, a base de dados considera 1931 o ano de início da Guerra do Chaco.

estratégias de barganha coercitiva que foram vistas pelas partes à época como indício de mútua disposição em se utilizar da força como mecanismo de repartição, leitura que levou ao rompimento das relações diplomáticas e ao fim do processo de negociação (THOMPSON, 2001). Na medida em que a disputa de 1886 é anterior ao surgimento da relação de rivalidade em 1887, assume-se haver evidências suficientes para confirmar essa parte do mecanismo.

Parte 4 (N4>): Alianças

A quarta parte do mecanismo causal é “formação de aliança”, entendida como a consecução de “acordo formal de cooperação militar entre Estados independentes em face a conflito militar de fato ou potencial” (LEEDS, 2018, p.6, tradução nossa⁶¹). De modo a identificar sua presença na díade, foi consultada a base de dados ATOP v.4.01 e, em particular, o *dataset* “atop4_01dy”, que cataloga alianças em nível diádico entre 1815 e 2016 (LEEDS *et. al.*, 2002). Na base de dados, há duas entradas de alianças com envolvimento da Bolívia, entre os anos de 1878 e 1931: (i) aliança de defesa entre Bolívia e Peru entre os anos de 1878 e 1883 e (ii) aliança de neutralidade e não agressão entre Bolívia e Equador entre os anos de 1911 e 1938. A primeira, entretanto, deve ser descartada na medida em que tem como força motriz a Guerra do Pacífico (1879-1883) resultante dos conflitos territoriais entre Bolívia e Chile sobre Antofagasta, e Peru e Chile sobre Arica. A segunda, por sua vez, é uma aliança politicamente relevante que impede o descarte dessa parte do mecanismo causal, mesmo que seus efeitos diretos no conflito sejam difíceis de se capturar.

A diferença de alianças defensivas, onde as partes se comprometem a dar suporte militar caso uma delas sofra algum tipo de ataque, e ofensivas, onde as partes se comprometem a dar suporte militar para ataque direcionado a um terceiro, alianças de não-agressão e neutralidade têm caráter mais passivo. Em meio a elas, as partes se comprometem unicamente a não se atacarem e a permanecerem neutras em caso de conflito com terceiros. Nesse sentido, a aliança entre Equador e Bolívia pode ser entendida dentro do escopo tanto do conflito “Oriente-Mainas” entre Equador e Peru (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017) quanto daquele sobre o Chaco Boreal entre Bolívia e Paraguai. Evitou, portanto, que em uma eventual guerra entre Peru e Equador e/ou Bolívia e Paraguai os dois Estados tivessem que se preocupar também com as capacidades militares de um e de outro. Apesar da aliança em foco não ter aumentado diretamente a capacidade militar da Bolívia, ela significou

⁶¹ An alliance is a formal agreement among independent states to cooperate militarily in the face of potential or realized military conflict” (LEEDS, 2018, p.6).

uma diminuição na quantidade absoluta de poder que o país deveria acumular em ordem a garantir seus objetivos territoriais individuais. Para além, argumenta-se que, por não ter significado um aumento direto do poder boliviano, ela não provocou por si só mudanças efetivas na balança de poder entre Bolívia e Paraguai e, em consequência, não provocou resposta imediata em termos de contra aliança por parte de Assunção.

Há que se destacar que em termos concretos não foram encontradas evidências empíricas em fontes primárias ou secundárias que comprovem a hipótese de que a aliança entre Equador e Bolívia de fato foi formulada tendo em vista os conflitos com Peru e Paraguai. Na medida em que esta não era condição posta nos apontamentos metodológicos, a presença da aliança em Leeds et. al. (2002) foi considerada como suficiente para sustentar o passo. Caso posição contrária tivesse sido adotada, a consequência seria a inviabilidade do mecanismo causal hipotetizado, o que não significaria em si a rejeição do modelo, pois se defende a tese que quando da análise de casos particulares em trabalhos futuros a formação de alianças e a corrida armamentista devem ser adotadas como passo único dentro do Steps-to-War. Isso porque representam estratégias distintas, mas com o objetivo em comum do acúmulo de poder relativo em meio à díade.

Argumenta-se que o contexto regional à época do conflito também não favoreceu a formação de outras alianças, em especial de alianças ofensivas e defensivas. Havia, sim, uma afinidade da Argentina aos interesses do Paraguai no Chaco Boreal que se explica predominantemente em termos econômicos, já que, desde meados da década de 1870, capital argentino havia adentrado significativamente o Chaco com suporte ostensivo de Assunção, empreendimento que se poria em risco caso a Bolívia passasse a controlar a região (BANDEIRA, 1998, p.166-168). Entretanto, não se concretizou nenhum suporte direto da Argentina ao Paraguai, pois este possivelmente causaria uma resposta brasileira em termos de suporte à Bolívia. Isso porque caso forças argentinas e paraguaias chegassem

à Santa Cruz de la Sierra, além de abrir o vale do Amazonas à infiltração da Argentina, orientadas para objetivos econômicos, [estas] desceriam inevitavelmente o Rio Mamoré e apossar-se-iam, na região de Cochabamba das grandes reservas petrolíferas, que todos criam ali existir (BANDEIRA, 2010, p.186).

Além disso, o suporte da Argentina ao Paraguai significaria correr o risco de o país ter que enfrentar, ao mesmo tempo, tropas bolivianas e brasileiras, no Chaco, e chilenas, no extremo Sul da América do Sul.

Como resultado e evidência desse complexo quadro político que impediu a regionalização do conflito, pode-se destacar o Tratado Anti-Bélico de Não-Agressão e

Conciliação assinado em 1933 por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai (BRASIL, 1936, s/p). Nesse tratado, as partes signatárias condenam agressões territoriais e defendem o emprego de mecanismos não violentos para resolução de conflitos dessa natureza (artigos I e II); e, em caso de descumprimento, obrigam-se a empregar todos os esforços para manutenção da paz (artigo III) e a colocar em movimento procedimentos para a reconciliação das partes (artigos IV, V e VI) (BRASIL, 1936, s/p). Dessa forma, o acordo demonstra uma preocupação dos países em diminuir desconfianças mútuas relativas à possibilidade de intervenções militares estrangeiras na Guerra do Chaco e, portanto, em diminuir o risco de sua regionalização.

Parte 5 (N5>): Corrida Armamentista

A quinta e última parte do mecanismo causal hipotetizados é “corrida armamentista”, definida como competição interativa entre dois Estados sobre o tamanho de suas capacidades militares relativas (VALERIANO, 2013, p.38). De modo a atestar sua presença, foi consultada a lista de corridas armamentistas replicada de Gibler, Rider e Hutchison (2004). Não há, entretanto, entrada para Bolívia e Paraguai nos dados coletados pelos autores, o que poderia em princípio significar descarte da parte e na perda de confiança no modelo. Porém, se compreende que corridas armamentistas são um fenômeno relativamente raro e considerar somente Gibler, Rider e Hutchison (2004) seria um teste excessivamente forte. Em conjunto, consultou-se, portanto, a lista de mútuo reforço militar desenvolvida por Sample (2002). A diferença de uma corrida armamentista, o mútuo reforço militar descreve unicamente um crescimento na capacidade material absoluta de ambos os Estados em um mesmo período de tempo, não importando a interatividade de tal processo.

Ao contrário da lista de corridas armamentistas de Gibler, Rider e Hutchinson (2004), a lista de mútuo reforços militares de Sample (2004) apresenta entradas para a díade Bolívia-Paraguai entre os anos de 1927 e 1931, com *defense burden*⁶² no ano de 1931. O que aqui é considerado como evidência suficiente para aumentar a confiança nesta parte do mecanismo causal e, em consequência, de todo o Steps to War, na medida em que, para além de estar presente no caso, ela se apresenta após a formação de alianças e logo antes da eclosão da guerra em 1931. A presença de *defense burden* é indicador significativo, visto que assinala

⁶² *Defense burden* é uma medida estatística que busca demonstrar o grau de militarização de um Estado. Em termos gerais, pode ser descrita como “a proporção dos recursos totais de um Estado destinados à defesa” (SAMPLE, 2002, p.764-675, tradução nossa: “[...] the proportion of its resources a country is spending on its military at a given time”). A presença de *defense burden*, portanto, é um indicador de que uma grande parte dos recursos totais de um Estado está sendo direcionada para o aumento de suas capacidades militares.

que ao menos um dos lados aumentou grandemente a proporção dos seus recursos totais gastos na área de defesa antes da eclosão da guerra em Setembro de 1931. Dessa maneira, apesar de não haver em termos estritos a presença de corrida armamentista (GIBLER, RIDER e HUTCHINSON, 2004), há evidências em Sample (2002) que permitem identificar mútuo reforço militar e, portanto, aumentar a confiança nessa parte do mecanismo causal.

Em especial por parte da Bolívia, Quesada (2011), identifica-se uma busca constante pela modernização de suas forças militares na década de 1920. Por exemplo, o país assinou em 1926 contrato de 3 milhões de libras esterlinas, reduzido para 1,25 milhões após a crise de 1929, com a britânica *Vickers Armstrong* que garantiu a compra de três tanques *Vickers 6-Ton* e dois tanques *Carden-Lloyd Mk VIB* (QUESADA, 2011, p.33-34). Além disso, apoderou-se, à época, de dezesseis aviões bimotores, sendo dez *US Curtiss Hawk II* e seis *British Vickers Type* (QUESADA, 2011, p.36). Em relação ao Paraguai, Quesada (2011, p.36) aponta para a compra de doze metralhadoras *Maxim 7mm* do Chile, entre 1922 e 1924, trinta e duas metralhadoras *Colt Browning M1917* dos Estados Unidos, entre 1927 e 1929, e sete aviões monoplanos *French Wibault CL73* da França, em meados dos anos 1930.

Variável dependente (Y): Guerra

Por fim, a variável dependente é “guerra”, definida aqui como “série de batalhas contínuas entre as forças militares de dois ou mais Estados, resultando em um total de 1000 ou mais mortos em batalha” (MAOZ et. al., 2019, p.827, tradução nossa⁶³) e identificada a partir da base de dados DYADIC MID v.3.1. Em relação à díade Bolívia-Paraguai, a entrada para a Guerra do Chaco se dá para 1931, estendendo-se até o ano de 1935, e coincide com a política de ocupação do Chaco Boreal adotada pelo presidente boliviano Daniel Salamanca à época (YEGROS e BREZZO, 2013, p.139-140; BANDEIRA, 1998, p.170). Mesmo tendo as declarações de guerra sido expedidas somente em 1932, o ano de 1931 é adotado como marco, pois demarca a primeira batalha de todo o enfrentamento posterior. Na medida em que todos os passos ocorrem anteriormente à eclosão da guerra e na ordem delineada pelo mecanismo causal, considera-se haver evidências empíricas suficientes para aumentar a confiança em seus ditames em termos bayesianos.

⁶³ “[...] a series of sustained battles, between or among the military forces of two or more states, resulting in a total of 1,000 or more battle-related death” (MAOZ et. al., 2019, p.827).

Considerações Parciais

O objetivo deste capítulo foi o de iniciar o teste do modelo Steps to War delineado a partir de um estudo de caso mais provável, entendido como aquele em que as condições fundamentais para o funcionamento do mecanismo causal estão presentes e, por isso, em termos bayesianos, caso não se encontre evidências de seu funcionamento, a confiança em seu poder explicativo para a população decai (LEVI, 2002, p.143-144). Nesse sentido, foi escolhido o conflito de interesses entre Bolívia e Paraguai sobre o Chaco Boreal de índice de saliência agregada ICOW 10, marcando 53 anos desde o seu surgimento até a eclosão da guerra, em 1931. Caso o MC não funcionasse em meio a este caso, a confiança na hipótese de trabalho e, portanto, no modelo Steps to War, diminuiria, em termos bayesianos, consideravelmente.

Em meio ao caso, conclui-se que o mecanismo causal funcionou da maneira esperada, já que após o início da questão do Chaco Boreal, em 1878, encontrou-se evidências da presença de problema de comprometimento (já em 1878), disputas militarizadas (em 1886), relação de rivalidade (em 1887), formação de aliança (em 1911) e corrida armamentista/mútuo reforço militar (em 1927) na díade Bolívia-Paraguai. Dessa maneira, pode-se afirmar que a confiança na hipótese de trabalho aumentou e que o Steps to War deve funcionar em meio a outros casos mais prováveis, como Alemanha-Polônia (1924-1939), Arábia Saudita-Iêmen (1827-1934), Bolívia-Chile (1848-1884) e, dentre outros (ver quadro 2.2), Estados Unidos-México (1835-1848).

O próximo capítulo compõe a segunda parte do teste da hipótese de trabalho, focando especificamente um caso menos provável em que as condições fundamentais para o funcionamento do mecanismo causal não estão presentes. Caso não forem encontradas evidências de seu funcionamento, a confiança no MC não diminui (ela já foi estabelecida pelo caso mais provável neste capítulo), mas pode aumentar significativamente, já que funcionou mesmo onde teoricamente haveria maiores dificuldades de funcionar. O objetivo de teste dessa natureza, portanto, é identificar os limites do mecanismo causal, até onde vai seu poder explicativo. Escolheu-se como caso o conflito de interesses entre Eritreia e Etiópia sobre o Badme. O caso marca somente 6 pontos no índice de saliência agregada ICOW e somente 5 anos de existência da questão territorial antes da eclosão da Guerra do Badme em 1998.

4 ERITRÉIA-ETIÓPIA [1993-201999 – Guerra, 1998-2001]

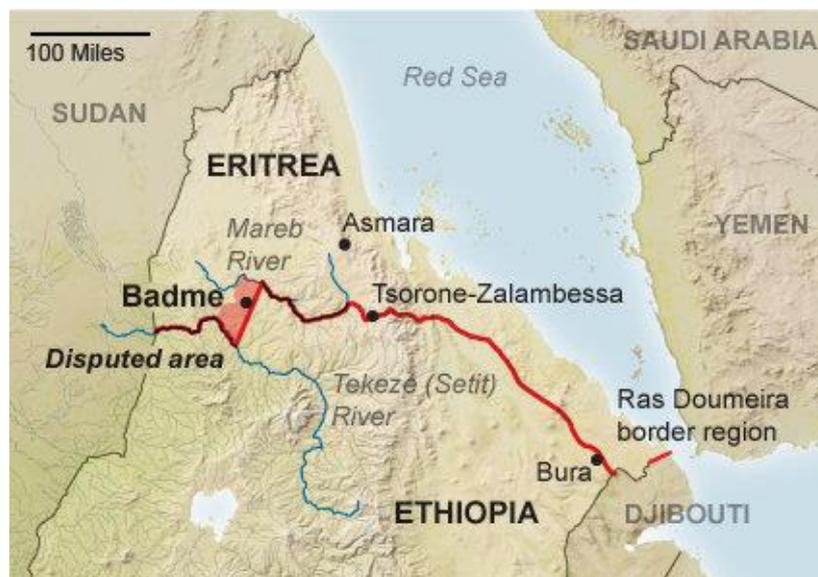
Como partes da Abissínia (ou Império Etíope), Etiópia e Eritreia compartilham traços históricos e trajetória comuns tendo seus caminhos rompidos somente em meio à colonização italiana no Chifre da África ao fim do Século XIX (DIAS, 2011, p.24). Após a batalha de Adwa (1896), entre forças abissínicas e o exército italiano, o Imperador Menelik II conseguiu conter a expansão territorial da Itália para além do Rio Mereb, mas não evitou a anexação por parte dos europeus do que viria a ser a Eritreia (MULLER, 2019, p.4). Novo *status quo* que deu origem à Eritreia enquanto entidade territorial e se manteve até 1935 quando nova ofensiva italiana ao sul do Mareb conquista a Etiópia (DIAS, 2011, p.24). Após a derrota da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial até 1952, o território da Abissínia passa a ser administrado pelo Reino Unido. Naquele ano, a Resolução A 617 da Assembleia Geral das Nações Unidas estabelece a Etiópia como Estado federativo e garante a antiga Eritreia Italiana *status* de unidade autônoma (DIAS, 2011, p.24). Nos dez anos seguintes à independência da Etiópia, o governo central, de forma constante, violou o pacto federativo e a autonomia da Eritreia. Processo que culminou em 1962 com a dissolução da federação, a insurgência do povo eritreu e o início de uma guerra civil que duraria 30 anos (ABBAY, 2001, p.460).

De modo a compreender a relação diádica entre Eritreia e Etiópia após o fim da Guerra Civil em 1991 e a independência da Eritreia em 1993, faz-se necessário entender a natureza da interação entre dois dos principais grupos rebeldes responsáveis pelo governo central da Etiópia (DIAS, 2011, p.25). Isso porque, como resultado final do conflito, o TPLF (Frente de Liberação do Povo Tigray) e o EPLF (Frente de Liberação do Povo Eritreu) assumiram o comando de Etiópia e Eritreia, respectivamente (ABBINK, 1998, p.551). Apesar de ambos os grupos serem de origem Tigray e da aliança pragmática consumada em meio à guerra civil, a natureza de sua insurgência e os objetivos estratégicos dos movimentos se diferenciavam – o que frequentemente deu origem a atritos que levaram, por exemplo, ao rompimento da relação entre os grupos, entre 1985 e 1988 (ABBINK, 1998, p.551; ABBAY, 2001, p.481).

Por um lado, o objetivo central do EPLF era a independência do povo eritreu e seu conflito com o governo da Etiópia era predominantemente sobre território. Argumentavam ser direito do Povo Eritreu a conquista de uma unidade territorial autônoma tendo como base a existência anterior da Eritreia Italiana, ao mesmo tempo em que negavam o direito à autodeterminação de minorias etíopes de modo a preservar a unidade do restante da Etiópia e a fortalecer sua própria reclamação (ABBINK, 1998, p.556; LATTA, 2003, p.373; MULLER, 2019, p.4). Por outro lado, o objetivo do TPLF se transformou ao longo do conflito. Em seu manifesto original, em 1976, advogavam pela completa independência do Grande Tigray, incorporando o Norte da Etiópia e o Sul da antiga Eritreia Italiana. Entretanto, após escaramuças com o EPLF, seu objetivo paulatinamente se tornou a conquista do governo central e a mudança de regime na Etiópia (ABBAY, 2001, p.483; BEREKETEAB, 2009, p.100).

Apesar de em segundo plano durante a guerra civil, o conflito territorial sobre Badme já era realidade entre os grupos insurgentes, ao longo da década de 1970 (MULLER, 2019, p.5). A vila de Badme foi fundada em 1950, na província de Tigray, por Ras Seyoum Mengesha, membro da família real do Império Etíope e administrador local à época, e faz parte da região conhecida como triângulo de Yirga ou planalto de Badumma, na zona fronteira entre Etiópia e Eritreia – ver figura 4.1 (ABBINK, 2003, p.222). O território fora reclamado pelo TPLF após a publicação de seu manifesto, em 1976, porém à época estava sob controle da Frente de Libertação da Eritreia (ELF) (ABBINK, 2003, 223). Na medida em que o EPLF entendia ser o ELF o grupo rival na disputa pelo comando do movimento de independência eritreu, naquele momento, o grupo insurgente dá suporte ao TPLF e, em 1981, ambos logram a expulsão do ELF de Badme (ABBINK, 2003, 223-224). Apesar do EPLF nunca ter abandonado o entendimento de que o triângulo de Yirga e a vila de Badme fazem parte da Eritreia, a região passa a ser controlada, dali em diante, pelo TPLF. Após o fim da guerra civil, continua sendo de soberania etíope (MULLER, 2019, p.6).

FIGURA 4.1 - Mapa triângulo de Yirga/Badme



Fonte: Guihon (2012, s/p)

As posições distintas entre os dois grupos acerca da fronteira entre a província etíope de Tigray e a Eritreia dão-se pelas dificuldades intrínsecas de sua demarcação, mesmo quando se leva em consideração os tratados firmados por Etiópia e Itália, em meados dos anos 1900. De acordo com Ciampi (2001, p.155), as decisões e os mapas da época são imprecisos, uma vez que havia uma confusão taxonômica entre os diferentes povoados e cursos de água da região, o que prejudicou a identificação de marcos de fronteira. Além disso, havia diferenças culturais entre os africanos e europeus acerca do entendimento de fronteira, já que os primeiros partiam de uma concepção zonal, que se diferencia da moderna concepção da fronteira enquanto linha (CIAMPI, 2001, p.156). Por fim, Cornwell (1998, p.65) ainda destaca que mapas subsequentes publicados pelos italianos, em especial na década de 1930, tenderam a exagerar a extensão territorial da Eritreia Italiana como maneira de justificar a expansão da Itália na região.

Como exemplo das dificuldades de demarcação das fronteiras na região de Badme durante o período colonial, há o tratado de 1902, quando ela foi definida como uma linha reta desde a junção dos Rios Setit e Maiteb (ou, em Amharic, Maiten) até àquela dos Rios Mai Ambessa e Mareb (CIAMPI, 2001, p.156). A confusão se dá porque, embora se tenha clareza de onde se localiza a junção entre os Rio Mai Ambessa e Mareb, há divergências sobre a localização do Rio ao qual o texto do tratado se refere como Maiteb. Isso porque, para além do Rio de fato chamado Maiteb, há também Rio de nome similar chamado Mai Tenné (Maiten) (STEBEK, 2009, p.150/157). Dessa maneira, Ciampi (2001, p.157-158) demonstra

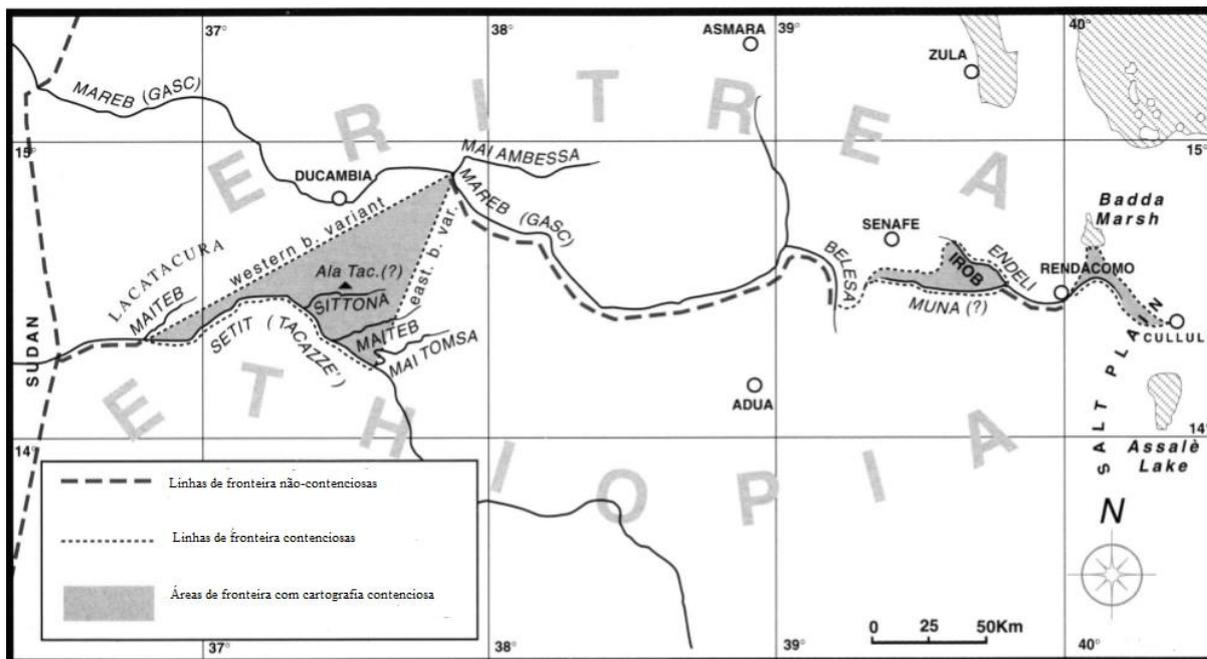
que em mapas históricos a linha é traçada em duas variantes, uma ocidental (Mai Tenné) e outra oriental (Maiteb) – ver figura 4.2.

QUADRO 4.1 - Badme (1993-201999)

| | |
|---|------------------------|
| <i>Estado desafiante</i> | <i>Eritréia</i> |
| <i>Estado alvo</i> | <i>Etiópia</i> |
| <i>O espaço faz parte de território original do Estado desafiante, não sendo colônia ou dependência?</i> | <i>Sim</i> |
| <i>O espaço faz parte de território original do Estado alvo, não sendo colônia ou dependência?</i> | <i>Sim</i> |
| <i>Há traços de laços identitários ligados à questão por parte do Estado desafiante?</i> | <i>Não</i> |
| <i>Há traços de laços identitários ligados à questão por parte do Estado alvo?</i> | <i>Não</i> |
| <i>O Estado desafiante exerceu soberania sobre a região em algum momento nos 200 anos anteriores ao início da reclamação?</i> | <i>Sim</i> |
| <i>O Estado alvo exerceu soberania sobre a região em algum momento nos 200 anos anteriores ao início da reclamação?</i> | <i>Sim</i> |
| <i>Índice de saliência intangível ICOW v.1.20</i> | 4 |
| <i>Não há população permanente; há cidades e vilas; ou há pelo menos uma cidade com ao menos cem mil habitantes?</i> | <i>Cidades e Vilas</i> |
| <i>O território contém ou parece conter recursos econômicos valiosos (como petróleo, cobre, níquel, água potável, pescado, etc.)?</i> | <i>Não</i> |
| <i>O território está localizado em região estratégica?</i> | <i>Não</i> |
| <i>Índice de saliência tangível ICOW v.1.20</i> | 2 |
| <i>Índice de saliência agregada ICOW v.1.20</i> | 6 |

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados ICOW v.1.20 (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017)

FIGURA 4.2 - Mapa das variantes de traçado do Tratado de 1902



Fonte: Adaptado de Ciampi (2001, p.185)

Segundo Cornwell (1998, p.63), logo após a independência formal da Eritreia, em 1993, foi estabelecida uma comissão de fronteira com a Etiópia, embora pareça que naquele momento a sua demarcação não fosse prioridade para ambos os governos (HAMILTON, 2000, p.120). De qualquer maneira, tal ano coincide com a entrada no ICOW v.1.20 para o início da questão territorial entre Eritreia e Etiópia (FREDERICK, HENSEL e MACAULAY, 2017). Como pode ser observado no quadro 4.1, a questão territorial marca seis pontos no índice de saliência agregada ICOW v.1.20. Quatro desses pontos derivam de fatores intangíveis, que se justificam na medida em que a Eritreia concebe a cidade de Badme e o planalto de Badumma como parte de seu território original (TRONVOLL, 1999, p.1054), além de defender ter exercido soberania sobre a região entre os anos de 1952 e 1962, quando o governo central da Etiópia quebra o pacto federativo e rompe com sua autonomia (ABBAY, 2001, p.460). Os outros dois pontos restantes, derivados de fator tangível, justificam-se pela presença de cidades e vilas na região, o que se evidencia pelo próprio contencioso sobre a cidade de Badme.

Na medida em que a questão é considerada de saliência média, a condição de existência do mecanismo causal teorizado está satisfeita e as seções seguintes tratarão de evidenciar se o conflito segue ou não os seus ditames. Isto é, se após o seu início em 1993 há traços que indiquem a presença de problema de comprometimento e/ou invisibilidade que impedem a díade de resolver a contenda por via pacífica. Mais além, se Eritreia e Etiópia

entram em disputas militarizadas, tornam-se rivais estratégicos, formam alianças e dão início à corrida armamentista antes de, em 1998, escolherem a guerra como curso de ação. Destaca-se, entretanto, que o caso é considerado menos provável na medida em que a guerra eclode em somente cinco anos após o surgimento da questão territorial. Isso significa que o possível não funcionamento do mecanismo causal não diminui a confiança no modelo teórico em termos bayesianos, mas pode contribuir para delimitar seus limites heurísticos.

4.1 O Steps to War

O conflito territorial entre Eritreia e Etiópia e a guerra do Badme não é só menos provável, como o Steps-to-War, de fato, não funciona para explicar a sua escalada na década de 1990. Isso porque no período entre o surgimento da questão territorial em 1993 e a eclosão da guerra em 1998 não há evidências que demonstrem a presença de nenhuma das partes do mecanismo causal delineado. Em relação à primeira parte, o problema de comprometimento e/ou indivisibilidade, apesar da criação da comissão de fronteira em 1993 (CORNWELL, 1998, p.63), a disputa sobre Badme permanece apaziguada e os dois governos evitam lidar com a questão de forma direta (BEREKETEAB, 2009, p.99). Dessa maneira, não há indícios da presença de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade, o que já é, em termos metodológicos, o suficiente para descartar o mecanismo causal teorizado para este caso.

Para além do problema de comprometimento e/ou indivisibilidade, o caso se torna *sui generis* na medida em que nos anos anteriores à eclosão da guerra também não se encontram evidências empíricas para nenhum daqueles fatores postos na literatura como de risco – disputas militarizadas, rivalidade, alianças, corrida armamentista. Não há em Maoz et. al. (2019) nenhuma entrada para disputa militarizada anterior àquela que dá início à Guerra do Badme, em 1998 (segunda parte do mecanismo causal). Isto é, a primeira MID da década relativa à questão territorial (disno. 4258 no DYADIC MID 3.01) foi o suficiente para a deflagração da guerra. Em relação à presença de rivalidade estratégica (terceira parte do mecanismo causal), Thompson (2001, p.570-573) indica que seu surgimento se dá somente em 1998 após a eclosão da guerra – o que faz sentido, na medida em que até 1997 Etiópia e Eritreia se aproximaram substancialmente, assinando tratados de cooperação em distintas questões-área (BEREKETEAB, 2009, p.104). Dentre eles, destaca-se aquele de Amizade e Cooperação, de Julho de 1993,

que incluía a preservação do livre trânsito de bens serviços, capital e pessoas; a garantia do livre acesso da Etiópia aos portos da Eritreia [...]; a cooperação em termos de política monetária e o

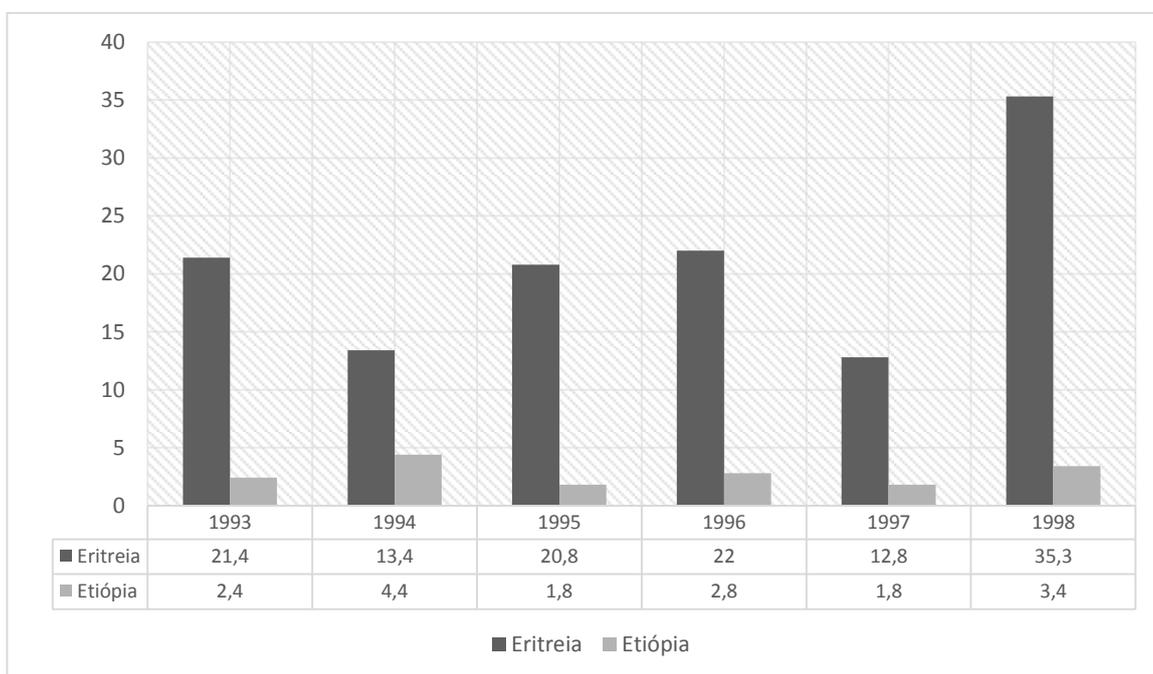
compartilhamento do *birr* etiópe até a Eritreia desenvolver sua própria moeda [...]; e a cooperação e consulta em termos de política externa (BEREKETEAB, 2009, p.104, tradução nossa⁶⁴)

Em relação à formação de alianças, quarta parte do mecanismo causal, foram encontradas na base de dados “atop4_01dy” do ATOP v.4.01 três entradas para tratados de não-agressão firmados pela Etiópia, entre 1993 e 1998: Etiópia-Bulgária (1993-2016), Etiópia-Hungria (1994-2016) e Etiópia-Rússia (1993-2016) (LEEDS et. al., 2002). Os dois primeiros tratados, entretanto, não podem ser considerados como evidência, uma vez que as díades Etiópia-Bulgária e Etiópia-Hungria não são politicamente relevantes para o caso, tendo em vista os critérios dispostos na metodologia de trabalho. Por outro lado, o tratado entre Etiópia e Rússia poderia ser politicamente relevante, mas não é suficiente por si só para corroborar o mecanismo causal ou a presença da parte. Afinal, a aliança é formada anteriormente ao surgimento do problema de comprometimento e/ou indivisibilidade, da eclosão de disputas militarizadas e da emergência de rivalidade estratégica na díade Etiópia-Eritreia.

No que concerne à corrida armamentista, quinta parte do mecanismo causal, não há evidências em Gibler, Rider e Hutchison (2005) de sua presença na relação entre Etiópia e Eritreia nos anos anteriores à eclosão da guerra. Da mesma maneira, Sample (2002) também aponta para a ausência de mútuo esforço militar na díade durante o mesmo período. Isso significa dizer que não há evidências de que Etiópia e Eritreia buscavam, à época, aumentar suas respectivas capacidades militares ou estavam em competição em relação as suas capacidades relativas. Na verdade, em termos concretos, evidências mostram uma queda na capacidade militar absoluta dos dois países. Dados coletados por Dias (2008, p.293) no relatório de Armamento, Desarmamento e Segurança Internacional, de 1999 do SIPRI, por exemplo, demonstram que a relação entre gastos militares e produto interno bruto permaneceu relativamente constante entre 1993 e 1997 na Eritreia, apesar de ter caído 10 pontos percentuais entre 1996 e 1997 – ver figura 4.3; e caiu de forma consecutiva na Etiópia entre 1993 e 1996, tendo elevado somente 1.6 pontos percentuais entre 1996 e 1997 – ver figura 4.3 (DIAS, 2008, p.293). Da mesma forma, Dias (2008, p.66-74) destaca o início de um processo de desmobilização de combatentes em ambos os países, haja vista o fim da guerra civil em 1991 e a independência da Eritreia em 1993.

⁶⁴ “It included the preservation of the free flow of goods and services, capital and people; Ethiopia’s continued free access to Eritrea’s sea ports...; cooperation in monetary policy and continued use of the birr by both countries until Eritrea issued its own currency[...]; and cooperation and consultation in foreign policy” (BEREKETEAB, 2009, p.104).

FIGURA 4.3 - Gráfico de Gastos Militares em % do PIB, Eritreia-Etiópia (1993-1998)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados por Dias (2008, p.293) no *SIPRI Yearbook 1999 Armaments, Disarmament and International Security*.

Apesar da ausência de todas as partes do mecanismo causal delineado, a relação entre Eritreia e Etiópia começa em 1997 a dar sinais de desgaste, tendo a Guerra do Badme eclodido em 1998 (ABBINK, 2003, p.221). Dias (2008, p.51-52) aponta quatro eventos principais para compreensão do desenrolar das hostilidades entre os dois países. Em primeiro lugar, o movimento de tropas etíopes em território eritreu tendo como justificativa o combate à Frente Unitária Democrática e Revolucionária de Afar durante os meses de Julho e Agosto de 1997. Dias (2008, p.52) destaca que a questão foi resolvida de forma cordial, mesmo após protesto de Isaias Afewerki, presidente da Eritreia, frente a Menes Zenawi, primeiro ministro da Etiópia.

Em segundo lugar, a publicação, em 1997, do mapa administrativo da região de Tigray, Etiópia, incluindo o território disputado ao redor do Triângulo de Yirga e de Badme (CORNWELL, 1998, p.63; DIAS, 2008, p.51). Fato que potencializou a crise na época, pois o governo etíope era formado primordialmente por membros da etnia Tigray e, desde o final da guerra civil, em 1991, passa a direcionar grande quantidade de recursos à região (HAMILTON, 2000, p.123-124)

Em terceiro lugar, a introdução do *nafka* como moeda oficial da Eritreia, a recusa da Etiópia de manter a sua paridade com o *birr* e a determinação de que as trocas comerciais

entre os países fossem feitas tendo como base o dólar agudizaram a disputa entre os países em termos econômicos, tendo como consequência a quebra de termos do tratado de Amizade e Cooperação de 1993 (BEREKETEAB, 2009, p.106; DIAS, 2008, p.51; HAMILTON, 2000, p.121). Em resposta às novas políticas de Addis Ababa, a Eritreia aumentou os impostos de importação de produtos etíopes e revogou o livre acesso da Etiópia a seus portos (ABBAY, 2001, p.486-487) – o que prejudicou o comércio da Etiópia via Mar Vermelho, já que, após a independência da Eritreia, em 1993, a Etiópia havia perdido seu acesso ao mar. Por fim, em 6 de maio de 1998, tropas etíopes abrem fogo contra a patrulha de Asmara no planalto de Badumma (DIAS, 2008, p.52; BERKETEAB, 2009, p.107) e seis dias mais tarde, a Eritreia ocupa a cidade de Badme, dando início à guerra que, nos próximos anos, seria responsável pela morte de por volta de 85 mil pessoas (LYONS, 2009, p.168).

O fato de a guerra ter eclodido naquele momento, apesar da inexistência em anos anteriores de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade, disputas militarizadas, rivalidade, alianças e corrida armamentista inviabiliza, portanto, a sua explicação via Steps-to-War e tem consequências para as fronteiras heurísticas do modelo.

A próxima seção apontará, de maneira breve, três elementos alternativos não capturados pelo modelo que talvez possam, em conjunto, explicar o presente caso e potencialmente elucidar aqueles nos quais a guerra ocorre nos primeiros dez anos do surgimento de questão territorial – isto é, os casos menos prováveis desta dissertação. São eles:

- (i) os fatores domésticos, a teoria diversionista e a construção de identidade nacional em Estados recém independentes (TIR, 2010);
- (ii) a questão da reputação em múltiplos conflitos territoriais (WALTER, 2003);
- (iii) o risco do uso de *fait accompli* para o açambarcamento (*land grab*) de territórios em disputa (ALTMAN, 2017).

4.2 Hipóteses alternativas: teoria diversionista, reputação e *fait accompli*

Apesar de em *The War Puzzle*, Vazquez (1993) separar um capítulo para discutir os pré-requisitos domésticos para a guerra sobre questões territoriais, tal nível de análise fica em segundo plano em meio ao Steps-to-War. Este é o foco, entretanto, de autores como Douglas

Gibler, Andrew Owsiak e Krista Wiegand que discutem os efeitos da presença de questões territoriais na política doméstica dos Estados (GIBLER, 2012), e a influência do tipo de regime (autocracia-democracia) na resolução pacífica de questões territoriais (GIBLER e OWSIAK, 2018; WIEGAND, 2019). Da mesma maneira, Berger Heldt (1999) e Jaroslav Tir (2010) aplicam a teoria diversionista da guerra em conflitos territoriais. De acordo com os ditames da teoria, instabilidades domésticas podem predispor líderes a escolherem o uso da força como curso de ação com o objetivo de redirecionar a atenção da população para o internacional (TIR, 2010, p.413). O argumento é o de que questões territoriais facilitam tal efeito, na medida em que a territorialidade tende a fomentar sentimento de pertencimento e de unidade devido as suas características imateriais (TIR, 2010, p.416) –o que é particularmente potencializado em Estados recentemente independentes que constroem sua ideia de nação desde uma base territorial, como a Eritreia (MULLER, 2006, p.508).

A nacionalidade do povo eritreu desde a guerra civil havia sido construída em bases territoriais. Documento do EPLF de 1987, por exemplo, afirma ser uma nação “uma entidade geográfica como fronteiras reconhecidas e bem definidas” (EPLF *apud* MULLER, 2019, p.4, tradução nossa⁶⁵) e justifica sua luta por independência tendo como base a cisão territorial do Império Etíope após a batalha de Adwa (1896). Essa constatação se observa também na entrevista feita por Muller (2006, p.521, tradução nossa⁶⁶) com soldado eritreu em meio à guerra do Badme, em que este afirma: “a Eritreia, isso é o que nós somos, a terra, essas árvores [...] se você retira nosso território, nós deixamos de existir, e é por isso que estamos aqui, é por isso que nós lutamos, é por isso que nossos mártires morreram”. Após a independência da Eritreia, havia de 9 a 11 grupos étnicos dentro do país, o que se apresentava como desafio para a consolidação de sua unidade (BUTCHER e MARU, 2018, p.76). Isaias Afewerki, então, busca promover a nacionalidade do povo eritreu em termos territoriais e a construção do estrangeiro pelo conflito (TRONVALL, 1999, p.1052; STEVES, 2003, p.123; MULLER, 2019, p.5). Dessa maneira, fatores domésticos ligados à construção da identidade nacional em um Estado recém-independente podem potencialmente explicar a escolha pelo uso da força pela Eritreia, em 1998, aos moldes da teoria diversionista da guerra (BUTCHER e MARU, 2018; TIR, 2010).

⁶⁵ “A nation is a geographical entity with defined and recognized boundaries” EPLF *apud* MULLER, 2019, p.4).

⁶⁶ “The land of Eritrea, that is what we are, this earth, these trees ... if you take our land away, we cease to exist, so that is why we are here, that is what I am fighting for, that is what our martyrs died for’ (interview, 3 January 2000)” (MULLER, 2006, p.512).

Para além de fatores domésticos, na medida em que o Steps-to-War tem seu foco no nível diádico, a influência de múltiplos conflitos territoriais na decisão de um Estado em usar a força também fica em segundo plano no modelo. Este, contudo, é o foco de Walter (2003, p.140), que indica a quantidade de conflitos territoriais esperados para o futuro estar relacionada com a predisposição de um Estado em se utilizar da força no presente; e também de Gibler e Braithwaite (2013, p.887), que argumentam serem a estabilidade regional e a presença/ausência de padrão recorrente de conflitos armados em uma região fatores importantes na disposição ao uso da força por um Estado. Em contextos com essas características, a ida às armas dá ao Estado reputação de dureza e intransigência, o que aumenta os custos do desafio as suas posições por parte de outros adversários em conflitos territoriais futuros (WALTER, 2003, p.140). À luz disso, acredita-se que as múltiplas questões territoriais envolvendo a Eritreia, na década de 1990, e a instabilidade regional no Chifre da África podem ser fator explicativo para a escolha de Isaias Afewerki por açambarcar Badme em 1998.

A percepção da presença da Eritreia em um ambiente hostil marcado por ameaças constantes a sua condição de nação levou o EPLF a adotar uma política externa agressiva em relação aos países do Chifre da África após 1993, o que se intensifica pelos concorrentes conflitos territoriais da Eritreia com o Yemen, Djibouti e Etiópia (HAMILTON, 2000, p.126; STEVES, 2003, p.123). Tendo como base o *slogan* “nunca ajoelhar” (*Never Kneel Down*), Hamilton (2000, p.126) aponta que seu objetivo era demonstrar que aqueles que desafiam a soberania do país iriam encontrar reações duras e desproporcionais por parte de Asmara (MUELLER, 2006, p.508). Já em 1994, por exemplo, Isaias Afewerki suspeita estar o Sudão dando suporte ao Movimento Eritreu de Jihad Islâmica (EIJM), declara que uma guerra será travada contra a Eritreia por Cartum e outros e rompe relações diplomáticas com o país (LEFEBVRE, 1995). Da mesma maneira, em 1995 escaramuças entre Asmara e o Iêmen acabam por terminar na ocupação pela Eritreia das Ilhas Hanish, dando origem à crise no Chifre da África, que só se resolve pelo envio do caso à Corte Internacional de Justiça (HAMILTON, 2000, p.125). Em 1996, o governo de Djibouti acusou a Eritreia de bombardear a cidade de Ras Doumeirah e publicar mapa onde a região estaria incorporada ao país (MESFIN, 2008, p.2). Assim, argumenta-se que uma explicação para a guerra do Badme potencialmente pode ser encontrada na existência de múltiplos conflitos territoriais envolvendo a Eritreia e na instabilidade do contexto regional no Chifre da África, já que estes

levaram Isaias a adotar um padrão de comportamento agressivo, de modo a estabelecer reputação de dureza e intransigência na região.

Para além dos fatores domésticos e da reputação, acredita-se que a estratégia de barganha adotada pela Eritreia em 1998 (isto é, *fait accompli*) pode ser explicação para a eclosão da guerra naquele momento. De acordo com Altman (2017, p.882), o *fait accompli* pode ser definido como estratégia de barganha em que um dos lados impõe um ganho unilateral a expensas e sem o consentimento de seu adversário, tendo com o objetivo levá-lo a desistir de sua posição após o fato consumado. Em relação a conflitos territoriais, o *fait accompli* tem a forma de açambarcamento do território (*land grab*) em disputa, o que significa dizer que o Estado desafiante ocupa espaço que anteriormente não possuía a expensas e sem o consentimento do Estado alvo (ALTMAN, 2017, p.884). Como aponta Altman (2017, p.882), a estratégia é arriscada e aquele que a adota deve calcular previamente o nível de perda que seu oponente tolerará antes de escolher a guerra como curso de ação. Nesse sentido, o “*fait accompli* visa a ganhos pequenos que garantam que o adversário não escalará o conflito” uma vez a estratégia tendo sido empregada (ALTMAN, 2017, p.882, tradução nossa⁶⁷). Por isso, questões territoriais tendem a ser aplicadas em regiões denominadas por Altman (2015, p.3) como áreas cinzentas. Isto é, regiões que não claramente fazem parte do território de determinado Estado – como pequenas ilhas e áreas com fronteiras ambíguas. Assim, o alvo tende a tolerar a sua perda (ALTMAN, 2015, p.15).

Em 1995, tendo como alvo o Iêmen, a estratégia foi adotada por Asmara sobre o arquipélago de Hanish. O conflito não escalou e Isaias pôde abrir processo de negociação em posição melhor do que aquela de antes de sua ação. Em 1996, os Estados levam o caso ao Tribunal Permanente de Arbitragem, que decide, em 1999, traçar a fronteira marítima entre os dois Estados na linha média entre as costas de Iêmen e Eritreia (PERMANENT COURT OF ARBITRATION, 2019, s/p). Tendo possivelmente como plano de fundo o sucesso do caso das Ilhas Hanish, Asmara decide, em 1988, adotar uma vez mais o *fait accompli* como estratégia de barganha, tendo como alvo a Etiópia, mais particularmente a cidade de Badme. Apesar da região se caracterizar como área cinzenta em termos de Altman (2015, p.3;15), Addis Ababa decide escalar o conflito à diferença do Iêmen. Isso porque o triângulo de Yirga e a cidade de Badme eram vistos como importantes em termos simbólicos para a Etiópia – que naquele momento passou a identificar em Badme uma segunda Adwa (DIAS, 2011, p.28-29) – em particular para os Tigrayans, etnia que naquele momento era majoritária no governo

⁶⁷ “A *fait accompli* aims to take a gain small enough that the adversary will let it go rather than escalate” (ALTMAN, 2017, p.882).

central do país e que desde a expulsão do ELF, nos anos 1970, controla a região (MULLER, 2019, p.6). Assim, a Etiópia optou por não tolerar a perda infringida pela Eritreia e a escalar o conflito para a guerra.

4.3 Considerações Parciais

O objetivo deste capítulo foi o de, a partir de um estudo de caso menos provável, estabelecer as fronteiras heurísticas do Steps-to-War. Um estudo de caso menos provável pode ser entendido como aquele em que as condições fundamentais para o funcionamento do mecanismo causal não estão presentes de forma completa (LEVI, 2002, p.143-144). Nesse sentido, foi escolhido o conflito de interesses entre Eritreia e Etiópia sobre Badme de índice de saliência agregada ICOW v.1.02 seis, marcando cinco anos desde o seu surgimento até a eclosão da guerra em 1998. Caso tivessem sido encontradas evidências de seu funcionamento, a confiança no poder explicativo do modelo, para além dos casos mais prováveis, aumentaria em termos bayesianos. Na medida em que não se encontrou indicativos do funcionamento do mecanismo causal – e, portanto, o modelo falhou em explicar a escalada do conflito –, a confiança no poder explicativo do modelo diminuiu somente para os casos menos prováveis desta dissertação.

Em meio ao caso, pode-se concluir que o mecanismo causal não funcionou da maneira prevista pelo modelo, já que, após o início da questão do Badme, em 1993, não há evidência da presença de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade, disputas militarizadas e corrida armamentista/mútuo reforço militar antes da eclosão da guerra em 1998. Além disso, apesar de se identificar aliança de não agressão entre Etiópia e Rússia a partir de 1993, a evidência não é suficiente para corroborar o modelo, já que nenhuma das outras partes está presente. Dessa maneira, pode-se afirmar que a confiança na hipótese de trabalho para casos menos prováveis diminuiu consideravelmente e, por isso, ao que parece, o marco dos 10 anos parece ser uma fronteira importante para compreender os limites explicativos do modelo. O caso indica que os passos precisam de tempo para se desenvolverem e que outros fatores exógenos ao Steps-to-War podem causar a eclosão da guerra antes do momento esperado.

Dentre tais fatores, foram destacadas três não capturados pelo modelo com potencial explicativo para a eclosão da guerra do Badme, em 1998. Em primeiro lugar, fatores domésticos ligados em especial à teoria diversionista e à construção de identidade nacional em Estados recém-independentes, como apontado por Jaroslav Tir (2010). Em segundo lugar,

a questão da reputação em múltiplos conflitos territoriais, apontada por autores como Barbara Walter (2003). Por fim, os riscos do uso do *fait accompli* para o açambarcamento de determinado território, mesmo quando este se localiza naquelas regiões determinadas por Altman (2015, p.3) como áreas cinzentas. Dessa forma, acredita-se que o caso de Badme entre Eritreia e Etiópia pode ser ponto de partida para investigações futuras sobre o papel desses três elementos na eclosão da guerra sobre conflitos territoriais com menos de 10 anos de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral realizar teste para a sequência de passos proposta no modelo Steps-to-War que pretende explicar o porquê da presença de questão territorial em uma díade afetar a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos. Partiu-se, portanto, de pergunta tradicional do modelo: de que maneira a presença de questão territorial em uma díade afeta a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos? Desde os ditames do Steps-to-War, foi deduzida a hipótese de trabalho de que quando da presença de conflito de interesse sobre questão territorial em uma díade, a tendência é o surgimento de problema de comprometimento e/ou indivisibilidade que dificulta a construção de acordo mutuamente satisfatório e leva à contínua falência das negociações bilaterais. Os Estados passam, então, a recorrer a disputas militarizadas e, na medida em que estas perduram, eles tendem a se perceber mutuamente como ameaça, atribuindo ao outro o papel de competidor e de inimigo. Quando da permanência de impasse, os Estados recorrem a alianças externas à díade como meio eficiente e de curto prazo para aumentar seu poderio militar; ao mesmo tempo em que buscam desenvolver seu exército e adquirir novos equipamentos militares. O que passa a ocorrer de forma interativa dá origem à corrida armamentista, que contribui para intensificar o dilema de segurança e aumenta a disposição dos Estados em escolherem a guerra como mecanismo de resolução de conflitos; isto é, em contexto marcado por uma mútua e intensa percepção de hostilidade, a prática passa a ser vista como curso de ação mais apropriado.

O primeiro capítulo foi dedicado a apresentar o Steps-to-War e seu programa de pesquisa correlato. Nele, buscou-se descrever, com maior profundidade, cada passo proposto pelo modelo, desde o surgimento da questão territorial até a escolha da guerra como mecanismo de resolução de conflitos. Para além disso, foram evidenciados debates importantes em torno de cada passo e alguns dos resultados empíricos até então acumulados em meio à literatura. Na medida em que a dissertação tem caráter eminentemente dedutivo, a pormenorização dos passos no capítulo 1 foi importante para a construção do mecanismo causal a partir do qual o modelo pôde ser testado nos capítulos 3 e 4.

Em meio ao segundo capítulo, buscou-se descrever, de maneira clara, o desenho de pesquisa desta dissertação. Na medida em que a justificativa fundamental do trabalho é metodológica, ele foi responsável por comparar a sua proposta com outras pesquisas ao redor do Steps-to-War. Argumentou-se que de maneira geral o foco havia sido dado em estabelecer

a correlação dos fatores destacados – rivalidade, disputas militarizadas, formação de alianças e corrida armamentista – com a guerra e, portanto, a tendência dentro do programa de pesquisa foi a de utilizar métodos estatísticos para tanto. Ao contrário, o objetivo desta dissertação era testar para a sequência de passos e verificar se o Steps-to-War poderia servir também como modelo de escalada – o que coincide, em partes, com o objetivo de artigos recentes publicados por Susan Sample (ver SAMPLE, 2014;2016). Dessa maneira, optou-se por utilizar o *process-tracing* como método de investigação, foi construído de forma dedutiva um mecanismo causal e foram delineados casos mais prováveis e menos prováveis onde este poderia ser aplicado. Da lista de casos, foi escolhido um mais provável – Bolívia e Paraguai sobre o Chaco Boreal (1878-1938) – e um menos provável – Eritreia e Etiópia sobre o Badme (1993-2019). Ambos para serem testados tendo como base a lógica de inferência bayesiana.

O terceiro capítulo foi composto pelo teste do mecanismo causal no caso mais provável. Na medida em que foram encontradas evidências suficientes para atestar a presença de cada uma das partes do MC na ordem previamente delineada, pode-se afirmar que ele funcionou da maneira prevista. Como consequência, em termos bayesianos, foi aumentada a confiança no mecanismo causal para explicar os outros casos mais prováveis delineados na lista do capítulo dois. O que significa dizer que, de fato, o modelo tem poder explicativo para aqueles casos de questões territoriais de saliência média ou alta, quando a guerra ocorre após seus 10 primeiros anos de existência. O teste, portanto, tem consequências para a literatura, na medida em que foi demonstrado não só que os fatores assinalados pelo modelo importam, como apontado por Senese e Vasquez (2008) em *The steps to war: an empirical study*, mas também que a expectativa é a de que eles apareçam na ordem delineada na hipótese de trabalho.

Em meio ao teste, pode-se observar, de forma mais atenta, a maneira pela qual os passos se inter-relacionam. Para além, apontam-se duas de suas consequências em nível teórico. A primeira é que, de fato, vale considerar o conceito de rivalidade estratégica de Thompson (2001) e não àquele de Diehl e Goertz (2000), na medida em que isso permitiu diferenciar, de forma mais aprofundada, os conceitos de rivalidade e de disputa militarizada e, portanto, compreender seus efeitos particulares em meio ao conflito territorial. A segunda é o entendimento de que no futuro a formação de alianças e a corrida armamentista devam ser consideradas como passo único dentro do modelo e que a ausência de uma das duas estratégias em casos específicos não acarreta a desconsideração do Steps-to-War. Isso porque,

apesar de distintas, ambas se constituem como maneira de Estados angariarem poder frente a adversários que lhes ameaçam.

Em termos práticos, o resultado positivo do teste, no caso da guerra do Chaco, fundamenta uma base para diagnóstico de díades em conflito territorial, apontando aqueles casos de maior risco em que estratégias de resolução de conflitos devam ser aplicadas de modo a prevenir a deflagração da guerra. Isso coincide com a proposta de Senese e Vasquez (2008) para construção de um barômetro de risco para a guerra, tendo em vista os ditames do Steps-to-War e se alinha às concepções morais por detrás dos Estudos de Paz, nos quais se busca estudar de forma sistemática padrões de comportamento que levam a conflitos armados e à guerra, de modo a propor práticas alternativas para a resolução de conflitos sociais de forma não-violenta (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999). Para o futuro, entretanto, cabe investigar os momentos mais propícios e os métodos mais adequados para intervenção de terceiras partes, tendo em vista o objetivo de resolver o conflito territorial antes de sua escalada para a guerra.

O quarto capítulo compõe o teste do mecanismo causal em meio ao caso menos provável. Na medida em que não se encontrou evidências suficientes para atestar a presença de suas partes na díade Eritreia-Etiópia antes da eclosão da Guerra do Badme, a confiança na força explicativa do Steps-to-War para casos de guerra nos dez primeiros anos de existência do conflito territorial foi diminuída em termos bayesianos. O resultado estabeleceu fronteiras heurísticas para o modelo e demonstrou que, de fato, o pleno desenvolvimento dos passos delineados demora tempo. O que torna mister buscar explicações para casos dessa natureza em elementos exógenos ao Steps-to-War.

A falha do teste no caso menos provável, indica problema da linguagem mecanicista e evolutiva proposta pelo modelo e nesta dissertação. Fatores exógenos podem interrompê-lo ou acelerar o processo de escalada do conflito antes do desenvolvimento de todos os passos – isto é, (i) levar a sua resolução ou (ii) a eclosão da guerra antes do esperado. Pesquisas futuras, portanto, deverão identificar quais são esses fatores e testar a sua influência em conflitos territoriais. Em relação àqueles fatores que levam a resolução, pode-se destacar, por exemplo, a presença de normas de proteção a integridade territorial, a fortificação de mecanismos não violentos de resolução de conflitos (como a adjudicação e a arbitragem), a existência de terceiras partes dispostas a intervir no conflito e aceitas por ambos os lados da contenda e o tipo de regime dos Estados da díade (democracia/autocracia), dentre outros. Embora não se tenha trabalhado nesta dissertação com tais fatores, eles já começaram a ser desenvolvidos em

trabalho recente de Goertz, Diehl e Balas (2016) e pesquisas futuras levando-os em consideração podem ser de grande valia para o programa de pesquisa.

Em relação aos fatores exógenos que influenciam a escalada de conflitos territoriais com menos de dez anos de existência, essa dissertação destacou três hipóteses alternativas em meio ao caso menos provável que se afinam, de maneira geral, a linhas de pesquisa recentemente trabalhadas em meios aos estudos de conflitos territoriais. Em primeiro lugar, a influência de variáveis em nível doméstico, ligados à teoria diversionista da guerra e a construção de identidade nacional em Estados recém independentes. Àqueles Estados recém independentes que constroem sua ideia de nação desde uma base territorial, como a Eritréia, podem optar pelo uso da força de modo a se consolidar internamente, garantindo a coesão interna, e externamente, de modo a consolidar sua soberania frente a seus pares. Em segundo lugar, a questão da reputação em múltiplos conflitos territoriais. A quantidade de conflitos territoriais esperados para o futuro pode afetar a predisposição de um Estado em se utilizar da força no presente com o objetivo de criar reputação de dureza e/ou intransigência, como no caso da Eritréia. Por fim, o risco do uso do *fait accompli* como estratégia de barganha em conflitos territoriais. O *fait accompli* se constitui como estratégia arriscada, pois é difícil calcular previamente o nível de perda que o oponente tolerará sem respondê-la com o uso da força – o que se percebe em meio a resposta da Etiópia a ofensiva da Eritréia em 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAY, A. 'Not with them, not without them': the staggering of Eritrea to nationhood. **Africa**, v. 56, n. 4, p. 459-491, 2001.

ABBINK, J. Briefing: The Eritrean-Ethiopian border dispute. **African Affairs**, v. 97, p. 551-565, 1998.

ABBINK, J. Badme and the Ethio-Eritrean border: the challenge of demarcation in the post-war period. **Africa**, v. 58, n. 2, p. 219-231, 2003a.

ALTMAN, D. **The Fait Accompli in Interstate Crises: Land Grabs from 1918 to 2007**. 2015. Disponível em:
<http://www.danielwaltman.com/uploads/3/2/3/1/32312379/altman_fait_accompl_i_4.27.2015.pdf>. Acesso em 17 de Out. 2019 [*working paper*]

ALTMAN, D. By Fait Accompli, Not Coercion: How States Wrest Territory from Their Adversaries. **International Studies Quarterly**, v. 61, p. 881-891, 2017.

BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. **Rev. Bra. Polít. Int.**, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BEACH, D.; PEDERSEN, B. **Process-Tracing methods: foundations and guidelines**. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2013.

BEJARANO, R. **Mapa del Chaco Boreal para el estudio de la guerra (1932-1935)**. Assunção: Editorial Toledo, 1979. Disponível em:
<http://www.portalguarani.com/845_ramon_cesar_bejarano/22262_mapa_del_chaco_boreal_1979__gral_bgda_sr_ramon_cesar_bejarano.html>. Acesso em 4 nov. 2019

BEJARANO, R. **Síntesis de la Guerra del Chaco: homenaje al cincuentenario de la Defensa del Chaco Paraguayo**. Assunção: Editorial Toledo, 1982. Disponível em:
<http://www.portalguarani.com/845_ramon_cesar_bejarano/14373_sintesis_de_la_guerra_del_chaco_1982_gral_bgda_sr_ramon_cesar_bejarano_.html>. Acesso em 4 nov. 2019

BEREKETEAB, R. The Eritrea-Ethiopia Conflict and the Algiers Agreement: Eritrea's March Down the Road to Isolation. In: REID, R. **Eritrea's External Relations: understanding its regional role and foreign policy**. Londres: Chatham House, 2009.

BOGEN, J. Regularities and causality; generalizations and causal explanations. **Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.** , v. 36, n. 2, p. 397-420 , 2005.

BORRAS, G. et al. La guerre du Chaco (1932-1935), creuset national et miroir brisé des sociétés bolivienne et paraguayenne au XXe siècle. In: MICHAUD, M.-C.; DELHOM, J. **Guerres et identités dans les Amérique**. Rennes: Mondes hispanophones/PUR, 2010.

BRAIDEN, M. **The Nomos of Border-Making Discourses: The Chaco War, League of Nations and Indigenous Dispossession**. 107 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Concordia University, Departamento de Geografia, Planejamento e Meio Ambiente, Montreal, 2014

BRASIL. **Tratado anti-bellico de não agressão e de conciliação** [Decreto nº 1.077].1 de Setembro de 1936. Disponível em: <
<http://legis.senado.leg.br/norma/390909/publicacao/15800184>>. Acesso em 19 Set. 2019

BUTCHER, C.; MARU, M. Diversionary Tactics and the Ethiopia–Eritrea War (1998–2000). **Small Wars & Insurgencies**, v. 29, n. 1, p. 68–90, 2018.

BUTTERFIELD, H. **History and Human Relations**. Londres: Collins, 1951.

CIAMPI, G. Cartographic problems of the eritreo-ethiopian border. **Africa**, v. 56, n. 2, p. 155-189, 2001.

COLARESI, M.; RASLER, K.; THOMPSON, W. **Strategic Rivalries in World Politics: Position, Space and Conflict Escalation**. New York: Cambridge University Press, 2008.

COLARESI, M.; THOMPSON, W. Hot Spots or Hot Hands? Serial Crisis Behavior, Escalating Risks, and Rivalry. **Journal of Politics**, v. 64, n. 4, p. 1175-1198, 2002a.
COLARESI, M.; THOMPSON, W. Strategic Rivalries, Protracted Conflict, and Crisis Escalation. **Journal of Peace Research**, v. 39, n. 3, p. 263-287, 2002b.

COLARESI, M.; THOMPSON, W. Alliances, Arms Buildups and Recurrent Conflict: Testing a Steps-to-War Model. **The Journal of Politics**, v. 67, n. 2, p. 345–364, 2005.

COLLIER, D.; MAHONEY, J. Insights and Pitfalls: Selection Bias in Qualitative Research. **World Politics**, v. 49, n. 1, p. 56-91, 1996.

CORNWELL, R. Ethiopia and Eritrea: Fratricidal Conflict in the Horn. **African Security Review**, v. 7, n. 5, p. 62-68, 1998.

COTE, S. A War for Oil in the Chaco, 1932–1935. **Environmental History** , v. 18, p. 738-758, 2013.

COX, E. **Why Enduring Rivalries Do – or Don’t End**. Boulder: Lynne Rienner, 2010.

COW. **State System Membership List, v2016**. 2017. Disponível em: <
<http://cow.dss.ucdavis.edu/data-sets/state-system-membership>>. Acesso em 07 ago. 2019

DE GANDIA, E. **Los derechos del Paraguay sobre el Chaco Boreal: las doctrinas del "Uti Possidetis" en el Siglo XVI.** Buenos Aires: Editorial L. J. Rosso, 1935.

DIAS, A. **An Inter-state War in the Post-Cold War Era: Eritrea-Ethiopia (1998-2000).** 313 f. Tese de doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) – London School of Economics and Political Science, Londres, 2008

DIAS, A. The conduct of an Inter-State War and Multiple Dimensions of Territory: 1998-2000 Eritrea-Ethiopia War. **Cadernos de Estudos Africanos** , v. 22, p. 21-41, 2011.

DIEHL, P. Arms Races and Escalation: A Closer Look. **Journal of Peace Research** , v. 20, n. 2, p. 205–212, 1983.

DIEHL, P. What are they fighting for? The importance of Issues in International Conflict Research. **Journal of Peace Research**, v. 29, n. 3, p. 333-344, 1992.

DIEHL, P.; GOERTZ, G. **War and peace in International Rivalry.** Ann Harbor: The University of Michigan Press, 2000.

DREYER, D. Issue Intractability and the Persistence of International Rivalry. **Conflict Management and Peace Science** , v. 29, n. 5, p. 471 –489, 2012.

EASTON, D. **Uma Teoria de Análise Política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FEARON, J. Rationalist Explanations for War. **International Organization**, v. 49, n. 3, p. 379-414, 1995.

FOUCHER, M. **Le retour des frontières.** Paris: CNRS Editions, 2016.

FREDERICK, B.; HENSEL, P.; MACAULAY, C. The Issue Correlates of War Territorial Claims Data, 1816–2001. **Journal of Peace Research** , v. 54, n. 1, p. 99–108 , 2017.

FROMKIN, D. The Great Game in Asia. **Foreign Affairs**, v. 58, n. 4, p. 936-951, 1980.
GALTUNG, J. Empiricism, Criticism, Constructivism: Three Approaches to Scientific Activity. **Synthese**, v. 24, n. 3/4, p. 343-372, 1972.

GARCÍA, J. L. **Antropología del Territorio.** Madrid: Taller de Ediciones, 1976.

GEORGE, A.; BENNET, A. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences.** Cambridge: BCSIA, 2005.

GIBLER, D. Control the issues, control the conflict: The effects of alliances that settle territorial issues on interstate rivalries. **International Interactions** , v. 22, n. 4, p. 341-368 , 1997.

GIBLER, D. **The Territorial Peace: Borders, State Development and International Conflict.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GIBLER, D.; BRAITHWAITE, A. Dangerous Neighbours, Regional Territorial Conflict and the Democratic Peace. **British Journal of Political Science**, v. 43, n. 4, p. 877-887, 2013.

GIBLER, D.; OWSIAK, A. Democracy and the Settlement of International Borders, 1919 to 2001. **Journal of Conflict Resolution**, v. 62, n. 9, p. 1847-1875 , 2018.

GIBLER, D.; RIDER, T.; HUTCHISON, M. Taking arms against a sea of troubles: conventional arms races during periods of rivalry. **Journal of Peace Research**, v. 42, n. 2, p. 131-147, 2005.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel: Pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1984.

GOERTZ, G.; DIEHL, P. The empirical importance of enduring rivalries. **International Interactions**, v. 18, n. 2, p. 151-163, 1992.

GOERTZ, G.; DIEHL, P. Enduring Rivalries: Theoretical Constructs and Empirical Patterns. **International Studies Quarterly**, v. 37, n. 2, p. 147-171, 1993.

GOERTZ, G.; DIEHL, P. The Initiation and Termination of Enduring Rivalries: The Impact of Political Shocks. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 1, p. 30-52, 1995.

GOERTZ, G.; DIEHL, P.; BALAS, A. **The Puzzle of Peace: the evolution of peace in the international system**. New York: Oxford University Press, 2016.

GUIHON. **Outburst of a new conflict at Badme between Eritrea and Ethiopia on May 27, 2012**. 2012. Disponível em: < <http://www.eritrea-beligerance.com/2012/05/outburst-of-conflict-at-badme-between.html>>. Acesso em 4 nov. 2019

HALL, E. **The Hidden Dimension**. Garden City: Doubleday, 1966.

HAMILTON, K. Beyond the Border War: The Ethio-Eritrean Conflict and International Mediation Efforts. **Journal of Public and International Affairs** , v. 11, p. 113–136, 2000.

HASSNER, R. To Halve and to Hold: Conflicts Over Sacred Space and the Problem of Indivisibility. **Security Studies**, v. 12, n. 2, p. 1-33, 2003.

HELDT, B. Domestic Politics, Absolute Deprivation, and the Use of Armed Force in Interstate Territorial Disputes, 1950-1990. **Journal of Conflict Resolution**, v. 43, n. 4, p. 451-478 , 1999.

HENSEL, P. Charting a Course to Conflict: territorial issues and interstate conflict, 1816-1992. **Conflict Management and Peace Science**, v. 31, n. 3, p. 281- 297, 1996.

HENSEL, P. An Evolutionary Approach to the Study of Interstate Rivalry. **Conflict Management and Peace Science**, v. 17, p. 175-206, 1999.

HENSEL, P. et al. Bones of Contention: Comparing Territorial, Maritime, and River Issues. **Journal of Conflict Resolution** , v. 52, n. 1, p. 117-143, 2008.

HENSEL, P.; MITCHELL, S. Issue indivisibility and territorial claims. **GeoJournal**, v. 64, p. 275-285, 2005.

HERZ, J. **Political Realism and Political Idealism**. Chicago: University of Chicago Press, 1959.

HOLSTI, K. **Peace and War: armed conflicts and international order, 1648-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HORN, M. **Arms Races and the International System**. 242f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) – University of Rochester, Departamento de Ciência Política, Nova York, 1987

HUTH, P. **Standing your ground: territorial disputes and international conflict**. Michigan: University of Michigan Press, 1998.

JERVIS, R. **Perception and Misperception in International Politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1976.

JERVIS, R. Cooperation Under the Security Dilemma. **World Politics**, v. 30, n. 2, p. 167-214, 1978.

JOHNSON, J.; LEEDS, B. Defense Pacts: A Prescription for Peace? **Foreign Policy Analysis**, v. 7, n. 1, p. 45–65, 2011.

JONES, D.; BREMER, S.; SINGER, D. Militarized Interstate Disputes, 1816-1992: Rationale, Coding Rules and Empirical Patterns. **Conflict Management and Peace Science**, v. 15, p. 162-213, 1996.

KENWICK, M.; VASQUEZ, J.; POWERS, M. Do Alliances Really Deter? **The Journal of Politics**, v. 77, n. 4, p. 943-954, 2015.

KEOHANE, R. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KLEIN, J.; GOERTZ, G.; DIEHL, P. The New Rivalry Dataset: Procedures and Patterns. **Journal of Peace Research**, v. 43, n. 3, p. 331-348, 2006.

LATTA, L. The Ethiopia-Eritrea War. **Review of African Political Economy**, v. 97, p. 369-388, 2003.

LEAGUE OF NATIONS. **Dispute between Bolivia and Paraguay: report of the Chaco Comission [C.154.M.64 1934]**. 1934. Disponível em: <https://biblio-archive.unog.ch/Dateien/CouncilMSD/C-154-M-64_EN.pdf>. Acesso em 27 ago. 2019

LEEDS, B. et al. Alliance Treaty Obligations and Provisions, 1815-1944. **International Interactions**, v. 28, n. 3, p. 237-260, 2002.

LEEDS, B. **Alliance Treaty Obligations and Provisions (ATOP) Codebook, v.4.0**. 2018. Disponível em: < <http://www.atopdata.org/documentation.html>>. Acesso em 07 ago. 2019

LEEDS, B.; JOHNSON, J. Theory, Data and Deterrence: A response to Kenwick, Vasquez and Powers. **Journal of Politics**, v. 79, n. 1, p. 335-340, 2016.

LEEDS, B.; MORGAN, C. The Quest for Security: Alliances and Arms. In: MITCHELL, S.; DIEHL, P.; MORROW, J. **Guide to the Scientific Studies of International Processes**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

LEFEBVRE, J. Post-Cold War Clouds on the Horn of Africa: The Eritrea-Sudan Crisis. **Middle East Policy Council**, v. 4, n. 1, p. s/p, 1995.

LEVY, J. Qualitative Methods in International Relations. In: HARVEY, F.; BRECHER, M. **Evaluating methodology in international studies**. Ann Harbor: The University of Michigan Press, 2002.

LEVY, J. Case studies: Types, Design, and Logics of Inference. **Conflict Management and Peace Science**, v. 25, p. 1-18, 2008.

LEWIS, P. O Paraguai da Guerra da Tríplice Aliança à Guerra do Chaco, 1870-1932. In: BETHEL, L. **História da América Latina - Volume 4: de 1870 a 1930**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

LYONS, T. The Ethiopia–Eritrea Conflict and the Search for Peace in the Horn of Africa. **Review of African Political Economy**, v. 120, p. 167-180, 2009.

MAHONEY, J. Toward a Unified Theory of Causality. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4/5, p. 412-436, 2008.

MANSBACH, R.; VASQUEZ, J. **In Search of a Theory: A New Paradigm for Global Politics**. New York: Columbia University Press, 1981.

MAOZ, Z. et al. The Dyadic Militarized Interstate Disputes (MIDs) Dataset Version 3.0: Logic, Characteristics, and Comparisons to Alternative Datasets. **Journal of Conflict Resolution**, v. 63, n. 3, p. 811–835, 2019.

MAOZ, Z.; MOR, B. **Bound by Struggle: The Strategic Evolution of Enduring Rivalries**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MESFIN, Berouk. **The Eritrea-Djibouti border dispute**. [S.1]: Institute for Security Studies, 2008 [*Situation Report*]

MORGENTHAU, H. **Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace**. 7^a. ed. Boston: McGraw-Hill, 2006.

- MÜLLER, T. State making in the Horn of Africa: notes on Eritrea and prospects for the end of violent conflict in the Horn. **Conflict, Security & Development**, v. 6, n. 4, p. 503-530, 2006.
- MÜLLER, T. Borders and boundaries in the state-making of Eritrea: revisiting the importance of territorial integrity in the rapprochement between Eritrea and Ethiopia. **Review of African Political Economy**, v. 46, n. 160, p. 279-293, 2019.
- O'LEARY, M. The role of issues. In: ROSENAU, J. **In Search of Global Patterns**. New York: Free Press, 1976.
- OWSIK, A. The Steps to War: Theory and Evidence. In: THOMPSON, W. **Encyclopedia of Empirical International Relations Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- OWSIK, A.; MITCHELL, S. Conflict Management in Land, River, and Maritime Claims. **Political Science Research and Methods**, v. 7, n. 1, p. 43-61, 2017.
- OWSIK, A.; RIDER, T. Clearing the Hurdle: Border Settlement and Rivalry Termination. **Journal of Politics**, v. 75, n. 3, p. 757 – 772, 2013.
- PÉREZ, L. **Cuba Between Empires 1878-1902**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998.
- PERMANENT COURT OF ARBITRATION. **Eritrea/Yemen – Sovereignty and Maritime Delimitation in the Red Sea**. Disponível em: <<https://pca-cpa.org/en/cases/81/>>. Acesso em 17 de Out. de 2019
- POTTER, W. Issue area and foreign policy analysis. **International Organization**, v. 34, n. 3, p. 405–427, 1980.
- POWELL, R. War as a Commitment Problem. **International Organization**, v. 60, n. 1, 2006.
- PRUITT, D.; RUBIN, J. **Social Conflict: Escalation, Stalemate and Settlement**. New York: Random House, 1986.
- PUREZA, J. M. O desafio crítico dos Estudos para Paz. **Relações Internacionais**, v. 32, p. 5-22, 2011.
- QUESADA, A. D. **The Chaco War 1932–35: South America's greatest modern conflict**. Oxford: Osprey Publishing, 2011.
- RANDLE, R. **Issues in the History of International Relations: The Role of Issues in the Evolution of the State System**. New York: Praeger, 1987.
- RASLER, K.; THOMPSON, W. Contested Territory, Strategic Rivalries, and Conflict Escalation. **International Studies Quarterly**, v. 50, p. 145–167, 2006.
- RASLER, K.; THOMPSON, W.; GANGULY, S. **How Rivalries End**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

RIDER, T. Understanding Arms Race Onset: Rivalry, Threat, and Territorial Competition. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 2, p. 693-703, 2009.

RIDER, T.; FINDLEY, M.; DIEHL, P. Just part of the game? Arms races, rivalry and war. **Journal of Peace Research**, v. 48, n. 1, p. 85-100, 2011.

RIDER, T.; OWSIAK, A. Border settlement, commitment problems, and the causes of contiguous rivalry. **Journal of Peace Research**, v. 52, n. 4, p. 508-521, 2015.

RIOS, C. **Cuestion de limites entre el Paraguay y Bolivia**: Conferencia pronunciada por el Doctor Cornelio Rios, en los salones del Ateneo Hispano-Americano, el 22 de Noviembre de 1924. La Paz: La Republica, 1925.

ROCHA, P. **O condicionante territorial dos conflitos cisplatinos no Século XIX**. 166 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2017

ROGERS, Paul; RAMSBOTHAM, Oliver. Then and Now: Peace Research – Past and Future. **Political Studies**, v.47, n.4, p.740-754, 1999

ROSENAU, J. Pre-Theories and Theories of Foreign Policy. In: ROSENAU, J. **The Scientific Study of Foreign Policy**. New York: Free Press, 1971.

RUSSET, B.; KRAMER, M. New Editors for and “Old” Journal. **Journal of Conflict Resolution**, v. 17, n. 1, p. 3-6, 1973.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAIKAL, A. **Modern Afghanistan: A history of Struggle and Survival**. Londres: I. B. Tauris, 2004.

SAMPLE, S. Arms races and dispute escalation: resolving the debate. **Journal of Peace Research**, v. 34, n. 1, p. 7-22, 1997.

SAMPLE, S. The Outcomes of Military Buildups: Minor States vs. Major Powers. **Journal of Peace Research**, v. 39, n. 6, p. 669–691 , 2002.

SAMPLE, S. From territorial claim to war: timing, causation, and the Steps-to-War. **International Interactions**, v. 40, p. 270-285, 2014.

SAMPLE, S. Anticipating War? War preparations and the Steps-to-War thesis. **British Journal of Political Science**, v. 48, n. 2, p. 489-511, 2016.

SARKEES, M.; WAYMAN, F. **Resort to War: a data guide to inter-state, extra-state, intra-state, and non-state wars, 1816-2007**. Washington: CQ Press, 2010.

SENESE, P.; VASQUEZ, J. A Unified Explanation of Territorial Conflict: Testing the Impact of Sampling Bias, 1919-1992. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 2, p. 275-298, 2003.

SENESE, P.; VASQUEZ, J. **The steps to war: an empirical study**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

STARR, H. Territory, Proximity, and Spatiality: the geography of international conflict. **International Studies Review**, v. 7, n. 3, p. 387-406, 2005.

STEBEK, E. River Maiteb's Location in the Ehtio-Eritrean Western Border: Critical Reflections. **Mizan Law Review**, v. 3, n. 1, p. 149-166, 2009.

STEVES, F. Regime Change and War: Domestic Politics and the Escalation of the Ethiopia--Eritrea Conflict. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 16, n. 1, p. 119-133, 2003.

THOMPSON, W. Identifying Rivals and Rivalries in World Politics. **International Studies Quarterly**, v. 45, p. 557-586, 2001.

TIR, J. Territorial Diversion: Diversionary Theory of War and Territorial Conflict. **The Journal of Politics**, v. 72, n. 2, p. 413-425 , 2010.

TOFT, M. Issue Indivisibility and Time Horizons as Rationalist Explanations for War. **Security Studies**, v. 15, n. 1, p. 34-69, 2006.

TRONVOLL, K. Borders of violence boundaries of identity: demarcating the Eritrean nation-state. **Ethnic and Racial Studies** , v. 22, n. 6, p. 1037-1060, 1999.

VALERIANO, B. **Becoming Rivals: the process of interstate rivalry development**. New York: Routledge , 2013.

VAN EVERA, S.. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VASQUEZ, J. **The War Puzzle**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VASQUEZ, J. Why Do Neighbors Fight? Proximity, Interaction, or Territoriality. **Journal of Peace Research**, v. 32, n. 3, p. 277-293, 1995.

VASQUEZ, J.; HENEHAN, M. Territorial Disputes and the Probability of War, 1816-1992. **Journal of Peace Research**, v. 38, n. 2, p. 123-138, 2001.

VÁZQUEZ, F. **Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. Assunção: ADEPO/UNFPA/GTZ, 2006.

WALTER, B. Explaining the Intractability of Territorial Conflict. **International Studies Review** , v. 5, n. 4, p. 137-153 , 2003.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press Inc., 1979.

WIEGAND, K. **Enduring Territorial Disputes: Strategies of Bargaining, Coercive Diplomacy, and Settlement**. Athens: University of Georgia, 2011.

WIEGAND, K. Peaceful Dispute Resolution by Authoritarian Regimes. **Foreign Policy Analysis**, v. 15, n. 3, p. 303–321, 2019.

WOOLSEY, L. The Bolivia-Paraguay Dispute. **The American Journal of International Law**, v. 23, n. 1, p. 110-112, 1929.

YEGROS, R.; BREZZO, L. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.